



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 29 de Outubro de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 05 minutos)

Após o período destinado à leitura da correspondência, entrou-se na agenda da reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Continuação da discussão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009 – “Altera os programas de estágios profissionais «Estagiar»”, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Gomes (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

2. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009 – “Criação dum apoio complementar regional aos beneficiários do Programa Porta 65 –

arrendamento por jovens, regulado pelo Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

Apresentaram Declarações de Voto os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009 – “Aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Famílias Com Futuro”.

No debate da Proposta, usaram da palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Piedade Lalanda (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/2009 – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, que estabelece o regime de participação na recuperação de habitação degradada”.

No debate da Proposta, usaram da palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

5. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2009 – “Cria o Vale Saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

6. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009 – “Cria o «enfermeiro de família» no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

O Projecto foi retirado pelo proponente.

7. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009 – “Atribuição de suplemento remuneratório a pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes da RAA em regime de disponibilidade permanente”.

No debate da Proposta, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

8. Projecto de Resolução n.º 31/2009 – “Processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone”, apresentado pelos Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Helder Silva (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

9. Projecto de Resolução n.º 32/2009 – “O traçado da SCUT do Nordeste deve estender-se até ao Lugar da Pedreira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*),

Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

10. Proposta de Resolução n.º 22/2008 – “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2007”.

No debate da Proposta, usaram da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*) e os Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e José Rego (*PS*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 00 horas e 55 minutos)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, agradeceia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados, para o que tem a palavra o Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 05 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Ernesto Valério Andrade **Pacheco**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência entrada na mesa.

Secretário (José Ávila): Do Grupo Parlamentar do PS, envio do Projecto de Resolução n.º 34/2009 – “Pedido de Declaração de Inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto”, com pedido de urgência.

Presidente: Entramos agora na nossa agenda com a **Continuação da discussão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009 – “Altera os programas de estágios profissionais “Estagiar”, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.**

Tinha inscritos, do nosso debate de ontem, o Srs. Deputados Aníbal Pires, Piedade Lalanda e António Marinho.

Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu queria começar esta segunda intervenção por agradecer, de uma forma geral, a todas as bancadas, quer aquelas que declararam apoio, quer aquelas que se manifestaram contra esta proposta do PCP e, nomeadamente, à bancada do Governo, através das palavras do Sr. Presidente do Governo Regional, porque evidenciaram a pertinência e a oportunidade de uma alteração aos programas Estagiar. Foi reconhecidamente assumido por todos que alguma coisa está mal, que é necessário mudar alguma coisa. Isso deixa-nos satisfeitos, porque de facto recolhemos essa unanimidade. Isto ficou perfeitamente evidenciado. Desde já, então, o meu agradecimento.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Gomes da bancada do PSD, de facto não sei se foi por via do novo sistema de transmissão de som que temos aqui instalado no nosso Parlamento, ou não, mas, de facto, as críticas que fez não foram assim tão contundentes. Aliás, quero agradecer-lhe o facto de ter deixado claro que a minha matriz ideológica é claramente diferente da matriz ideológica do Sr. Deputado e da sua bancada. Melhor seria que assim não fosse.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Melhor não fosse.

O Orador: Nós estamos do lado dos trabalhadores, estamos do lado de quem sofre diariamente, de quem é penalizado e é fustigado com as políticas que têm vindo a ser seguidas e que o seu partido, não tendo neste momento responsabilidade directa na execução delas, subscreve no essencial e, mais, tem alguma dificuldade de afirmação porque alguém lhe ocupou o espaço. Aliás, no PSD, como ficou também ontem claro, há muitos equívocos.

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que foi dito.

O Orador: Aliás, vendo ou comparando a sua intervenção com a intervenção do seu colega de bancada, Deputado Cláudio Vieira – Almeida, desculpe; peço desculpa, Sr. Deputado: Sr. Deputado Cláudio Almeida –, percebe-se perfeitamente quanta confusão, quanto equívoco há nesse partido e nessa bancada. É um problema de liderança, certamente, mas é também um problema de afirmação de um projecto político. Isso ficou perfeitamente claro.

É evidente que mal seria se as propostas do PCP não estivessem associadas aqui à matriz ideológica do PCP. Isso é que seria estranho e alguma coisa estaria mal. Nem sequer os açorianos perceberiam por que tinham eleito um deputado do PCP. Relativamente a outras intervenções, nomeadamente da bancada do Partido Socialista, queria dizer o seguinte: é evidente que foi tentado um esforço, mas dificilmente seria possível, a não ser que fôssemos inventar uma situação que concedesse direitos sociais que, pelos vistos, até em termos daquilo que ontem aqui foi dito, se reconhece que era necessário dar aos jovens, mas ninguém ia inventar um novo esquema. Remeter para as leis laborais e pô-las em paralelo, para conceder os direitos sociais, parece-me que era a maneira mais fácil de o fazer. O que temos hoje? Aqueles estágios não são uma verdadeira relação de formação. Não são, nem se pretende que sejam, uma relação laboral. Mas pretende-se alterar uma situação, que é a situação actual. Aqueles estágios são uma relação de servidão – uma relação de servidão – e é isso que é preciso alterar. Gostaria ainda de acrescentar o seguinte: tendo sido notória a forma como todas as bancadas declararam a necessidade de haver alterações, todas as bancadas assumiram a validade dos programas Estagiar, mas que era necessário introduzir alterações, ninguém, nenhuma bancada – e isso está por explicar –, nem a bancada do Partido Socialista, nem a bancada do PSD, nem do CDS, nem do Bloco de Esquerda, nem do PPM, introduziram que fosse uma única proposta de alteração. Toda a gente reconhece que é necessário alterar estes programas, que é preciso aperfeiçoá-los, que eles são importantes mas é preciso aperfeiçoá-los, que eles são importantes mas é necessário introduzir aqui alguns direitos aos estagiários. A verdade é esta: ninguém apresentou nem propostas alternativas, nem nenhuma proposta de alteração ao projecto do PCP que, como se sabe, teria sido perfeitamente possível e tê-lo-iam aperfeiçoado. Aliás, eu, da bancada, na apresentação que fiz do projecto, disse claramente...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Já lá vamos! Já lá vamos, Sr. Deputado! Isso está guardadinho aqui, Sr. Deputado, não se preocupe.

Além, daquela bancada, foi dito por mim que a CDU, que a Representação Parlamentar do PCP, não se considera dona nem da verdade absoluta, nem das melhores soluções. Portanto, procura e procurou relativamente a esta situação, fazer uma construção colectiva, envolvendo as associações de juventude. E, quando apresenta esta proposta ao Parlamento, é evidente que espera que os outros grupos e representações parlamentares lhe dêem contributos, no sentido de a enriquecerem e de a aperfeiçoarem. Nada disso aconteceu e isso está por explicar.

Relativamente à intervenção do Deputado Berto Messias, gostaria de dizer o seguinte: o Deputado Berto Messias cometeu 3 erros. Primeiro: inferiu, da minha declaração, conclusões que têm mais, por base, não aquilo que eu declarei da tribuna, mas aquilo que se lê nos jornais e aquilo que são conversas de corredor. Para que fique claro, a moção da JCP, que foi apresentada no Conselho da Juventude, mereceu a aprovação e o apoio unânime das associações presentes. Ora bem, o Deputado Berto Messias ficou aqui com um problema: ele tem de justificar por que foi que isto aconteceu, porque isto é inédito. E aconteceu porquê?

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: É verdade, Sr. Secretário!

Todas as associações que estavam presentes no momento da discussão da moção deram-lhe o seu apoio!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Deram-lhe o seu apoio! Ponto!

Deputado Francisco César (PS): Votaram, Sr. Deputado?

O Orador: Deram-lhe o seu apoio!

Agora, o problema do Deputado Berto Messias é que, enfim, não compreende muito bem como é que isto aconteceu. Porém, é fácil de explicar: não havia ninguém da JS, os representantes da JS não estavam. Também não estava o Sr. Secretário Regional da Presidência. Com certeza, não estou aqui a colocar esta questão, se não estavam era porque tinham outros compromissos para cumprir e,

portanto, claramente, não se trata da questão da ausência. Trata-se é que o facto de a JS estar ausente levou a que aquela proposta merecesse o apoio unânime...

Deputado Francisco César (PS): Votaram?

O Orador: Ouça, Sr. Deputado! O que lhe estou a dizer – que foi o que eu disse daquela tribuna – é que mereceram o apoio de todas as associações...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: ...e representantes presentes no Conselho da Juventude. Isso é uma coisa que o Deputado Berto Messias, enquanto líder da Juventude Socialista, vai ter de explicar, não só aos jovens socialistas, como também à juventude açoriana.

Cometeu outro erro o Deputado Berto Messias, que foi dizer que esta proposta era subscrita pela JCP. Como sabemos, esta proposta não pode ser subscrita pela JCP...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a usar manobras de diversão para esconder o erro que cometeu ontem, Sr. Deputado!

O Orador: A segunda fila chegou ao debate. Ao debate, nos apartes.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Pode, embora tenha terminado o seu tempo. Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: Abrevio, com certeza.

Portanto, o Deputado Berto Messias, enquanto líder da Juventude Socialista, vai ter de explicar: primeiro, aos jovens da sua organização, as declarações que ontem aqui fez. Desculpem, ainda antes disso – vai ter de explicar isso, mas há uma outra questão –, a JCP não pode ser subscritora, porque subscritores são os grupos parlamentares, as representações parlamentares, ou grupos de deputados.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse isso.

O Orador: Disse, sim senhor!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a arranjar manobras de diversão para fugir à questão essencial.

O Orador: E a 3ª questão tem a ver com isto: o Deputado Berto Messias, ontem, desta bancada, disse claramente que não é necessário conceder direitos aos jovens estagiários. Ora bem, aqui está, para que fique claro...

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse isso. Estará com certeza no Diário das Sessões.

O Orador: ...o Deputado Berto Messias, ao contrário de quem interveio na sua bancada, disse claramente que prefere esta relação de servidão, esta relação de exploração, esta relação em que as empresas utilizam mão-de-obra barata, ao invés de introduzir e conceder direitos aos jovens estagiários.

Portanto, estes erros que o Sr. Deputado Berto Messias ontem cometeu vai ter de os explicar à juventude, vai ter de os explicar aos jovens açorianos e vai ter, sobretudo, de pagar por isso, porque vai ser confrontado muitas e muitas vezes com aquilo que ontem aqui disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Não há duas vozes, nem duas opiniões, na bancada do PSD sobre esta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não? Parece.

Deputado Francisco César (PS): Mas parece.

O Orador: Há, sim, abordagens diferentes e uma abordagem feita pelo Deputado Cláudio Almeida, líder da JSD, que resulta precisamente também de uma experiência de vida. Muitas vezes, neste Parlamento, valoriza-se pouco a circunstância de uma experiência de vida profissional, ou de estágio profissional, feito por um deputado, que lhe permite falar com propriedade de uma determinada circunstância, ser também de relevância política. Aquilo que o Deputado Cláudio

Almeida aqui disse não foi nada de diferente daquilo que foi dito por mim, ontem, no debate que estamos a fazer sobre esta matéria.

Deputado Francisco César (PS): Não teve nada a ver!

O Orador: E a posição do Partido Social Democrata é claríssima nesta matéria. O PSD vai votar contra a iniciativa do PCP que estamos a discutir, pelas razões que ontem foram invocadas e que, em síntese, são as seguintes:

A iniciativa confunde, duma maneira inaceitável, aquilo que é uma relação laboral com aquilo que é um programa de estágio, ou um programa de formação profissional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dissemo-lo ontem, repetimo-lo hoje, para que não haja dúvidas e para que a clareza da posição do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata fique aqui manifestada.

Em segundo lugar – também dissemos ontem e reafirmamo-lo hoje, para que não haja nenhuma dúvida –, o PSD está preocupado com os problemas que os jovens têm no acesso ao mercado de trabalho, o PSD está preocupado com as condições em que a formação profissional e estes programas Estagiar se desenrolam. Aliás, tanto assim estamos que anunciámos ontem, e reafirmo-o aqui, a entrega na Assembleia de um projecto de resolução que exige a realização de um relatório de avaliação sobre a realização destes programas.

Com esse relatório de avaliação, o que queremos saber – porque essa é uma obrigação deste parlamento – é, de facto, se a formação está a ser feita em condições adequadas à satisfação dos objectivos do programa, que é um programa regional co-financiado com fundos comunitários destinado a formação profissional. Queremos saber se, de facto, a anunciada empregabilidade de 90% significa uma coisa bem diferente: que quem fez o seu estágio profissional se empregou, ou obteve emprego, na área em que fez o estágio profissional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É que empregabilidade é uma coisa, pode haver um jovem, ou uma jovem, licenciado em turismo e obter, depois, um emprego como porteiro. Preenche o conceito de empregabilidade, está empregado, mas o que é preciso

saber é se esse jovem, ou essa jovem, por exemplo, que tem uma licenciatura na área do turismo, está, efectivamente, a trabalhar e obteve um emprego na área da sua formação, na área turística. Essa é a questão que aqui não foi respondida, nem pela Sra. Secretária Regional do Trabalho, nem pelo Sr. Presidente do Governo.

Os 90% de empregabilidade que são anunciados como o sucesso dos programas Estagiar L escondem uma realidade bem diferente, que nós suspeitamos que existe: a de que quem faz formação nesses programas não consegue obter uma colocação no mercado de trabalho na área em que foi formado. Essa é uma realidade que o PSD quer escrutinar, porque essa é uma obrigação de escrutínio deste Parlamento. Nós queremos saber, exactamente, em que ilhas e em que circunstâncias foram realizadas as colocações de emprego. Em que áreas é que foram as pessoas colocadas? E se essas áreas de colocação têm, de facto, a ver com o percurso formativo, o percurso de estágio profissional que foi realizado?

Esses são dados essenciais para nós reavaliarmos os programas Estagiar nas suas modalidades L, T, ou U. Essas são as preocupações que o Partido Social Democrata aqui expressou, porque essas, sim, têm a ver com a colocação dos jovens no mercado de trabalho, têm a ver com o facto de os jovens fazerem um percurso de formação profissional para ingressarem melhor preparados no mercado de trabalho, num momento de grande dificuldade, num momento em que os empregos escasseiam e num momento em que aqueles que podem ter uma melhor formação profissional estão mais habilitados e mais preparados para o mercado de trabalho.

Essas são as preocupações que a bancada do PSD, sem margem para dúvida, deixou aqui ontem expressas pelos deputados que fizeram as suas intervenções, não haja dúvidas.

Para que fiquemos completamente esclarecidos, é bom também dizer que a iniciativa do PCP não dá resposta a nenhuma destas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Berto Messias.

(* Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao conteúdo desta proposta, aquela que é a nossa posição e aquilo que o Governo entende sobre esta matéria, julgo que o Sr. Presidente do Governo ontem já explanou e explicou muito bem...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma intervenção muito sensata, ao contrário da sua!

O Orador: ...aquela que é a posição sobre esta matéria.

No entanto, não posso deixar de intervir, tendo em conta as afirmações que o Sr. Deputado Aníbal Pires hoje, na sua primeira intervenção, fez.

Quanto àquilo que eu disse, o Sr. Deputado afirmou que eu disse que os jovens não precisavam de apoios, etc., etc., disse uma série de falsidades. Aquilo que eu disse foi muito claro, disse-o ontem e, portanto, estará e constará do Diário das Sessões, pelo que não vale a pena estar a “chover no molhado”. O Sr. Deputado Aníbal Pires veio aqui fazer um exercício de manobras de diversão para esconder a fragilidade da sua proposta, aliás já identificada pela maioria das bancadas.

Para falar sobre a questão do que se passou no Conselho de Juventude dos Açores, o Sr. Deputado Aníbal Pires comete um erro gravíssimo: insiste na mentira, insiste na falsidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenha cuidado, Sr. Deputado! O Sr. Deputado tenha cuidado!

O Orador: Ontem mentiu, ontem caiu na cantiga da sua juventude partidária e hoje, para espanto de todos, vem aqui e insiste na mentira, dizendo que uma moção com o mesmo teor desta proposta teve o apoio unânime das associações presentes no Conselho de Juventude dos Açores. Eu reitero aquilo que disse ontem: não é verdade, é falso. Esta moção surgiu, houve uma instituição presente que pediu que fosse alvo de uma maior análise – aliás, a Juventude Social Democrata – e, de imediato, sem que mais nenhuma instituição presente se pronunciasse, foi proposto pelo Presidente da Mesa que esta proposta baixasse a uma das comissões especializadas do Conselho de Juventude dos Açores.

Foi isto que se passou de facto e a acta do Conselho de Juventude dos Açores de há duas semanas vai confirmar exactamente aquilo que eu estou a dizer. O Sr.

Deputado Aníbal Pires é que vai ter de explicar aos jovens e a estas associações juvenis o uso abusivo que está a fazer do seu nome, da sua imagem e das suas posições.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, para esclarecimentos. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** O Sr. Deputado Berto Messias está com alguma dificuldade de concentração.

Deputado Berto Messias (PS): Não estou, não.

O Orador: Eu admito que ontem a minha intervenção, por ser longa, tivesse retirado alguma capacidade de concentração ao Deputado Berto Messias, tudo bem. Foi, de facto, excessivamente longa e sei que, enfim, depois se fica com alguma dificuldade de concentração. Porém, hoje eu fui bem claro, estou aqui ao seu lado, penso que está suficientemente acordado para não...

Deputado Berto Messias (PS): Continua no registo das manobras de diversão.

O Orador: Não são manobras de diversão. O senhor é que vai ter de se divertir a encontrar argumentos para justificar os erros que cometeu ontem e que insiste em cometer hoje.

Aquilo que está dito por mim, quer na declaração, quer aqui hoje, é que as associações presentes apoiaram unanimemente aquela moção.

Deputado Berto Messias (PS): Apoiaram como? Não foi na via formal de apoio a essa proposta.

O Orador: Apoiaram-na! Apoiaram a comissão. Isto é claro como água.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, sim senhor, Sr. Deputado. Isto é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): O Conselho de Juventude veio confirmar aquilo que eu já tinha dito.

O Orador: Sr. Presidente...

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pode continuar.

O Orador: Muito obrigado.

As associações presentes no Conselho de Juventude dos Açores apoiaram a moção apresentada sobre os programas Estagiar. Ponto.

Deputado Berto Messias (PS): Querem a acta do Conselho de Juventude dos Açores para confirmarem aquilo que lá dissemos?

O Orador: Não é mentira isto que eu estou a dizer, não é mentira! E o Sr. Deputado vai ter de se retratar!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado insiste na mentira.

O Orador: O Sr. Deputado vai ter de se retratar, porque isto foi a minha afirmação! O Sr. Deputado está com um problema, que é como irá responder àquilo que o senhor sabe que são, primeiro, os anseios da juventude, de quem usufrui dos programas Estagiar, que necessitam, eles, dos tais direitos sociais que aqui trazemos. O nosso projecto até pode ter algumas fragilidades, certamente, nunca disse que não as tinha. Agora, há uma coisa que eu não faço, nem preciso de fazer, até porque tenho, neste caso vertente, o apoio generalizado das associações de juventude.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor vai ter de explicar isso muito bem!

O Orador: Tenho o apoio generalizado das associações de juventude! Mais: o projecto que aqui é apresentado foi construído e a versão final que foi apresentada aqui foi incorporada com muitos, muitos, contributos das organizações de juventude e não foi a AGISMO, foi a AGITE, foi a Associação Académica da Universidade dos Açores, foram todas essas e mais algumas.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a “esticar a corda”.

O Orador: Não estou!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, é unânime como, se a JSD não votou?

O Orador: O problema é que o senhor tem de justificar, primeiro, à sua estrutura partidária, como é que aquilo aconteceu no Conselho Regional da Juventude, como é que foi acontecer, como é que foi possível que aqueles jovens tivessem apoiado aquela moção! É esse o seu problema! É um problema que tem de resolver com a sua organização partidária.

A outra questão, que é, de facto, aquela que é substantiva, é esta: o Sr. Deputado Berto Messias, que também é líder duma organização partidária de juventude, disse ontem aqui nesta câmara que aqueles jovens devem manter-se numa relação de servidão. Isso ficou claro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não disse, não senhor. Estará no Diário das Sessões, brevemente redigido, que eu não disse nada disso, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não tencionava intervir no debate, mas, face à insistência do Sr. Deputado Aníbal Pires em repetir incorrecções sobre o que se passou no Conselho de Juventude dos Açores, sou forçado a esclarecer, do ponto de vista, se quiser, institucional, o que lá se passou. E o que se passou – Sr. Deputado, presumo que queira ouvir a explicação – foi que o senhor tinha articulado com a sua juventude partidária que, tendo em conta o facto de a vossa proposta sobre a matéria relativa aos programas Estagiar estar agendada para Plenário, aproveitando a coincidência de datas, a Juventude Comunista entregaria no Conselho a proposta, para criar onda, criar volume, etc., mostrar serviço. Nós conhecemos e sabemos como é que funcionam as juventudes partidárias. Isso foi feito, chegou ao Conselho e apresentou a sua moção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A moção não é minha.

O Orador: A sua, da JCP. A moção desceu a comissão especializada, não foi votada, não foi objecto de rondas de apreciação e baixou a uma comissão especializada. E, nessa comissão especializada, que tem a ver com os assuntos da emancipação jovem, será apreciada e votada e, então, o senhor poderá vir aqui dizer que maioritariamente ou por unanimidade as associações representadas no Conselho de Juventude dos Açores apoiaram a sua proposta. Enquanto isso não for feito, o senhor pode apenas manifestar o desejo, interpretar o sentido da presença das associações, não pode é dizer que a proposta que a JCP apresentou foi votada maioritariamente, porque não foi.

Aliás, já no ano passado, na realização do anterior Conselho de Juventude dos Açores, na edição do ano passado, a JCP entregou uma proposta. A proposta não foi negada. Era uma proposta sobre a valia da formação na área do turismo marítimo, ligada aos assuntos do mar. Essa proposta não foi negada, nem foi maltratada. Foi, simplesmente, entregue, apresentada e eu, como representante do Governo no Conselho, remeti-a à tutela daquela matéria. Não se pode dizer que essa proposta tenha sido aprovada. Também não se pode dizer que tenha sido negada pelo Conselho. Foi, simplesmente, entregue, apresentada e remetida à tutela.

Pois foi exactamente isso que aconteceu agora com a vossa proposta. Foi apresentada, foi remetida para a comissão especializada e, depois, será apreciada. Portanto, não vale a pena o senhor insistir nessa ideia de que todas as associações presentes no Conselho de Juventude dos Açores gostaram imenso da proposta da JCP, porque isso não corresponde ao que se passou no Conselho.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agora vou falar um pouco mais baixo, porque julgo que, com a nova instalação de som e com a minha voz, quando a elevo, não ouvem aquilo que eu digo.

Eu nunca disse que a proposta tinha sido aprovada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Olhe que o som alto aumenta a tensão arterial.

Deputado Mark Marques (PSD): Conselho médico.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu disse que...

Deputado Berto Messias (PS): Já está esclarecido.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pode prosseguir.

O Orador: Eu vou continuar a falar neste tom de voz enquanto não for interrompido. A partir do momento em que for interrompido, é evidente que, para me fazer ouvir, se calhar terei de utilizar outro timbre de voz.

Hoje é, salvo erro, a terceira vez que venho dizer o seguinte: todas as associações presentes no Conselho Regional da Juventude manifestaram o seu apoio à moção apresentada sobre os programas Estagiar. Eu não disse mais do que isto e continuo a insistir nisto, porque corresponde inteiramente à realidade.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor vai ter de explicar isso.

O Orador: Todas as associações presentes no Conselho Regional da Juventude manifestaram o seu apoio à moção apresentada pela JCP, todas!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: Isto não foi nem mais, nem menos do que aquilo que eu disse ontem, não foi nem mais, nem menos do que aquilo que venho a dizer desde a primeira intervenção da manhã. Todas as associações manifestaram esse apoio

Deputado Berto Messias (PS): A JS não se manifestou. A JSD não se manifestou. Uma série de instituições.

O Orador: Não estava! A JS não estava! O seu problema é esse, ficou com uma carga de trabalhos às costas, porque a JS não estava! Claro que, se a JS estivesse, o rumo dos acontecimentos teria sido outro! É evidente!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade. A JS esteve lá!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sei, sim senhor, Sr. Secretário!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para intervenções, creio que o debate na generalidade está feito com alguma minúcia e creio, por isso mesmo, que estamos em condições regimentais de passar à votação na generalidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. É o que passo a fazer. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto apresentado foi rejeitado, com 29 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, que é o **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009 – “Criação dum apoio complementar regional aos beneficiários do Programa Porta 65 – arrendamento por jovens, regulado pelo Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, para apresentar o diploma. Faça o favor.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema do difícil acesso à habitação por parte dos jovens, nos Açores, é uma preocupação social e económica que a todos deve interessar.

É certo que a Região tem dedicado especial atenção às políticas de habitação. É uma orientação com raízes nos primeiros governos autonómicos do pós-25 de Abril, felizmente continuada pelos governos que lhes sucederam.

O primeiro Diploma que reuniu o conjunto de incentivos e apoios à habitação até então dispersos, foi o Decreto Legislativo, Regional nº 16/90/A, aprovado por unanimidade nesta Assembleia Legislativa em 31 Maio de 1990.

Nele se estabeleciam vários benefícios:

-A cedência de projectos de construção, de lotes de terreno para construção de habitação e solos infra-estruturados.

-Apoios para a aquisição de casa própria, para a auto-construção, e para a recuperação de habitação degradada;

-A construção a custos controlados;

-Um apoio supletivo, com uma majoração de 10%, aos casais Jovens cuja soma de idades não ultrapassasse os 60 anos.

Todavia, desde então a política de habitação não foi suficiente para incentivar estilos de vida mais autónomos por parte dos jovens e de jovens casais e que também facilitasse a necessária mobilidade residencial, sobretudo para quem vive em pequenas ilhas.

Uma política de habitação que contribuísse para travar a especulação imobiliária e que funcionasse como uma verdadeira alternativa ao endividamento das famílias pelo acesso ao crédito bancário;

Que evitasse os elevados custos de avaliações, de seguros, de escrituras e de registos prediais.

Também não aproveitaram ainda com suficiência as ajudas de alguns programas nacionais, como por exemplo o Incentivo ao Arrendamento Jovem, como forma de diminuir a excessiva dependência dos jovens pelos encargos resultantes da compra ou construção de casa própria.

É verdade que houve uma tentativa de o fazer com o denominado programa “Jovens ao Centro”. Um programa que nunca foi aplicado. Que foi criado e aprovado por maioria deste Parlamento, mas que nunca chegou a ser regulamentado. Que vai ser revogado sem ter tido qualquer utilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde 1992 que os jovens e as jovens residentes no continente e na Madeira tem acesso facilitado, e igualmente têm beneficiado, de um programa que foi especialmente orientado para lhes permitir ter mais facilmente acesso a uma habitação, sobretudo no início da sua vida activa.

É verdade que esse direito nunca foi negado aos jovens dos Açores. Mas o facto é que, devido à falta de informação e de publicitação dos apoios, bem como da inexistência de locais onde se obtivessem esclarecimentos e se pudessem formalizar as necessárias candidaturas, as jovens e os jovens açorianos não têm conseguido usufruir das mesmas vantagens dos residentes no continente.

Por isso mesmo são pouquíssimas as candidaturas de jovens açorianos apresentadas nos últimos dois anos, comparadas com os mais de oito mil jovens

que no continente beneficiam do programa. Refiro-me ao programa de apoio ao arrendamento habitacional para residência permanente de jovens e de jovens casais, que actualmente é designado por Porta 65. É um programa que merece ser amplamente divulgado e apoiado pela Região, nos termos do projecto de Decreto Legislativo Regional que apresentamos, pelos seguintes motivos:

- Porque apenas se trata de atribuir um complemento a um programa que já existe;
- Porque se destina a jovens que, individualmente ou em grupos de jovens, tenham idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, não sendo, por isso, obrigatório terem agregado familiar;
- Porque tem tido grande receptividade e concorrência em outras zonas do país e vem ao encontro das necessidades dos jovens;
- Porque vai fomentar o mercado de arrendamento nos Açores e, conseqüentemente, contribuir para a utilização das centenas de casas e apartamentos devolutos, cujos proprietários e construtores não encontram compradores devido às dificuldades do crédito bancário;
- Porque pode contribuir para o rejuvenescimento e aumento demográfico de algumas das nossas ilhas, pela fixação de jovens que, conseqüentemente, pode levar à constituição de novos agregados familiares;
- Porque grande parte dos apoios, que são atribuídos mensalmente, não vão ser suportados pelo Orçamento Regional, mas sim pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, permitindo assim mais recursos financeiros para os Açores.
- Porque vai permitir que estudantes, jovens estagiários, jovens técnicos e agregados jovens mais facilmente tenham a sua habitação.

Sras. e Srs. Deputados:

Trata-se de uma proposta genuína de quem quer contribuir com ideias e meios para ajudar a política de habitação na nossa Região. É uma medida simples, mas que pode beneficiar algumas centenas de jovens açorianos. Tão simples, que a nossa proposta apenas pretende a atribuição de um apoio complementar aos apoios nacionais instituídos, que se traduz:

- a) Num acréscimo de 30% sobre as percentagens que vierem a ser atribuídas na aprovação da candidatura do jovem ao Porta 65;

b) Na assunção, por mais dois anos, do pagamento da subvenção mensal que o jovem receber no terceiro ano de candidatura, incluindo o referido acréscimo de 30%.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições no debate. Estão inscritos os Srs. Deputados Berto Messias e Abel Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PSD é uma proposta simples, até simplista e, portanto, terá da nossa parte uma intervenção muito simples.

Esta proposta limita-se a propor um complemento a um programa que já existe, o programa Porta 65, propondo um complemento de 30%.

Depois tem alguns problemas: não tem em conta as nossas especificidades, nunca o Sr. Deputado Cláudio Almeida, na apresentação que agora fez, referiu as nossas especificidades, a nossa evolução sócio-habitacional, ou o impacto orçamental desta medida. É uma proposta que se limita...

Deputado João Costa (PSD): O PSD não.

O Orador: Há um programa que dá X e o PSD vai na onda e propõe que o apoio seja $X+Y$, ou seja, sem olhar profundamente para esta questão.

Uma segunda questão ainda relacionada com esta proposta tem a ver com um princípio que nos parece fundamental, além desta fragilidade: o princípio da nossa autonomia e da nossa competência própria. Independentemente do valor deste programa de incentivo ao arrendamento, temos a obrigação de, nós próprios e no âmbito das competências próprias e do Estatuto Político-Administrativo, sermos nós a fazer um programa próprio, tendo em conta as nossas especificidades.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é um argumento sólido, Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar esta minha primeira intervenção, não posso também deixar de dizer que esta proposta, apesar da sua simplicidade e do seu simplismo, está desde logo prejudicada pela proposta que veremos no ponto a seguir.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Também não é verdade.

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta uma iniciativa com um objectivo louvável, o de auxiliar os jovens no acesso à habitação própria, estimulando, paralelamente, o mercado de arrendamento.

Em Março de 2008, a Portaria que define os montantes da renda máxima admitida foi alterada, em valores que variaram entre os 50 e os 83%. Importa aqui esclarecer qual a razão para o tão baixo número de candidaturas ao programa Porta 65, bem como o ainda mais reduzido número de aprovações.

Relativamente à iniciativa em apreciação, há que clarificar alguns pormenores, nomeadamente:

Qual a razão para aumentar em mais 2 anos o pagamento da subvenção mensal do programa Porta 65?

E qual a razão para aumentar em 30% as percentagens do valor a apoiar na renda?

Estas são duas questões que eu gostaria de ver aqui esclarecidas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD propõe um apoio complementar regional aos beneficiários do programa Porta 65, a implementar através de protocolo com o Instituto Nacional de Reabilitação Urbana, nos termos previstos e permitidos no n.º 2 do artigo do diploma que aprova este programa.

Ora bem, não obstante ser nosso entendimento que é necessária a criação de um regime de incentivos ao arrendamento, não só dirigido aos mais jovens mas, também, a todos os restantes açorianos que deles necessitem, parece-nos que o que resulta daqui a pouco tempo da proposta que vai ser analisada por esta Assembleia,

o Projecto de Decreto Legislativo Regional – Famílias com Futuro, considera-se que é muito mais abrangente, prevê não só apoiar os jovens, mas também todos aqueles que necessitem deste apoio e, portanto, a proposta agora em análise esvazia-se no seu conteúdo, porque a que se apresentará a seguir é muito mais benéfica e isso veremos de seguida, quando ela for apresentada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do PSD tem como alvo a juventude, o público jovem. Trata-se de um complemento ao Porta 65. Aliás, aqui há sete ou oito meses, um deputado da vossa bancada referiu que o executivo ia apresentar um complemento, um Porta Açores, em complemento ao Porta 65. O que eu quero dizer com isso é que a nossa proposta é claramente para um público-alvo, um público jovem. Trata-se de uma proposta para jovens, jovens que possam vir do continente, jovens que possam ir fazer os estágios para outras ilhas, jovens que estão a começar a sua vida activa, que acabaram os cursos universitários e precisam de um incentivo, de um apoio ao arrendamento. Para isso, o PSD decidiu, e bem, apostar num complemento ao Porta 65.

É neste sentido que apelamos, porque o programa que irá ser discutido a seguir, que é um programa do Partido Socialista e do Governo Regional, tem um público-alvo diferente, tem mais um cariz social, tem um cariz de apoio às famílias.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

O senhor não leu o diploma!

O Orador: Este nosso diploma é claramente um diploma que vem apoiar a juventude.

O Sr. Deputado Berto Messias refere que não tem em conta as especificidades das nossas ilhas. Tem muito em conta as especificidades das nossas ilhas.

Deputado Berto Messias (PS): Por exemplo...?

O Orador: Por exemplo, um jovem que queira ir fazer o Estagiar L ou o Estagiar T para a Graciosa, ou para as Flores, pode usufruir muito bem deste programa e deste complemento do Porta 65.

Mais: o impacto orçamental que nós prevemos para isto é um impacto que pode traduzir-se na ordem dos cerca de 200 mil euros. Não é muito, para a Região.

Aliás, posso mostrar-vos um quadro que tenho aqui, em que, por exemplo, um jovem que esteja a fazer o Estagiar L ou o Estagiar T, que tenha um rendimento bruto mínimo mensal de 700 euros por mês, que queira um apartamento de tipologia T0 ou T1 em que a renda máxima seja de 330 euros – porque é fácil de encontrar –, a compensação nacional dá um apoio de 50%, que se traduz em 165 euros; se conseguir um complemento regional, mais 150 euros, passará a um total de apoio de 315 euros. É um bom apoio! No segundo ano, terá um apoio de um complemento nacional de 115 euros, mais os 30% do complemento regional, passará a 35 euros, num total de 150 euros. No terceiro ano, passará a ter 83 euros a nível nacional, de 25% do complemento nacional, e 25 euros do complemento regional, num total de 108 euros. Nos quarto e quinto anos consecutivos, terá também um apoio de 108 euros, equivalente ao terceiro ano.

Se for um técnico superior, que tem um rendimento mínimo de 1150 euros, com 3 elementos na família – esposa no desemprego e um filho, por exemplo –, que queira arrendar um apartamento de tipologia T2, em que a renda máxima seja de 440 euros, a compensação nacional no primeiro ano é de 220 euros e o complemento regional é de 66 euros, num total de apoio de 286 euros, que vem em muito ajudar este tipo de família, um técnico superior que tem a esposa no desemprego e um filho.

Já se for um casal com 2 filhos, que tenha um rendimento bruto de 1420 euros, a compensação nacional traduz-se, no primeiro ano, em 225 euros, no segundo ano em 158 euros e no terceiro ano em 113 euros. Com o apoio do complemento regional, passará, no primeiro ano a 293 euros, no segundo ano a 214, nos terceiro, quarto e quinto anos a 147 euros.

Como podem ver, trata-se de um bom apoio aos jovens, enquanto que, por exemplo, no Programa Famílias com Futuro, nós não sabemos isso.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Não? Então, o senhor ou não leu, ou não percebeu.

O Orador: Não, eu não sei, porque imaginemos, Sra. Secretária, um jovem que esteja a receber um Estagiar L, de 700 euros, qual é o apoio que poderá obter do Governo? Diga-me! Qual é o apoio que um jovem, que esteja a receber o Estagiar L ou o Estagiar U e que queira ir viver para as outras ilhas e fazer um Estagiar L ou um Estagiar T, poderá receber do Estado, com o seu programa?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

As taxas de esforço para as Famílias com Futuro são de 60%! As taxas de esforço do Porta 65 são de 40%!

O senhor tem de estudar os diplomas que vêm aqui. O mínimo que se exige é seriedade!

O Orador: Mais: como podem ver, esta proposta não está em nada prejudicada pelo vosso programa.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O senhor tem de se preparar melhor. É o mínimo que se exige.

O Orador: Sra. Secretária, Srs. Deputados:

Mais uma vez, volto a dizer que se trata de um bom programa, um programa de apoio aos jovens, um complemento. Trata-se de uma boa proposta, uma proposta séria, uma proposta que visa jovens que possam fazer o Estagiar L, jovens professores que queiram vir residir para os Açores, jovens que queiram ir residir para outras ilhas, em trabalho. Por isso, trata-se de uma boa proposta que o PSD aqui apresenta.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entretanto, os serviços técnicos pedem-me para vos transmitir o favor de, aqueles que estiverem com os portáteis ligados à internet por cabo, desactivarem o respectivo equipamento, o sistema *wireless*, para não sobrecarregar o sistema. Agradecemos esse favor.

Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Relativamente a este Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PSD, ao qual a Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio, gostaria de dizer o seguinte:

Este projecto apresentado decorre, enfim, de legislação nacional, que tem, digamos, uma malha tão apertada que excluiu milhares e milhares de jovens e de potenciais beneficiários desta medida. A proposta apresentada aqui pelo PSD certamente não irá abranger muitos jovens se vier a ser aprovada. No entanto, consideramos que é uma medida positiva e, daí, o nosso apoio à proposta apresentada pelo PSD.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também quero manifestar o apoio do Partido Popular Monárquico a esta proposta do PSD.

O nosso apoio tem, sobretudo, a ver com aquilo que é a nossa perspectiva em relação a esta situação e ao benefício que podem provocar programas que apoiem, incentivem e melhorem o acesso aos arrendamentos, na medida em que, como sabem, a actual conjuntura é cada vez mais difícil, nomeadamente para os jovens. Os jovens necessitam do apoio das famílias para acederem, para terem acesso à aquisição de habitações e as famílias, hoje em dia, na nossa Região, vivem com enormes dificuldades financeiras. Nesse sentido, é evidente que é muito importante incentivar e melhorar o acesso aos programas de arrendamento.

Também considero que a visão que foi aqui apresentada pelo Partido Socialista, colocando esta questão no âmbito daquilo que o Partido Socialista entende que é a defesa da autonomia, é uma visão completamente paroquial. Ou seja, a autonomia não significa, evidentemente, estarmos blindados e não reconhecermos o mérito à existência de bons programas nacionais ou programas nacionais que, pelo menos, possam melhorar o acesso ao arrendamento, como é o caso específico dos jovens

açorianos. Obviamente que nem tudo o que a República produz é mau, nem tudo o que a República produz não pode ser contextualizado na Região Autónoma. Essa é uma visão completamente distorcida da autonomia, é quase como se a autonomia fosse uma espécie de aldeia gaulesa.

Nesse sentido também tenho, no âmbito da intervenção que estou a fazer sobre esta temática específica do arrendamento, de condenar aquilo que foi a utilização abusiva, para não dizer absolutamente ilógica, do Partido Socialista em relação a esse argumento, que aqui aduziram nesta questão, da autonomia. É algo, lamento dizê-lo, paroquial e completamente ilógico.

Depois, quero dizer-vos também que, evidentemente, nós vemos muitas vantagens na aplicação deste tipo de benefícios, tendo em conta a conjuntura, tendo em conta o contexto e, portanto, nesse sentido, vamos apoiar a iniciativa do Partido Social Democrata nesta temática.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou, muito rapidamente, tecer duas ou três considerações.

Nós não pusemos, e acho que o deixei bem claro na minha intervenção, nem pomos em causa as boas intenções do PSD nesta proposta. Eu não o fiz, nem o faço. No entanto, aquilo que referi na minha primeira intervenção, volto a dizê-lo: nós julgamos, e veremos no ponto a seguir, que temos uma proposta melhor. Usando os preceitos do nosso Estatuto Político-Administrativo e a nossa competência própria, achámos que seria melhor fazer um programa próprio, tendo em conta as nossas especificidades e tendo em conta a evolução social e habitacional, em termos de necessidades, que tivemos nos Açores.

Dou dois exemplos que mostram que o programa Famílias com Futuro vai mais longe, por exemplo, desde logo na definição de jovem: o Porta 65, que veio substituir o IAJ, o Incentivo ao Arrendamento Jovem, em termos de definição de jovem, tem o *target*, em termos de idade, até aos 30 anos ou, em termos de casais

jovens, um dos membros pode ter, no máximo, 32 anos; o Famílias com Futuro na sua definição de jovem vai até aos 35 anos. A própria taxa de esforço do jovem singular ou do casal jovem também diminui consideravelmente, como veremos, aliás, no ponto a seguir.

Para concluir, não pomos em causa as boas intenções do PSD nesta proposta. Não classificamos sequer a bonomia do programa Porta 65, que terá tido os seus efeitos positivos em algumas localidades e em alguns concelhos. Não terá tido efeitos tão positivos noutros locais, mas a verdade é que o Famílias com Futuro vai bastante mais longe e tem em conta as nossas especificidades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai dar o seu voto favorável a este projecto do Partido Social Democrata. O facto de entendermos e reconhecermos que, enfim, posteriormente iremos discutir uma proposta que amplia o âmbito de resposta aos problemas, às deficiências e à necessidade de habitação digna desta Região, para jovens e para não jovens, não invalida que não apreciemos a justeza desta proposta do PSD e que, portanto, em conformidade com essa análise, a votemos favoravelmente.

A este propósito, penso que há duas questões que ficaram por responder, que foram aqui feitas, mas não obtiveram resposta. Eu gostaria de voltar a elas, também em termos de esclarecimento e aproveitar a ocasião para, ao contrário do Deputado Paulo Estêvão, ter apreciado sinceramente, enfim, a argumentação em torno da autonomia e das competências próprias e da atenção às especificidades desta Região, porque este argumento é exactamente o contrário daquele que foi utilizado ontem, aquando da discussão do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda sobre o fim das quotas.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Está enganada, Sra. Deputada.

A Oradora: Eu apreciei e continuarei sempre a apreciar quando as competências próprias e as especificidades dos Açores são de argumentar.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade. O exercício fica-lhe mal. Até ao Bloco de Esquerda fica mal.

A Oradora: Não, aos senhores é que fica mal, porque “fazem o fato de uma maneira diferente, de acordo com o freguês”, mas adiante.

As questões que ficaram aqui por responder são as seguintes:

Sabe-se que de Dezembro de 2007 a Dezembro de 2008 existiram 55 candidaturas ao programa Porta 65 e, destas, apenas 31 foram aprovadas. A questão que se levanta é: porquê tão poucas candidaturas e até poucas aprovações, sabendo, como todos nós sabemos, da urgência, da necessidade e dos imensos problemas e imensas preocupações que os jovens têm quando querem aceder ao arrendamento de uma casa? O que se passa com este programa nos Açores, para que haja tão pouca adesão a ele? Fraca divulgação? Critérios de acesso mais restritivos, ou excessivamente restritivos? Porquê tão pouca resposta, quando o problema é tão grande e é por todos reconhecido?

Finalmente, também não compreendemos, porque não foi suficientemente explicitado, as contas feitas pelo PSD no sentido de propor um acréscimo de 30%. Não estamos contra o acréscimo, mas porquê 30%? Por que não 40, por exemplo? Qual é, digamos, a análise feita para que seja exactamente este? E porquê dois anos a mais no usufruto do programa e não três, ou um? Portanto, quais são as contas e a análise feitas, para que a proposta tenha estes contornos, em termos numéricos e quantitativos, e não outros?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida, para esclarecimentos. Tem 3 minutos.

(* Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico satisfeito por ver que temos o apoio dos partidos da oposição nesta matéria.

Também gostava aqui de referir que, em relação àquilo que o Sr. Deputado Berto Messias referiu relativamente às diferenças, por exemplo e só para lhe dar um exemplo, um jovem, uma pessoa, para usufruir do programa Famílias com Futuro tem de residir na Região pelo menos há 3 anos, enquanto que se for para o Porta

65, um jovem que possa vir do continente estudar para cá, um jovem professor que queira vir dar aulas para os Açores, poderá muito bem usufruir do Porta 65 e desse complemento para a Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Relativamente às questões aqui colocadas pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, julgo que em relação à fraca adesão existente nos Açores, deve-se precisamente a isso, porque não tem havido um esforço por parte do Governo Regional nesta matéria, de divulgar o programa, de incentivar os jovens a aderir a este programa e ao arrendamento jovem. Pelo contrário, o que acontece na Madeira, existem gabinetes do Governo Regional nos concelhos, em todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira, a que os jovens se podem dirigir e pedir apoio, auxílio, perguntar como podem formalizar a candidatura, como podem enviar os dados, o próprio gabinete trata disso. Aqui, também quero referir o exemplo que a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Câmara Municipal de São Roque do Pico fizeram, que foi abrir um gabinete de apoio a este programa, ao Porta 65, para que os jovens lá se possam dirigir e requerer apoio, quer jurídico, quer apoio de informação para enviar as candidaturas. Isto é louvável.

Já agora, também, em relação aos números que nós entendemos por base utilizar para fazer esta proposta: os 30%, porque achámos que seria um valor que não entende um suporte muito elevado, em termos financeiros, para a Região, e que está no meio-termo; em relação aos dois anos, um jovem, por exemplo, que está a começar a sua vida activa, pode levar quatro, cinco, seis anos a dar início e a conseguir uma situação financeira estável. Precisamente por isso, nós pretendemos dar aqui um cariz de cinco anos, que é um apoio em que o jovem terá de fazer iniciar a sua vida activa.

Tenho muita pena que o Governo Regional e o Partido Socialista não se tenham pronunciado sobre, por exemplo, o que foi feito do programa Jovens ao Centro, que foi uma bandeira da JS e do Partido Socialista. Foi apoiado em muito pelo Secretário Regional da Habitação na altura, Sr. José Contente e, por isso, gostava de saber: por que foi revogado e nunca entrou em acção?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Não foi revogado, porque não foi regulamentado.

O Orador: Nunca foi regulamentado, peço desculpa.

Tenho dito.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Assim sendo, vamos passar para a votação na generalidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional da autoria do Partido Social Democrata.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto apresentado foi rejeitado na generalidade, com 29 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: O Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para?

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica aqui patente, mais uma vez, a intransigência do Governo do Partido Socialista de não aceitar, de ter a humildade de aceitar propostas que são benéficas, quer para a Região quer, neste caso, para a juventude açoriana. Mais uma vez é mostrado aqui, por este partido que governa os Açores, que, em matérias tão importantes como esta, para apoiar os jovens nos nossos Açores, não tem a mínima sensibilidade, nem tem o mínimo sentimento, em termos desta matéria, em apoiar os jovens. Fica aqui mais uma vez mostrado que este Governo do Partido Socialista não tem a ambição suficiente para apoiar a juventude na nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto, para dizer que o Partido Socialista, desde que iniciou funções na governação dos Açores, tem dado grande ênfase não só à questão da habitação, como também à questão das políticas de juventude e à defesa da juventude.

Não pomos em causa as boas intenções desta proposta, não classificamos negativamente, sequer, o programa Porta 65, mas julgamos que a aprovação desta proposta seria uma redundância, tendo em conta o ponto a seguir da discussão, que tem um programa de incentivo ao arrendamento jovem regional, que tem em conta as nossas especificidades e que é muito mais abrangente e vai muito mais longe que o Porta 65.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, vamos proceder a um intervalo de 30 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 50 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 20 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Prosseguindo na nossa agenda de hoje, vamos passar para o número 3, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009 – “Aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Famílias Com Futuro”**.

Começo por dar a palavra, para apresentar o diploma, à Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação deste diploma, o Governo concretiza mais um compromisso do seu programa político.

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional – Famílias com Futuro, em discussão neste Plenário, tem como objectivo principal a resolução de situações de grave carência habitacional, estabelecendo-se para o efeito um regime de arrendamento de prédios ou de fracções autónomas, adquiridos ou construídos pela Região, ou de subarrendamento de prédios previamente arrendados no mercado imobiliário, com a finalidade de possibilitar o acesso a uma habitação condigna e adequada às expectativas das pessoas com maiores fragilidades sociais. Trata-se, pois, de um documento estratégico, que consubstancia a implementação de uma política de habitação pela via do arrendamento, promovendo o acesso de todos os açorianos, mas de todos os açorianos sem excepção, à habitação.

Este diploma, Famílias com Futuro, vem dar uma resposta adequada a situações específicas, nomeadamente relativas a pessoas idosas, portadores de deficiência, agregados familiares que incluam crianças com idade igual ou inferior a 10 anos, jovens em busca de uma primeira habitação e, também, às famílias sem meios para aceder ao mercado imobiliário privado. Hoje, com a apresentação desta proposta, damos passos concretos e definidos para alargar o leque de apoios a mais cidadãos, sobretudo aos que precisam do Governo para alcançar o sentido pleno de cidadania.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta do Governo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a dizer que é conhecida por todos a importância deste sector nos

Açores e é conhecida por todos, também, a evolução a que temos assistido em termos de pacote de medidas tomadas relativamente à habitação.

Nos Açores temos assistido à aposta em vários pressupostos, digamos assim, medidas no âmbito da habitação social, no âmbito da habitação a custos controlados, no âmbito da habitação degradada, no âmbito da própria promoção de habitação. Na materialização dessa estratégia, temos assistido a planos de erradicação de barracas, à construção de urbanizações para habitação social, à construção de urbanizações com o regime de custos controlados. Temos tido, também, a intervenção tendo em conta a situação socioeconómica que vivemos e dou o exemplo da recente conjuntura desfavorável, a chamada crise internacional, onde também o sector da habitação foi alvo de intervenções específicas. Recordo, por exemplo, a medida da aquisição de 274 habitações novas para posterior venda em regime de propriedade resolúvel, ou mesmo o programa de complemento ao crédito bancário, na ordem dos 20%, assumido pelo Governo.

Isto para dizer que tem sido vasto e é vasto o património da governação nos Açores em termos de habitação, correspondendo não só à evolução social, habitacional e até mesmo cultural que esta matéria exige, mas respondendo também às necessidades das populações. Agora é altura, e tendo em conta este fio condutor e esta coerência de estratégia, de intervir no incentivo ao arrendamento jovem e julgamos que este diploma Famílias com Futuro vem dar resposta a inúmeras situações no âmbito do incentivo ao arrendamento jovem.

Esta proposta tem dois fins globais que nos parecem correctos: a resolução de situações de carência habitacional, através do arrendamento e subarrendamento; e o incentivo ao arrendamento para residência permanente, mediante a concessão de uma subvenção mensal.

Não posso deixar de assinalar e de registar, além do reforço da resposta adequada a situações específicas, como a ajuda aos cidadãos idosos, aos portadores de deficiência, às famílias sem meios para aceder ao mercado imobiliário, a consagração de princípios que respondem aos jovens, reforçando e aprofundando o conceito de emancipação jovem, pelo qual nos temos batido e nos batemos há vários anos. É sabido que, nesse aprofundamento, o emprego, a qualidade desse

emprego e a habitação são os pressupostos essenciais e, desta forma, este diploma vem responder e, no seguimento da discussão que tivemos no ponto anterior, indo mais longe do que todos os programas nacionais que existem. Neste momento vigora o Porta 65, como sabemos. O Famílias com Futuro, depois de regulado e tendo em conta aquilo que está aqui consagrado, dará com certeza melhores respostas que o Porta 65.

Duas questões finais nesta minha primeira intervenção: a importância da dinâmica económica e da dinamização que este diploma poderá causar no mercado de arrendamento; e também, porque não dizê-lo, poderá permitir, tendo em conta a sua materialização, a reabilitação do parque habitacional devoluto que, infelizmente, ainda se verifica em algumas localidades.

Nesta minha primeira intervenção, era aquilo que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional apresenta a este Parlamento duas iniciativas na área da habitação, a primeira destinada a regular e a apoiar o mercado do arrendamento, a segunda destinada a apoiar e a regular a recuperação da habitação degradada. São duas iniciativas que se inserem num percurso legislativo e num percurso de opções políticas feitas na Região Autónoma dos Açores desde 1976 na área da habitação.

É bom assinalar esta data, porque, ao contrário do que o Governo gosta de pensar e a maioria parlamentar do Partido Socialista subscreve, a história da Região Autónoma dos Açores não começou em 1996, com a vitória do Partido Socialista. Há um percurso histórico, nos Açores, de governação e há um percurso histórico, também, de governação boa do Partido Social Democrata na área da habitação. É preciso lembrar que esse percurso permitiu a tantos e tantos açorianos, jovens e menos jovens, solteiros ou casados, terem uma habitação condigna, saírem dum estado de pobreza e terem uma vida condigna, possuindo uma habitação. Foram programas de cedências de lotes, foram programas de auto-construção, foram

programas de construção a custos controlados, foram apoios a jovens casais, que permitiram erradicar pobreza, permitiram debelar o problema da habitação degradada e permitiram que açorianos e açorianas tivessem direito a uma casa, a uma habitação, cumprindo o comando constitucional que prevê e autoriza cada português a aspirar a ter uma habitação.

É bom lembrá-lo, porque neste tipo de debate – a Sra. Secretária ainda não o fez, mas com certeza que o fará – sobre habitação, gosta o Governo e a maioria socialista de reescrever a história, começando a escrevê-la a partir de 1996.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques):*

São 15 mil casos.

O Orador: Em segundo lugar, é preciso dizer que este diploma acaba por se inspirar no diploma nacional que regula as rendas apoiadas, transpõe para o direito regional um conjunto de normas que visam o apoio ao arrendamento. Porém, este diploma acaba por aparecer no Parlamento, surgiu no Parlamento conjuntamente com o diploma que iremos discutir a seguir, sem que o Governo tenha cumprido, também, uma das suas promessas eleitorais, que era essencial para a boa avaliação deste diploma. É preciso dizer que o Governo e o Presidente do Governo, em Setembro de 2008, prometeram e anunciaram a criação de um Observatório sociohabitacional nos Açores e, vou citar, *“Integrando representantes dos parceiros sociais”*...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques):*

Já funciona!

O Orador: Não funciona! Não há notícia da sua existência...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques):*

Já existe, Sr. Deputado!

O Orador: ...e não há notícia de qualquer conclusão desse Observatório, que suporte qualquer uma das opções que estão vertidas neste diploma, nem do diploma que discutiremos a seguir.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Estes diplomas reflectem o trabalho feito pelo Observatório.

O Orador: Em terceiro lugar, este diploma representa uma oportunidade perdida por parte do Governo Regional quanto à transparência dos procedimentos e à transparência da actuação do Governo em matéria de habitação.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Está enganado, Sr. Deputado.

O Orador: Não estou, Sra. Secretária, estou muito certo. V. Exa. é que está enganada. Não pense como aquele soldado, o tal do passo trocado.

Este diploma, infelizmente – e mal, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata –, remete para um conjunto de regulamentação, para actos não legislativos, através de decreto regulamentar, de portaria ou de despacho, um núcleo essencial de definições que são importantes para avaliarmos a extensão e o impacto deste diploma. Desde logo, as matérias relativas à hierarquização e pontuação e os critérios de desempate dos candidatos estão excluídos deste diploma. Isto é, o Parlamento açoriano, se aprovar esta iniciativa tal qual ela está, não sabe quais são os critérios de pontuação dos candidatos a este programa; não sabe quais são os critérios de desempate; não sabe como é que os candidatos vão ser hierarquizados; porque essa matéria está subtraída a este Parlamento e esta iniciativa legislativa está remetida para acto regulamentar.

Este é um comportamento perverso, que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata censura, do ponto de vista parlamentar.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Não é aceitável que um diploma com esta importância e com esta dimensão, que visa apoiar quem precisa de habitação no domínio do arrendamento, não contenha os critérios pelos quais os candidatos a estes programas vão ser apoiados. O Parlamento tem o direito de saber, quando discute e quando aprova este tipo de legislação, quais são os critérios.

Mas esta é uma prática velha na área da habitação, porque na área da habitação o Governo gosta de esconder algumas coisas, gosta de esconder os apoios que dá.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Sr. Deputado, isso não é verdade! Os apoios são todos publicados.

O Orador: Eu quero aqui lembrar, para que não se pense que são palavras vãs, que em 2007, na Conta da Região que discutiremos neste Plenário, a Secretaria da Habitação – o Governo Regional dos Açores – atribuiu 6.455.727 euros, 51 cêntimos de apoios na área da habitação, sem enquadramento legal. Eu vou repetir: 6.455.727 euros, 51 cêntimos de apoios sem enquadramento legal. É isto transparência?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Grande leitura enviesada!

O Orador: Ou é o contrário de transparência, a falta de transparência que o Governo Regional gosta de praticar na área da habitação?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Diga isso aos açorianos que usufruíram desses apoios!

O Orador: Mas mais: estes apoios representam 21,6% dos apoios concedidos pela Secretaria da Habitação. Isto é: um quinto dos apoios dados na área da habitação são pouco claros, são pouco transparentes e não têm cobertura legal.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Isso é falso.

O Orador: Esta é uma má prática que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata reprova neste Parlamento, neste debate, sobretudo porque este Governo é repetente neste erro. Ao fazer este diploma, volta a cometer o erro e a remeter para acto regulamentar, para decreto regulamentar regional, para portaria ou para despacho, aquilo que devia estar nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, para que o Parlamento o pudesse escrutinar e sancionar.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não se pense que eu inventei os números. Estão no relatório do Tribunal de Contas, como estão na Conta da Região.

Deputado Francisco César (*PS*): Já lá vamos!

O Orador: Sra. Secretária do Trabalho, eu vi, aliás, vimos todos, que V. Exa. ficou incomodada. Vou dizer-lhe que é uma vergonha – é uma vergonha – que o

Governo Regional dê apoios na área da habitação com a simples designação de “apoio para obras”, sem discriminar sequer as obras!

(Aparte inaudível da Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social)

O Orador: Além da falta de suporte legal, além da falta de transparência resultante do enquadramento legal, muitos dos apoios que são dados destinam-se apenas a obras. Acha que é transparência? Acha que é bom para a democracia? Acha que é bom para o escrutínio democrático da actuação do Governo que os apoios sejam dados desta maneira? Não é. Nós não concordamos com este comportamento e queremos que as relações entre a Região e os cidadãos sejam transparentes. Porque sabe, Sra. Secretária do Trabalho, “quem não deve, não teme”, nesta, como noutras matérias.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Abel Moreira.

(* Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa apresentada pelo Governo e designada Famílias com Futuro é louvável nos seus propósitos. Não deixa de suscitar dúvidas quanto à sua aplicação, merecendo, por isso, algumas considerações.

Relativamente à resolução de situações graves de carência habitacional, determina um prazo de três anos com renovação automática para os contratos de arrendamento. Qual a razão para um limite de três anos, quando se prevê uma renovação automática sem limite de vezes?

Já na modalidade de incentivo ao arrendamento, o apoio é concedido por períodos de um ano, podendo ser renováveis por período igual até um máximo de quatro renovações consecutivas. Encontrámos nesta matéria de renovações de apoios uma clara discriminação de tratamento. Por que razão quem trabalha e consegue, mesmo com dificuldades, manter uma habitação – no caso, arrendada – é alvo de

um tratamento discriminatório, em comparação com aqueles que beneficiam do apoio ao abrigo do capítulo 2, “resolução de situações de grave carência habitacional”?

Uma questão que nos parece de pouca transparência é o facto de, para a modalidade “resolução de grave carência habitacional”, o diploma prever que a Região pode tomar de arrendamento habitações sem que se proceda a uma consulta prévia no mercado imobiliário.

Outra matéria de pouca transparência e clara contradição é o facto de, no artigo 33.º, haver – e bem – uma norma que determina a publicidade das listas dos beneficiários de apoio, incluindo na internet, de incentivo ao arrendamento, mas, na modalidade “resolução de grave carência habitacional”, não haver uma norma que igualmente determine a publicidade dos beneficiários.

Mais uma matéria de pouca transparência e que não passa dum “cheque em branco” que esta Assembleia poderá dar ao aprovar esta iniciativa legislativa é o facto de, em sede de comissão parlamentar, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social ter enfatizado a consagração de interessantes majorações para os mais jovens e para os grupos que, na opinião do Governo Regional, mais apoio merecem. No entanto, quando analisamos a proposta, a determinação do modelo financeiro dos escalões da percentagem e das majorações é remetida para um regulamento.

Outra matéria opaca é o facto de fixar também em regulamento os valores da renda máxima admitida...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O mercado oscila.

O Orador: ...sendo que o conhecimento desses montantes é determinante para a avaliação da sensatez da proposta, uma vez que é condição de acesso que o rendimento mensal bruto dos candidatos não seja superior a 4 vezes o valor da renda máxima admitida. Nesse sentido, importa esclarecer estes montantes e, sobretudo, saber qual é a previsão dos possíveis candidatos, bem como o impacto financeiro anual previsto.

Mais uma matéria de discriminação é o facto de os beneficiários do incentivo ao arrendamento necessitarem de apresentar um pedido para renovação, artigo 37.º, ao passo que os beneficiários do apoio descrito no capítulo 2 têm o seu apoio renovado automaticamente.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz, para uma primeira intervenção.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda considera a Proposta de Decreto Legislativo Regional 12/2009, designada por Famílias com Futuro, na sua generalidade, positiva e, nalguns aspectos particulares, facilitadora e potenciadora da inclusão social de agregados familiares mais desfavorecidos.

Congratulamo-nos com o facto de terem sido consideradas situações especiais, como por exemplo os casos de violência doméstica. Registamos com apreço a opção de considerar edifícios devolutos, fomentando a sua recuperação e ocupação, ao invés da política errada de criação de guetos em bairros ditos sociais que, abrigando a cabeça das intempéries, promovem a exclusão social e a degradação humana. Tudo isto é positivo e vem ao encontro duma grande parte das propostas do Bloco de Esquerda e, como tal, merece o nosso apoio.

Temos, no entanto, algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas.

Referem-se, por exemplo, ao artigo 5.º. A dotação orçamental subjacente à implementação deste diploma já está prevista no Plano e Orçamento para 2010? Se sim, quanto está previsto e com que base de cálculo? Se não, quando pensa o Governo Regional pôr em prática este diploma?

Referem-se também ao facto de tanta abrangência estar prejudicada no artigo 3.º, quando limita o acesso apenas a cidadãos com residência permanente na Região há pelo menos três anos. E quem, por via de estágios curriculares e profissionais, ou por outros motivos, vem exercer funções na Região? Pensa o Governo Regional criar um programa novo, ou, simplesmente, não se lembrou desta abrangência?

Apesar de termos registado com apreço o facto de considerarem a aquisição de edifícios devolutos e/ou com necessidade de recuperação, julgamos que a atribuição posterior desses edifícios para arrendamento deveria ser majorada, de forma a dar-lhes preferência, como forma de fomentar a recuperação de edifícios degradados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fui forçado a intervir, porque não posso deixar passar incólume aquilo que o Sr. Deputado Pedro Gomes afirmou.

O Sr. Deputado Pedro Gomes não se refere às questões que constam deste diploma e lança o manto da desconfiança sobre os apoios concedidos na habitação nos Açores, desrespeitando, desconsiderando, todos os açorianos que usufruem destes apoios, cumprindo todos os requisitos e todos os formalismos legais. É inaceitável que o Sr. Deputado Pedro Gomes fuja às questões relativamente a este diploma e lance o manto da suspeição sobre os apoios concedidos à habitação nesta Região e, portanto, eu não podia deixar passar estas afirmações do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, também para uma segunda intervenção, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(* **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que fique claro como água: o Governo orgulha-se muito, mas muito, da política de habitação promovida nestes últimos 12 anos de governação.

Portanto, relativamente às questões que o Sr. Deputado Pedro Gomes levantou, nós não temos dificuldade nenhuma, até porque não me ocorreria, neste momento, falar

de história, de que, de facto, gosto de falar, porque ela prova, de facto, a verdade das coisas.

Já agora, digo-lhe, Sr. Deputado: nesta casa, o primeiro diploma que os governos do PSD fizeram através de decreto legislativo regional remonta a 22 de Agosto, é o 14/95/A. E nos anos anteriores, como é que davam apoios na área da habitação? Desde que o Governo Regional do Partido Socialista entrou, preocupou-se imediatamente em fazer legislação exactamente para corrigir isso! Nós honramos aquilo que fazemos e, quando verificamos que as coisas não estão tão bem quanto desejaríamos, temos também a capacidade de emendar e de fazer melhor! É por isso que hoje apresentamos a esta Assembleia estas propostas de decreto legislativo. Portanto, Sr. Deputado, não diga aquilo que não é verdade.

Agora, passando ao diploma, para explicar melhor a base e a abrangência do próprio instrumento, digo-lhe o seguinte: no diploma Famílias com Futuro, podem beneficiar dele todos os jovens com idade inferior a 35 anos, ou casais jovens, separados ou não, separados judicialmente, de pessoas e bens, em união de facto, aqueles cujas idades individuais não ultrapassem os 35 anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Secretária, diga que é para todos.

A Oradora: Por exemplo, no Porta 65 eram 30 anos, para ver já aqui a diferença.

Depois, os requisitos dos candidatos: não ser o candidato ou um membro do agregado proprietário ou arrendatário de outros prédios destinados à habitação; por aí fora, todas estas características que são importantes.

Falemos de majorações, porque delas também se trata e é importante que fique registado. Se há, de facto, algumas coisas, como por exemplo as majorações e os valores máximos de renda por metro quadrado, que não estão implícitas no diploma, não podem estar, porque dependem exclusivamente da situação económica da Região. Podem mudar-se muito mais facilmente por portarias, abrangendo um leque muito maior, restringindo quando é necessário, abrindo quanto também é necessário. E os Srs. Deputados sabem perfeitamente que isso é assim, porque tem sido sempre assim. Fazemos assim exactamente para não prejudicar o acesso à habitação dos açorianos e das açorianas.

Por exemplo: a soma dos rendimentos brutos auferidos pelos candidatos e por todos os membros do agregado familiar ser compatível com uma taxa de esforço máximo de 60%. No Portas 65 é só 40. Isso não disse o Sr. Deputado há bocado, quando estava a dizer que o Portas 65 era o maior.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): São diplomas diferentes.

A Oradora: Não são diplomas diferentes, Sr. Deputado, este é muito mais abrangente! Vai ao encontro das prioridades dos agregados familiares sem local para habitar; dos agregados familiares que tenham de ser desalojados, em virtude de o local habitado não oferecer condições mínimas de segurança ou de salubridade; agregados familiares que incluam pessoas com deficiência ou acamados...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os jovens que vêm estudar para cá e querem trabalhar!

A Oradora: ... agregados familiares que incluam crianças com idade igual ou inferior a 10 anos; agregados familiares que incluam idosos. Percebe? São estas questões que estão aqui. Este diploma é um diploma abrangente e vem responder às necessidades diagnosticadas que o Governo verificou.

E, como volto a referir, o Governo tem muito orgulho nos 15 mil casos que resolveu nos anteriores 12 anos. Portanto, Sr. Deputado, é isso que temos para dizer.

Se quer falar de história lembre-se, de facto, que nós ainda hoje estamos a resolver os problemas do sismo de 80.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Isto é preciso ser dito aqui! Ainda agora o Governo lançou o concurso público do Bairro da Terra Chã, realojou 74 famílias do Bairro Joaquim Alves e quanto é que estas pessoas, quantos anos tiveram de esperar, Srs. Deputados? É esta a verdade! É esta a verdade que os senhores não querem, de facto, ouvir.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao diploma, à proposta que estamos a apreciar, a Representação Parlamentar do PCP tem aqui algumas dúvidas que, enfim, tem a expectativa de que sejam esclarecidas durante este debate, de modo a que possamos definir posteriormente, até, qual será o nosso sentido de voto.

Uma das novidades do diploma é a possibilidade de a Região arrendar habitação para subarrendar aos beneficiários, o que, na nossa opinião, parece fazer todo o sentido e estar eivado de toda a racionalidade. Todavia, uma das dúvidas que me é suscitada é o facto de se poderem escolher habitações sem prévia consulta de mercado. Depois gostaria, se fosse possível, que a Sra. Secretária me pudesse esclarecer sobre isto.

Uma outra questão, que tem a ver com a questão do incentivo ao arrendamento por fracções para residência permanente, isto é, a partir do artigo 27.º, neste sistema eu não encontrei nenhum incentivo directa e especificamente direccionado para os jovens. Por outro lado, o apoio dura 4 anos, mas não se sabe em que percentagem poderá participar a renda, pois remete para regulamentação posterior. Por outro lado, atira também para regulamento a definição de critérios para a hierarquização de candidaturas, percentagens, escalões e majorações.

Esta é uma questão que, para nós, se revela duma grande importância, uma vez que estas questões... O poder legislativo reside nesta câmara e estas questões devem ser discutidas e aprovadas por esta câmara e não transferidas para posterior regulamentação. Essa é, de facto, uma das grandes críticas que fazemos a este diploma, entretanto até gostaríamos de o subscrever e de o apoiar, mas temos estas dúvidas. Pedia à Sra. Secretária, na medida da possibilidade, enfim, o trazer esclarecimentos sobre as questões que estou a colocar.

Há, de facto, aqui, uma “menorização” do Parlamento e julgo que não se pode dar um “cheque em branco” ao Governo numa situação e sobre um tema com a importância que ele tem para os açorianos e para a Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, na discussão do diploma anterior, apresentado pelo PSD, nós tínhamos uma solução que, não sendo uma solução tão abrangente, acabava por focalizar-se, também, em questões que penso que este diploma não resolve. Portanto, nesse sentido, além das dúvidas em termos da matéria que fica para ser regulamentada, tenho uma dúvida muito específica, que coloco à Sra. Secretária Regional e que é a seguinte, em relação ao artigo n.º 3, destinatários.

Os programas Famílias com Futuro destinam-se exclusivamente a cidadãos com residência permanente na Região Autónoma dos Açores há pelo menos três anos. A questão que lhe coloco é a seguinte. Vou dar um caso específico, para ser mais explícito. Um estudante universitário que está, por exemplo, há dois anos na Universidade dos Açores, a frequentar, não tem acesso a este tipo de apoios que são agora regulamentados. É assim ou não? E qual é a solução para este tipo de casos, que fogem ao âmbito do diploma?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava só de dar um contributo para este debate, porque já há pouco, quando foi do debate do Estagiar, inclusive, houve aqui várias vezes referências à condição de jovem que me parece que reflectem uma visão um bocadinho, quase diria, retrógrada do que é ser jovem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para a senhora é tudo retrógrado.

A Oradora: Eu considero retrógrado e acho que tenho o direito de o pensar.

Todos os apoios que possam existir, quer no início da vida profissional, quer na instalação numa habitação, ou no arrendamento, não podem escamotear uma cultura de esforço e uma cultura de compromisso. Está-se aqui a dar uma imagem

dos jovens que eles são uns coitados, fragilizados, mas têm muitas competências e têm de ser altamente apoiados.

Eles têm de ser apoiados, certo, e há medidas nesse sentido. A prova são estes diplomas que o Governo propõe ao nível da habitação, mas tem de haver, subjacente a esses apoios, uma cultura de compromisso, uma cultura de esforço pessoal, de construção de carreira e de construção de vida pessoal e não essa cultura de que, uma vez instalados na habitação, uma vez instalados no estágio, já têm de ser entendidos como um cidadão de pleno direito, que tem direito a férias, tem direito a todos os apoios, porque já está assumido que é um cidadão de pleno direito. Não, há que ter uma noção, tem de se considerar que o início da vida de um jovem também é uma fase de aprendizagem da sua adultícia e isso é fundamental entre os apoios que sejam dados.

Senão, perverte-se, o que aconteceu em termos passados, em que houve apoios à habitação jovem, em que o jovem, sabendo que se tiver a mãe a morar, ou se tiver uma criança, vai majorar os critérios de apoio e vai criar condições artificiais e até, muitas vezes, prejudiciais à sua própria vida, para beneficiar de apoios. Os apoios têm de ser realmente pensados, estruturantes e não podem pôr em causa uma cultura de esforço.

Eu lembro até o Sr. Deputado Cláudio Almeida, isto apesar de o diploma já ter sido discutido, que, em relação ao estágios, há estágios por essa Europa fora que não são remunerados, em que as pessoas se batalham por poder participar neles como uma oportunidade de aprendizagem, de construção de currículo, porque é fundamental nos tempos que correm. Querer transformar os estágios ou querer transformar o apoio ao arrendamento como uma plena instalação na vida adulta penso que é uma má visão do que é ser jovem e é uma antecipação... Não é uma ajuda, isso é uma nova forma de assistencialismo.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É evidente que, se colocámos três anos, é exactamente porque é essa a nossa decisão. Nós não podemos apoiar tudo e todos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então não dá nenhuma justificação.

A Oradora: O Governo toma opções e foi essa a opção que tomámos, atendendo aos critérios que achámos que seriam mais justos. É evidente que quando se está no Governo pensa-se na política que se vai fazer, quando se está na oposição exige-se tudo e mais alguma coisa. Mas nós temos verbas, o Sr. Deputado do PP há pouco perguntava-me qual era a verba e, efectivamente, no próximo Plano e Orçamento para 2010 já estão as verbas inscritas que vão ser concedidas à habitação degradada.

Na questão das majorações, nós temos outros diplomas onde usámos a mesma técnica legislativa e, portanto, o decreto regulamentar vai definir as majorações respectivas, para que se possa pôr em prática esta política que está aqui agora a ser defendida.

Relativamente à questão daquilo que foi colocado no que diz respeito à renovação, pois, como foi dito e como está também no diploma, é concedido por um período de um ano, podendo ser renovado por igual período, até ao máximo de quatro renovações consecutivas. Atingido o termo do contrato referido no número anterior, deverá dar-se início a uma nova candidatura. O diploma não impede que haja uma nova candidatura. Se olharmos com atenção para aquilo que era proposto pelo PSD relativamente ao Porta 65, verifica-se que não era possível. Era concedido por um ano, podendo ser renovado até ao máximo de quatro, mas depois não era possível mais renovação. Portanto, aqui estão as diferenças substanciais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): São mecanismos diferentes. **A Oradora:** Agora vemos que é diferente, pois. Quando não lhe interessa, é diferente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Um é de apoio aos jovens, o outro é de apoio às famílias.

A Oradora: São as características fundamentais para que se possa dar possibilidade às pessoas de renovarem a sua candidatura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começo por esclarecer a Sra. Secretária Regional do Trabalho, para lhe dizer o seguinte:

Por acaso, o Decreto Legislativo Regional 14/95/A, que V. Exa. citou como sendo o primeiro da autoria do PSD na área da habitação, a sua informação está errada, porque anterior a esse havia o Decreto Legislativo Regional 16/90/A, de 8 de Agosto, de cinco anos atrás. Mas vou dizer-lhe mais, Sra. Secretária, não querendo ser exaustivo: a 7 de Agosto era publicado o Decreto Legislativo Regional 13/90/A, que criava o SAFIN, o Sistema de Apoio à Habitação. E a primeira iniciativa na área do arrendamento, para informação de V. Exa., já que revelou aqui alguma ignorância ou, pelo menos, um desconhecimento histórico...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Não me fale no SAFIN.

O Orador: ...a primeira iniciativa na área do arrendamento nos Açores é de 1979, é o Decreto Regional 25/79/A, de 7 de Dezembro, que se destinava a regular arrendamentos de fogos não habitados e tinha uma prática de estímulo ao arrendamento de fogos não habitados. Nessa matéria, estamos conversados quanto a quem começou primeiro o quê.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Então é uma prática regulamentar, não é legislativa.

O Orador: Em segundo lugar, Sra. Secretária, relativamente àquilo que o Governo fez e que os outros governos do PSD fizeram, eu queria também dizer-lhe o seguinte: o actual Plano, o Plano que está em vigor para 2009, afecta à área da habitação 4,1% das verbas. O último Plano feito pelo Governo Regional dos Açores da responsabilidade do Partido Social Democrata afectava à área da habitação 7,2% dos investimentos. Há uma diferença substancial na afectação dos investimentos feitos na área da habitação, o que não autoriza V. Exa. a dizer que tudo foi feito com a governação do PS e que nada foi feito com a governação do

PSD, porque esse é um discurso errado e que não faz justiça histórica à acção do Partido Social Democrata durante o tempo que teve de governação dos Açores.

Deputados Jorge Macedo e Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois, Sra. Secretária Regional do Trabalho, V. Exa. não respondeu a nenhuma das questões quanto à transparência ou falta de transparência que foram suscitadas, não apenas pela bancada do PSD, mas por outros Srs. Deputados que usaram da palavra neste debate. Significa que nesta matéria o Governo está envergonhado, porque tem um diploma que, em matéria de critérios, em matéria de critérios de atribuição dos apoios na área do arrendamento, retira ao escrutínio desta Assembleia um dado essencial, que são os critérios pelos quais os cidadãos...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Isso é completamente falso!

O Orador: ...vão ser apoiados e em que medida é que vão ser graduados nas listas que o Governo terá de organizar, ao abrigo da iniciativa que agora propõe.

A pergunta que se faz é: por que é que o Governo não... Se a Sra. Secretária até já exibiu e já leu aí um conjunto de critérios, se já os tem preparados – e eu quero acreditar que o Governo os tenha preparado, no âmbito dos trabalhos preparatórios desta iniciativa –, se os tem na sua posse, se dispõe deles, a pergunta que se faz, e é legítima, por parte deste Parlamento, é: por que é que eles não constam desta Proposta de Decreto Legislativo Regional? Esta é a pergunta a que V. Exa. tem de responder e a que ainda não respondeu neste debate.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Isso é o regulamento que as câmaras fazem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Se quer debater, inscreva-se e levante-se. Eu não admito insinuações.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária preocupou-se em rebater as intervenções da bancada do PSD. No entanto, não referiu as questões levantadas pela bancada do Bloco de Esquerda. Será porque, ao contrário da bancada do PSD, a iniciativa mereceu alguns elogios da nossa parte? Se para obter os esclarecimentos solicitados for necessário levantar alguma suspeição, faça favor de dizer, ou já não se podem pedir esclarecimentos pelo lado positivo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste momento, visto que a Sra. Secretária Regional não fez nenhum tipo de esclarecimento às dúvidas que foram colocadas pela Representação Parlamentar do PCP, e também por outro facto, que se a Sra. Secretária depois quiser explicar poderá explicar, que foi, no início da sua intervenção, dizer que os jovens não eram cidadãos de pleno direito, mas, pelo caminho de, digamos, total ignorância às características, ou às dúvidas que foram levantadas por nós e até à expressão utilizada pela Sra. Secretária, o PCP abstêm-se relativamente a este diploma.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(* Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço desculpa ao Sr. Deputado Mário, mas eu penso que referi que existiam verbas no Plano de 2010, na minha intervenção anterior, previstas já para a habitação degradada e que foram substancialmente, até, aumentadas relativamente ao Plano anterior. Só para prestar este esclarecimento.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(* Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária não estava com atenção à minha intervenção. É que esse foi um ponto, mas tinha outros, que ela não me deixou acabar de esclarecer, mas eu vou repetir. Referem-se também – e foi isso que a senhora não ouviu – ao facto de tanta abrangência estar prejudicada no artigo 3.º, quando limita o acesso apenas a cidadãos com residência permanente na Região há pelo menos três anos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Eu já respondi!

O Orador: E quem, por via de estágios curriculares e profissionais, ou por outros motivos, vem exercer funções na Região?

Depois, pensa, em relação a esta situação, o Governo Regional criar um programa novo, ou simplesmente não se lembrou desta abrangência?

Ainda ficou uma outra situação, que foi um reparo. Aí, pode não responder, fica só o reparo: apesar de termos registado com apreço o facto de considerarem a aquisição de edifícios devolutos e/ou com necessidade de recuperação, julgamos que a atribuição posterior desses edifícios para arrendamento deveria também ser majorada, de forma a dar-lhes preferência, como forma de fomentar a recuperação de edifícios degradados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito ao Plano para 2010, existe uma verba de 4.080.625 euros para os apoios à habitação, à recuperação do parque habitacional.

A segunda questão que me levantou também penso que já tinha respondido, já que acabei por dizer que foi uma opção do Governo limitar aos três anos, porque nós fazemos opções de acordo com aquilo que achamos mais importante e menos importante. Portanto, penso que respondi à questão que me foi colocada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho de momento mais inscrições. Creio que podemos passar à votação, na generalidade, do diploma. É o que passarei a fazer de imediato. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a proposta de diploma façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos de seguida para o debate e a votação na especialidade. Há três propostas de alteração do Partido Socialista e uma proposta de alteração do Partido Social Democrata.

Dos artigos 1.º ao 24.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Eu perguntava às Sras. e aos Srs. Deputados se posso colocar estes artigos à votação em bloco.

Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para pedir a V. Exa. que o artigo 18.º, número 5, seja votado separadamente. Quanto ao resto, não nos opomos.

Presidente: Muito bem. Então, podemos votar do 1.º ao 17.º em conjunto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é só para lhe solicitar que o artigo 3.º seja votado também de forma separada.

Presidente: Muito bem, creio que posso colocar à votação os artigos 1.º e 2.º em bloco.

Então, vamos colocar à votação os artigos 1.º e 2.º, inclusive e conjuntamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então agora pôr à votação o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vou então agora pôr à votação em bloco o artigo 4.º ao artigo 17.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou agora colocar à votação o n.º 5 do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vou colocar agora à votação os restantes números e alíneas do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do artigo 19.º ao 24.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso pô-los à votação em bloco.

Vamos, então, votar estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O artigo 25.º, como disse há pouco, tem uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, que altera a redacção do seu número 2.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou ser muito rápido.

É uma precisão, porque, como se pode verificar facilmente, são os capítulos que estão divididos por secções e não o diploma. Portanto, trata-se de uma precisão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Creio que posso colocar à votação a alteração do Partido Socialista para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a proposta do artigo 25.º, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Dos artigos 26.º inclusive, ao 34.º, não há quaisquer propostas de alteração. O Sr. Deputado Pedro Gomes pede que o número 3 do artigo 30.º seja votado em separado. Creio que poderei pôr à votação em conjunto do artigo 26.º ao 29.º, inclusive. É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou agora colocar à votação o número 3 do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vou agora colocar à votação a restante parte do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou agora colocar à votação em conjunto os artigos 31.º a 34.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Há uma alteração para o artigo 35.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Breves palavras para apresentar a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ao artigo 35.º.

Na economia desta iniciativa, os apoios ao arrendamento têm um carácter mensal, sendo que a proposta prevê que o respectivo pagamento seja feito aos destinatários de modo trimestral. E a proposta do PSD é tão simples quanto isto, é transformar este pagamento trimestral num apoio mensal, por esta simples razão: se estamos perante cidadãos carenciados, cidadãos que merecem o apoio da Região na área do arrendamento, se este apoio é calculado mensalmente e sobre uma renda mensal, qual a razão de ser do pagamento do apoio ser feito de modo trimestral e não mensal? Porque a renda das casas é paga mensalmente, como todos nós sabemos. Esta é a razão de ser da proposta que o PSD apresenta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que julgamos que esta proposta do Partido Social Democrata prejudica as famílias, inicialmente, porque, como sabemos, existem muitos senhorios – aliás, essa é a prática normal – que têm, por exemplo, o requisito de solicitar na primeira renda mais do que uma renda. Portanto, julgamos que esta proposta do Partido Social Democrata...

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: ...prejudica as famílias, porque lhe dá um cariz mensal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Do que está aqui em questão, penso que o PSD não percebeu o que está no diploma. Só para esclarecer, o número 1 diz: “*O apoio financeiro previsto no capítulo III do presente diploma é devido a partir do mês seguinte ao da publicação das listas definitivas das candidaturas aprovadas, nos termos previstos do artigo anterior*”. Ou seja, após as listas publicadas, o Governo antecipa 3 meses de renda! No número 2, depois, diz: “*O apoio financeiro referido no número anterior é pago trimestralmente (...)*”.

Após a publicação das listas, faz-se a folha para a contabilidade pública e antecipa-se três meses! Pagar mensalmente é muito pior para as famílias, por amor de Deus! Quer dizer, eu penso que está perfeitamente aqui esclarecido e implícito. Até porque, como disse o Sr. Deputado Berto Messias, aquando do contrato de arrendamento é preciso fazer a antecipação do mês. Está na lei e, portanto, tem de se pagar dois meses.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não está na lei.

A Oradora: Geralmente é assim que acontece. Portanto, antecipando, nós pagamos três meses antecipados. É melhor para as famílias. Foi só por isso que tomámos esta decisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo confessar que fiquei perplexo, quer com a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, quer com a intervenção da Sra. Secretária Regional do Trabalho e conviria que esta matéria ficasse absolutamente clarificada.

Das duas uma, não há outra alternativa, de acordo com a redacção que o Governo aqui propõe: ou os pagamentos às pessoas, no decurso normal do apoio, são feitos mensalmente, ou são feitos trimestralmente. Convém que a Sra. Secretária esclareça exactamente o que o Governo Regional quer com esta redacção do artigo 35.º.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Leia o que está escrito!

O Orador: Aqui o que está escrito e o que nós interpretamos, e penso que não é só a bancada do PSD a interpretar...

V. Exa. tem o dom de saber tudo sobre tudo e o PSD, coitado, tem a infelicidade de não saber nada sobre nada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas convém que nos esclareçamos, para sabermos do que estamos a falar.

A questão é esta. O que o n.º 2 do artigo 35.º diz é: “*O apoio financeiro referido no número anterior é pago trimestralmente aos respectivos titulares ou aos seus representantes legais (...)*”, etc. O que é pago trimestralmente?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Leia o n.º 1, se faz favor.

O Orador: É o apoio financeiro devido, isto é, o apoio que o Governo Regional disponibiliza para cada cidadão que entrou neste esquema de apoio ao arrendamento. É pago trimestralmente. O que significa isto? Bem, eu posso estar enganado, posso estar equivocado, mas no meu fraco conhecimento – certamente o seu é melhor do que o meu – pagar trimestralmente significa pagar de 3 em 3

meses e mensalmente significa pagar todos os meses. Eu posso estar enganado, mas V. Exa. corrigir-me-á.

Deputada Aida Santos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico, em relação à redacção do artigo 35.º, n.º 2, também não tem qualquer tipo de dúvida. O que aqui está escrito é “*o apoio financeiro referido no número anterior é pago trimestralmente aos respectivos titulares*”. É o que aqui está escrito.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Leia o número anterior!

O Orador: E o número anterior não modifica em nada, estamos aqui a falar do apoio financeiro. Qual é o apoio financeiro? É aquele apoio que a senhora agora diz que é pago mensalmente, mas que escreveu aqui que é pago trimestralmente.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Não, não!

O Orador: É muito simples, penso que é uma questão de português mais do que evidente e, portanto, aqui o que o Governo deveria, ou poderia dizer é que escreveu uma coisa e queria dizer outra. É isso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, ajude-nos, por favor, a esclarecer a dúvida do “leia o primeiro ponto”.

Quando alguém que usufrui deste programa chega à necessidade e ao dia de pagar, pela primeira vez, uma prestação, de acordo com uma lógica sequencial ela já tem, mais ou menos, 3 meses para pagar: 1 mês, que é o que medeia até à publicação das listas; e 2 meses que são os tais, o mês da casa, o mês da renda e o da caução que muitos senhorios pedem. Portanto, são 3. Daí que eu compreenda que no ponto 2 seja dito o “trimestralmente”.

Para mim o erro é o termo trimestralmente, porque, de acordo com a forma como nós estamos a interpretar, aqui pela primeira vez, serão pagos 3 meses, o valor de 3 rendas, digamos assim. 3 meses, 3 rendas. Mas, a partir deste início, as rendas, o apoio do Governo, serão dados mensalmente. É esta a dúvida: das duas uma, ou, na primeira vez, quem usufrui do programa recebe 3 meses mas, a partir daí para a frente, mensalmente recebe o apoio do Governo e, portanto, da primeira vez recebe 3 mas depois recebe uma a cada mês...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claro. Assim é que tem de ser.

A Oradora: ...ou, outra interpretação possível do que aqui está é: recebe 3 pela primeira vez e depois só volta a receber outra passados 3 meses e outra passados 3 meses. E a dúvida, Sra. Secretária, é: como é que nós conciliamos o ponto 2 e o ponto 1, para conseguirmos perceber o que está em causa? É pago sempre trimestralmente, ou só é pago 3 meses pela primeira vez, porque de facto são 3 rendas que quem usufrui deste programa tem de pagar?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Nós queremos ajudá-la nesta matéria.

Deputado Mark Marques (PSD): Esteja convicta disso!

O Orador: Esteja convicta disso, diz bem o Deputado Mark Marques.

A intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares julgo que foi útil para ajudar a esclarecer V. Exa. .

O pagamento mensal não tem nada a ver com os valores que são de facto devidos. Isto é, nos termos do n.º 1, o pagamento é devido a partir do mês seguinte ao da publicação das listas definitivas, qualquer que seja esse pagamento. 1 mês, 2 meses, 3 meses, é o pagamento que é devido. Outra coisa é a periodicidade, isto é: quando é que o Governo faz o pagamento aos cidadãos que têm direito a recebê-lo, dali para a frente? Portanto, na primeira vez que paga, paga aquilo que se tiver vencido, 1 mês, 2 meses, 3 meses. Significa é que pago todos os meses aquilo que é devido. Se é a renda, é a renda; se é no início do contrato, a partir do momento

em que a pessoa entrou na lista definitiva e a lista é publicada, paga 2 meses, 2 meses e meio ou 3 meses que sejam, não tem qualquer dificuldade.

Sra. Secretária, ficava-lhe bem reconhecer que a técnica legislativa usada pelo Governo não é a correcta e que não corresponde àquilo que V. Exa. aqui declarou. Ficava-lhe bem. Um toque de humildade justificava-se.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que o debate acerca desta alteração está feito. Vamos passar à votação.

Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o n.º 2 do artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos agora votar a proposta do artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 35.º foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Eu colocaria agora à votação em bloco, porque não têm qualquer proposta de alteração, os artigos 36.º e 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 38.º há uma proposta de alteração do Partido Socialista à redacção do seu n.º 2.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se de um erro de remissão que nós queremos corrigir com esta proposta. Anteriormente remetia para o artigo 32.º, n.º 5, mas deve remeter sim para o n.º 4, porque o n.º 5 não existe.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 38.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Nos artigos 39.º a 45.º não há qualquer proposta de alteração, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 46.º, o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para corrigir um erro de remissão.

Anteriormente remetia para o artigo anterior, mas, como se pode ver, não é o 45.º mas sim o 44.º que se refere ao despacho governamental.

Muito obrigado.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação o artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os artigos 47.º e 48.º, ou seja, os últimos artigos do diploma, não têm qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou agora proceder à votação final global.

O Sr. Deputado Pedro Gomes pede a palavra para?

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): V. Exa., é só para recordar, porque penso que isso não foi referido, que quando votámos o artigo 6.º votámos também,

implicitamente, o anexo que consta do diploma e, portanto, considera-se também já votado.

Presidente: Considera-se o anexo votado, exactamente. Obrigado.

Vou colocar o diploma à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a hora regimental, vamos almoçar. Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Bom almoço.

(Eram 13 horas e 08 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia, por isso, que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos passar para o ponto 4 da nossa agenda de hoje, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/2009, que tem por epígrafe “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, que estabelece o regime de participação na recuperação de habitação degradada”**.

Para apresentar o diploma, dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação deste diploma, propomos a alteração da legislação de enquadramento dos apoios à recuperação da habitação degradada, introduzindo-se alterações que visam o alargamento do leque de beneficiários abrangidos pelos apoios, criando-se, para o efeito, um regime excepcional de acesso pelo prazo de dois anos, o qual permitirá candidaturas ao regime de comparticipação na recuperação de habitação degradada a todos aqueles que, não sendo titulares do direito de propriedade do imóvel, nele residam a título permanente há mais de cinco anos.

Dois: é aumentado, também, o limite máximo de rendimentos admissível por agregado familiar. Serão ainda consideradas elegíveis as despesas inerentes ao processo de regularização da titularidade do direito de propriedade, bem como as despesas decorrentes do registo de ónus. Passa também a ser possível apoiar habitações cuja área bruta de construção seja superior a 160 metros quadrados.

Com a presente proposta, o Governo concretiza mais um compromisso do seu programa político, contribuindo para a preservação do património arquitectónico e urbanístico, apostando na reabilitação urbana e na conservação do tecido habitacional já existente, promovendo desta forma melhores condições de habitabilidade às pessoas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Para já, tenho inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes e Manuel Herberto Rosa.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Na discussão que tivemos esta manhã, relativa a outra Proposta de Decreto Legislativo Regional na área da habitação, uma parte da discussão sobre estas matérias foi feita e, por uma questão de economia de debate, não irei reproduzir os argumentos que utilizei de manhã quanto à questão geral na área da habitação.

Contudo, não quero deixar de assinalar, em nome da bancada do Partido Social Democrata, a circunstância de este diploma, tal como o diploma anterior, padecer de algumas deficiências que, do nosso ponto de vista, deveriam ter sido corrigidas,

a bem do diploma e a bem da transparência que é exigível na área da habitação, nomeadamente matérias que voltam a estar fixadas para diploma regulamentar e, desde logo, aquelas que têm a ver com o valor do prédio a apoiar e o montante de apoio concedido a cada cidadão que beneficie destas medidas de recuperação da habitação degradada. São áreas sensíveis que, volto a dizer, deveriam, por parte do Governo, recolher outro tipo de atitude legislativa, de modo a que pudéssemos estar habilitados com total clareza a apreciar o diploma. Este é um dos problemas que este diploma tem.

Gostaria, Sr. Presidente, se me permitisse, abusando da bondade de V. Exa., de dizer desde já também, por uma questão de economia, que o PSD tem uma proposta na especialidade, relativa ao n.º 2 do artigo 2.º deste diploma, que se prende com o regime excepcional de acesso. Se V. Exa. me autorizasse, eu apresentaria também neste momento essa iniciativa, despachando já a sua apresentação, o que me dispensaria de falar na parte da especialidade.

O PSD apresenta também uma iniciativa que visa eliminar o n.º 2 do artigo 2.º, que tem como epígrafe o regime excepcional de acesso. A razão de ser desta iniciativa prende-se com o seguinte: é estabelecido um regime excepcional de acesso, por um período de 2 anos, de modo a aplicar a legislação em vigor, o 6/2002/A, a todos aqueles que não são titulares dum direito de propriedade sobre o imóvel, mas que nele residam a título permanente pelo período de 5 anos. Parece-nos bem a fixação deste prazo de 2 anos. O que nos parece profundamente errado, e este é o sentido da alteração que nós apresentamos, é que esse período “(...) possa ser prorrogado por portaria do Secretário Regional com competência em matéria de habitação”. Acabei de citar o n.º 2 do artigo 2.º.

Parece-nos mal, porque esta é uma matéria de carácter excepcional e, como tal, só é possível ser legislada ao abrigo duma norma excepcional como esta do artigo 2.º e, tendo natureza excepcional, não deve ser um acto administrativo, um acto regulamentado – neste caso um despacho – a prorrogar aquilo que é um prazo legal. É uma má técnica legislativa, é uma opção errada e, nessa medida, nós apresentamos uma proposta de alteração no sentido de eliminar este n.º 2 do artigo 2.º, que fixa o regime excepcional de acesso. Isto é, fica mais transparente a

solução, sem esse n.º 2 e, de facto, do ponto de vista legislativo, deve ser legislado como deve ser legislado.

É o Parlamento que disciplina um regime excepcional. Se houver necessidade de prorrogação deste regime excepcional findos 2 anos, o Parlamento apreciará uma eventual prorrogação, por iniciativa do Governo, ou por iniciativa de qualquer um dos Srs. Deputados.

São estas considerações gerais que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata gostaria de fazer relativamente a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa legislativa ora em apreciação vem alterar o regime de comparticipação na recuperação de habitação degradada previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, e prossegue o objectivo primordial de reforçar o acesso generalizado a uma habitação condigna e preservar eficazmente o património arquitectónico e urbanístico da Região.

As alterações agora propostas visam, designadamente, alargar o leque de potenciais beneficiários dos apoios, seja através do aumento do limite máximo de rendimentos admissível por agregado familiar, seja por via da criação de um regime excepcional de acesso aos apoios.

Este regime excepcional engloba todos aqueles cidadãos que, não sendo titulares do direito de propriedade do imóvel candidatado, nele residam a título permanente há mais de cinco anos, exceptuando os casos de arrendamento urbano.

Outra alteração significativa tem a ver com o facto de, com a entrada em vigor deste diploma, passarem a ser elegíveis para apoio as despesas inerentes ao processo de regularização da titularidade do direito de propriedade do imóvel candidatado, assim como as despesas decorrentes do registo do ónus de inalienabilidade, o que constitui um claro incentivo ao registo do direito de propriedade e conseqüente regularização da situação de muitas habitações que

neste momento se encontram excluídas da possibilidade de serem apoiada a respectiva recuperação.

De referir também que as alterações introduzidas pela presente proposta tornam possível o apoio à recuperação de habitações cuja área bruta de construção seja superior a 160 metros quadrados e abrem ainda a possibilidade de, em determinadas circunstâncias, terem acesso as apoios candidatos que sejam proprietários de mais do que um prédio urbano.

Estas são razões mais que suficientes para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vote favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, como de facto vai acontecer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, cuja alteração é agora proposta pelas razões que acabei de expor em traços gerais, foi já objecto de duas alterações.

A primeira, que deu nova redacção ao artigo 6.º, foi introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho, que estabelece apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas.

A segunda, introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/A, de 31 de Outubro, consistiu no aditamento de um artigo, o artigo 19.º-A, que estabeleceu a possibilidade dos apoios legalmente previstos poderem ser majorados quanto tiverem por objecto imóveis sitos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, as denominadas ilhas da coesão.

Aqui chegados, é fácil concluir que a iniciativa que neste momento estamos a debater visa proceder à terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A e não à segunda, como por lapso consta da respectiva epígrafe.

E é a correcção deste lapso e das suas consequências que leva o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a apresentar uma proposta de alteração na especialidade, que, sem prejuízo do respeito que nos merecem as normas regimentais, Sr. Presidente, por uma questão de economia de tempo e com a sua benevolência, passarei a sumariamente a explicar.

A proposta de diploma ora em causa, certamente por lapso, não teve em atenção o aditamento do artigo 19.º-A (Majoração especial) produzido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/A. Por não ter tido esta alteração em linha de conta, a republicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, operada pela proposta de diploma em apreciação, não contém o referido artigo 19.º-A.

A proposta de alteração ora apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o artigo 1.º passa a incluir a referência a todas as anteriores alterações a que o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A foi entretanto sujeito e que são duas.

A aprovação desta alteração significa automaticamente, e a título de redacção final, a alteração da epígrafe do diploma, que passará de 2.ª alteração para 3.ª alteração, e a inserção do citado artigo 19.º-A na republicação.

Por outro lado, o anexo I, que também é alterado por esta proposta de diploma, no número de elementos do agregado familiar deixa cair a expressão “10 ou mais” que está patente no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, ficando apenas o limite de “10”.

É por demais evidente que se trata de um mero lapso de escrita, que também deverá ser corrigido a título de redacção final do diploma.

Uma palavra final para informar o Plenário de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está sensível aos argumentos que suportam a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e que consiste na supressão do número 2 do artigo 2.º da proposta em apreciação, razão porque vai viabilizá-la com o seu voto favorável.

E é isto, Sr. Presidente, o que se nos oferece dizer sobre a matéria em debate.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que agora estamos a discutir é, na óptica do CDS/PP, uma proposta bastante positiva, que facilita imenso o agilizar de questões anteriores, em que nós

tínhamos grandes problemas, às vezes, de prédios com mais de 60 metros quadrados e, agora, conseguem resolver-se esses problemas de habitação.

Infelizmente, continuamos com, como foi já aqui dito, uma parte censurável, que é sempre passar para um decreto regulamentar algumas questões que podiam ser resolvidas no próprio diploma. Também ficámos com algumas dúvidas em relação a este carácter temporário, por 2 anos, do diploma. Esperemos que, ao fim de 2 anos, seja ultrapassado.

Como tal, iremos votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, no geral é positiva, mas não vai além dum aperfeiçoamento do existente.

É boa, por exemplo, a possibilidade de recandidatura após 10 anos, como forma de prevenir futuras degradações; é um avanço considerar os custos de regularização de registos; mas é pouco, perdeu-se a oportunidade de ir mais além. Esperava-se um verdadeiro programa regional de recuperação do edificado efectivamente degradado, bem como do devoluto. Os edifícios muito degradados e os devolutos não são abrangidos, mas sim excluídos, de acordo com o ponto 4 do artigo 9.º. Esta é, aliás, uma prova, pela negativa, de que essas situações existem e continuam a não ser devidamente contempladas.

Em resumo, sendo no geral positiva, fica muito aquém das nossas expectativas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa em apreciação, ela, aliás como já foi referido pelo Deputado Pedro Gomes, enferma dos mesmos males, digamos, que o diploma que apreciámos anteriormente. Isto é, remete para regulamentação matérias que são essenciais, que são ou que devem ser definidas aqui, pelo poder legislativo.

A Representação Parlamentar do PCP, essencialmente por esse motivo, vai abster-se.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para fazer um pequeno esclarecimento, exactamente para enquadrar algumas questões que me parece que podem não ter ficado bem esclarecidas.

A inovação deste diploma consiste num problema fundamental. Como todos sabem, em algumas ilhas do Arquipélago dos Açores existe um património construído de imenso valor que, com o enquadramento actual, não era possível ser recuperado. Toda a gente conhece os casos da Graciosa, do Corvo, de São Jorge, do Pico e de outras ilhas, mas estas são, de facto, onde a situação foi mais difícil. E, portanto, aquilo que o Governo pretendeu fazer em termos de habitação degradada foi, exactamente, poder, com este diploma, alargar o leque de oportunidades aos beneficiários abrangidos, através de duas soluções. Que fique claro:

Na primeira, é aumentado o limite máximo de rendimentos admissíveis por agregado familiar. Já assim o era e o que eu posso dizer é que, consultando o anexo do presente diploma que está agora em apreciação, uma pessoa singular, com um coeficiente de 2,20, com um rendimento bruto de 733.94 euros era o limite máximo admissível. Neste momento, com esta alteração, passámos para, com um agregado, com uma pessoa singular, o que, com um coeficiente de 3.30, passa a ter rendimento mensal, rendimento mínimo bruto, de 1.100 euros. Aqui está uma alteração substancial, que vai abranger um leque maior de pessoas que, até ao momento, não conseguiam atingir. Isto é importantíssimo, porque é isto que vai permitir, exactamente, alargar o nosso leque e resolver mais problemas de habitação degradada.

Por outro lado, a questão do carácter de excepcionalidade, o regime de excepcionalidade de acesso pelo prazo de 2 anos, vem também dar uma resposta

aos problemas que existem e que são, exactamente, aqueles que foram aqui até referidos por alguns Srs. Deputados.

Portanto, não há aqui uma alteração em que se diga que no outro diploma havia determinadas questões e agora foram retiradas para resolver outros problemas, não. O anexo do anterior diploma era um, passa agora a beneficiar de um maior apoio, exactamente para abranger um maior número de pessoas e os casos que nós não conseguimos abranger até agora.

É isto que está aqui em questão, Sras. e Srs. Deputados. Foi para isto que foi alargado o diploma, exactamente para responder às principais dificuldades que existiam, assim como uma que parece de substancial importância, que é a questão dos metros quadrados até então aprovados, em que, agora, para além dos 160 metros também é possível. Portanto, tudo isso foram as questões que foram diagnosticadas como impedimentos que faziam com que alguns açorianos, ou dezenas de açorianos, não pudessem ter acesso ao apoio da habitação degradada. Agora poderão vir a ter, porque foram alteradas aquelas questões que eram constrangimentos efectivos.

E todas as Sras. e Srs. Deputados sabem, se de facto contactam com os eleitores, que esta é uma questão que traz verdadeiramente constrangimentos às pessoas. Porque alguns dos Srs. Deputados, em momentos fora da sala de sessões, muitas vezes me procuram e dizem “Olha que há ali outro processo...”. Portanto, como sabem, esta questão é uma questão que aflige alguns cidadãos. Ao fazermos isto estamos a abranger um leque maior de cidadãos açorianos, de famílias, de pessoas singulares, que têm acesso a este apoio e que vão beneficiar o património edificado e o nosso património cultural, porque nós queremos, com isto, abranger um leque maior de pessoas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (BE): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vejo esta proposta do Governo como uma proposta que tem méritos evidentes e, fundamentalmente, resolve algumas questões, como a Sra. Secretária estava a

dizer, nomeadamente questões que eu conheço também em relação à Ilha do Corvo e, portanto, reconheço que é um diploma que tem vantagens óbvias.

Também em relação aos limites que eram impostos às áreas, considero que é um avanço decisivo, uma vez que os rendimentos das famílias não lhes permitiam, de facto, resolver esse tipo de problemas. Não quer dizer que fossem ricos por causa disso, por terem áreas maiores. Quer é dizer que tinham muita dificuldade, tendo rendimentos baixos, em poder custear intervenções tendo moradias com áreas superiores.

Nesse sentido, na medida em que considero que o diploma tem vantagens óbvias, o PPM anuncia que votará a favor desta iniciativa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, vou passar para a votação na generalidade deste diploma.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares, quem porventura ainda não teve oportunidade de o fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Conforme referiram que adiantaram já por uma questão de economia e entraram no debate da especialidade, quer o Sr. Deputado Pedro Gomes, quer o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, há duas propostas de alteração, uma do Partido Socialista, que altera o corpo do artigo 1.º, e uma do Partido Social Democrata, que altera o n.º 2 do artigo 2.º.

Eu vou colocar agora à votação a primeira destas propostas de alteração, ou seja, a proposta que altera o corpo do artigo 1.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou agora pôr à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração do PSD para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 3.º e 4.º não têm qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou agora proceder à votação final do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final, o diploma foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar agora para o ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2009 – “Cria o Vale Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos, aquando do Plano e Orçamento para este ano, uma proposta chamada e que criava o Vale Saúde e que tinha como objectivo – tinha e tem – dar um contributo para a redução das listas de espera cirúrgicas na Região Autónoma dos Açores.

Pese embora, e reconhecendo também na nossa proposta, as iniciativas do Governo e o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Governo nesta matéria, achámos que era interessante dar mais uma oportunidade de se reduzir as listas de espera e não terminar as listas de espera, ou acabar com as listas de espera, coisa impossível de fazer, como algumas associações e ordens para aqui dizem nos seus pareceres.

Tratou-se, simplesmente, de mais um instrumento, mais uma ferramenta, para essa redução. Alargava, o que nos parece importante, o âmbito onde os açorianos podiam recorrer para se tratarem. Também nesse diploma propomos que essas listas de espera fossem publicadas na internet. Era uma proposta que aqui estava, um dos artigos era esse, que também já está a ser implementado pelo Governo, por despacho do Sr. Secretário.

Ora bem, qual a importância fundamental disto? A importância é retirar – e temos de ser muito objectivos nisto – aos hospitais a exclusividade do combate à redução das listas de espera. Porque, infelizmente, ainda há quem defenda na Região Autónoma dos Açores – e quando digo que ainda há quem defenda, refiro-me a associações corporativistas que cá existem – o “hospitalocentrismo” e que deve ser o hospital a resolver tudo e no hospital a resolver-se tudo.

Ora, teve resultados positivos, houve uma redução substancial de listas de espera enquanto esteve em vigor este programa de redução de listas de espera mas, no nosso entender, começava também a haver alguns vícios. Alguns vícios que, reconheço, são difíceis de controlar e de sanar, mesmo pelo Governo, tais são as artimanhas que se arranjam para contornar as situações. Falo muito à-vontade nessas matérias, não tenho nenhum problema em aqui fazer críticas à classe médica e a quem gere esses programas nos hospitais.

Obviamente, este diploma abre a possibilidade de os utentes poderem recorrer à privada, às instituições de solidariedade social, enfim, abre um leque grande de opções que vão, com certeza, contribuir positivamente e dar um contributo, mais

um, para a redução das listas de espera dos Açores. Sendo certo que é este, por exemplo, o parecer da Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores, que diz claramente isso, que isto é positivo e faz o seu parecer muito bem feito.

Tratamento diferente tem o parecer que é dado, enfim, pela Ordem dos Enfermeiros, que diz coisas curiosas. Diz, por exemplo, que não há nenhum estudo ao horário de funcionamento dos blocos operatórios, ou que não há nenhum estudo que diga que a capacidade no Serviço Regional de Saúde está instalada. Bom, que eu saiba, os blocos operatórios até têm um enfermeiro-director; que eu saiba, a Ordem até tem estudos. Que eu saiba, por que é que a Ordem ainda não fez esses estudos e ainda não percebeu por que é que os blocos operatórios não funcionam? A crítica, naturalmente, não é dirigida ao projecto do CDS/PP.

Curiosamente, num outro diploma que nós temos, a Ordem critica o facto de nos referirmos a que um enfermeiro de família aumentaria o emprego dos Açores. Pois, para espanto nosso, no parecer deste Vale de Saúde é exactamente isso que a Ordem diz, que é preciso mais dotação de recursos humanos/enfermeiros. Acho que não é necessário, as unidades privadas e sociais de saúde têm os seus quadros. Nos Açores não existem, só uma unidade privada é que pode dar resposta a isto e, obviamente, fica aberta a possibilidade de os doentes também recorrerem a unidades de saúde privadas convencionadas com o Serviço Regional de Saúde e convencionadas com o Serviço Nacional de Saúde.

A gestão, obviamente, como nós bem dissemos, e a regulamentação deste diploma, fica a cargo do Governo Regional, que é quem tem de a fazer. E, obviamente, essa gestão será feita no dia-a-dia, pelo departamento competente do Governo Regional, como nós deixamos aqui no nosso diploma.

Em síntese, parece-me um diploma muito positivo e um contributo também para a redução das listas de espera.

Quem diz que se pretende acabar com as listas de espera não sabe o que diz. O que mais me espanta é que quem diz isto é médico. É um Sr. Dr. Jorge que vem para a comissão dizer umas patacoadas. Não leu a iniciativa, não sabe o que aqui estava e vem para aqui dizer, enfim, umas coisas, que são precisos médicos de família, que

há falta de médicos de família, que é aí que se combatem as listas de espera, que a contratualização...

Enfim, curiosamente, ali o Sr. Deputado Bolieiro diz que a contratualização, apesar de meritória, é ainda insuficiente, que não estão optimizadas as possibilidades de flexibilização e de rentabilização dos recursos existentes. Cá está o “hospitalocentrismo” a funcionar, que o Sr. Deputado Bolieiro aqui bem plasma, na minha perspectiva, infelizmente.

Continua a Ordem dos Médicos por aqui abaixo. Depois, mistura aqui e não interessa já falar. Vem, a propósito do Vale Saúde, falar do Enfermeiro de Família, portanto não vale a pena estarmos aqui a falar. Ou seja, o que este senhor aqui diz é que, ao fim e ao cabo, o problema das listas de espera é por falta de médicos de família e aponta o dedo aos médicos de família. A responsabilidade é do senhor, não vou tecer nenhum comentário sobre esta matéria.

Fico com a iniciativa em análise que me parece, para terminar, muito positiva. E, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, é uma das defesas do seu partido, as parcerias público-privadas na saúde. Parece-me que estamos perante uma parceria público-privada, com certeza modesta, não tão grande e não tão, enfim, magnânime como as que o seu partido naturalmente defende, mas que com certeza dá um contributo para muitos açorianos que estão à espera de uma cirurgia e que, com certeza, também vai contribuir para a redução dos tempos de espera cirúrgicos e para a redução dessa mediana do tempo de espera cirúrgico.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos o Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta do CDS/PP que cria o Vale Saúde, nós temos aqui algumas dúvidas.

O problema de facto existe, a solução apresentada pelo CDS/PP é uma medida avulsa que pode, eventualmente, contribuir para a diminuição das listas de espera para as cirurgias, mas não deixa de ser uma medida avulsa e retira responsabilidade àquilo que é a capacidade instalada, ou deveria ser a capacidade instalada, do Serviço Regional de Saúde. Julgamos que aquilo que era fundamental que se fizesse – e que terá de ser feito, mais tarde ou mais cedo – era uma discussão séria e profunda sobre as debilidades do nosso Serviço Regional de Saúde, de modo a introduzir alterações que, de uma vez por todas, respondam às necessidades de cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Ou melhor, gostaria ainda de colocar aqui uma outra dúvida, que tem a ver com o seguinte: já existem parcerias e há, tanto quanto julgo saber, um programa de combate às listas de espera da Secretaria Regional de Saúde. Não sei muito bem qual é, digamos, o grau de eficácia desse programa de combate às listas de espera. Gostaria, se o Sr. Secretário tiver a bondade de o fazer e se me quiser dar essa informação, estou a fazê-lo aqui de uma forma perfeitamente... Eu não conheço, possivelmente até estará publicado, mas eu efectivamente não conheço.

Julgo é que estas questões, mais do que medidas de carácter avulso, como a que está a ser apresentada pelo CDS/PP, necessitam de outras medidas e de encontrarmos aqui soluções que reforcem o Serviço Regional de Saúde, o carácter público do Serviço Regional de Saúde, e não introduzir mecanismos que, sendo avulsos, tendem a caminhar para a desresponsabilização da Região, ou melhor, do Serviço Regional de Saúde, nos cuidados que tem de ter e que lhe competem, quer seja ao nível das cirurgias, quer seja ao nível de outros cuidados de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu, no âmbito da discussão que está aqui no hemiciclo, gostaria apenas de dizer que a recuperação de listas de espera é um objectivo deste Governo. Foi um objectivo amplamente conseguido em 2008 e, respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires, podemos dizer que recuperámos a lista de espera há mais de 24 meses nos 3

hospitais da Região e é um objectivo em 2009 recuperar até aos 18 meses. Neste sentido, foram contratadas com os 3 hospitais da Região 1.028 cirurgias, que esperamos ver executadas até ao fim deste ano.

O sentido da minha intervenção é apenas de reforçar o papel do Governo nesta matéria e ainda como medida do Programa do X Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O projecto de diploma que estamos a analisar e a debater, de facto, apesar do seu mérito e das virtualidades que apresenta – e o PSD, o Grupo Parlamentar dará assentimento – não dispensa dirigir aos governos do Partido Socialista a adequada crítica de que, ao longo destes anos, não foram capazes de garantir com eficiência, no Serviço Regional de Saúde, a melhoria efectiva da acessibilidade aos cuidados de saúde.

De facto, quando hoje nós nos continuamos a debater com preocupações de dificuldades de acessibilidade aos cuidados de saúde e, em particular, às cirurgias e às consultas, ele é apenas o balanço de uma governação do Partido Socialista, ao longo destes 12 anos, sem prioridade política para a saúde. É este registo que importa sinalizar enquanto balanço. Pode ser, entre este contributo e muitos outros, que importa fazer chegar à acção governativa, darmos e mudarmos a página deste segmento de política do Governo Regional do Partido Socialista, deficitário de atenção e de prioridade.

O Grupo Parlamentar do PSD teve ocasião de, em sede da discussão do Plano e Orçamento para o corrente ano, ter proposto um aumento de verbas para garantir, no Serviço Regional de Saúde, o reforço da opção da contratualização e da convenção, exactamente para cumprir este objectivo que sinalizava, e bem, o Deputado Artur Lima, do Grupo Parlamentar do PSD: reforçar as parcerias público-privadas em matéria de saúde, para garantir, com isso, melhores cuidados de saúde, melhor acessibilidade aos cuidados, por parte dos açorianos, no Serviço Regional de Saúde.

Isto não dispensa, por isso, esta observação crítica ao Governo e o desafio para que possa, não só neste plano financeiro como também no plano legislativo e, designadamente, na tardia revisão e actualização do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, impor muitas condições de melhoria à saúde nos Açores.

Mas, retomando o que é o objecto efectivo deste debate e da nossa agenda de hoje, o Projecto de Decreto Legislativo, na verdade, o que faz é a criação dum vale de cirurgia, que visa o pagamento da cirurgia quando feita fora do contexto do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E no contexto!

O Orador: E dentro do próprio contexto e no próprio contexto, sim senhor. Corrijo, dentro do próprio contexto e permitindo que as pessoas possam ter um tempo de espera clinicamente aceitável para as cirurgias.

Ninguém conta eliminar, no Serviço Regional de Saúde, as listas de espera. Elas são um método, uma organização e uma inevitabilidade. Mas é uma responsabilidade do Governo e da política de saúde poder fazer com que esta espera esteja em tempos clinicamente aceitáveis. Nessa medida, este contributo, com a criação do designado Vale de Saúde, que é na verdade um vale de cirurgia, é um contributo válido e, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD vai apoiar.

É uma medida que, como sinalizava, sendo avulsa é, no entanto, contextualizável e por isso, é um ponto, mais um, a acrescentar àquilo que muito falta fazer por parte da política de saúde na Região Autónoma dos Açores, e a partir de agora, para virar esta página: fazer da saúde uma verdadeira prioridade da governação dos Açores, porque os açorianos merecem um Serviço Regional de Saúde compatível com as suas necessidades e com as exigências modernas de cuidados de saúde à população.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(* Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores tem tido uma atenção especial e permanente com a redução das listas de espera do Serviço Regional de Saúde.

As administrações das instituições públicas de saúde da Região retomaram a proposta de uma maior rentabilização dos recursos, como mais uma forma de controlar as listas de espera. As consultas abertas nos centros de saúde são uma prova do esforço que as instituições de saúde e os profissionais de saúde dos hospitais e dos centros de saúde da Região estão a fazer para minimizar o tempo de espera no atendimento dos utentes do Serviço Regional de Saúde. Nos nossos hospitais estão a ser efectuadas muitas cirurgias de recuperação da lista de espera, após os horários laborais dos profissionais de saúde.

A sua observação crítica, Sr. Deputado Bolieiro, não tem sentido, como muitas outras que o seu partido faz. Queria lembrar que foi este Governo que reduziu o tempo de espera nas cirurgias programadas de 24 para 18 meses. Queria informar V. Exas. que, actualmente, 924 cirurgias programadas não urgentes estão em atraso em 18 meses. Queria sublinhar que, nos 3 hospitais da Região Autónoma dos Açores, as cirurgias urgentes são executadas no dia. Os açorianos devem saber que foi efectuado um total de 13.600 – quero repetir, os açorianos devem saber que foi efectuado um total de 13.600 – cirurgias durante o ano de 2008. Só no Hospital de Ponta Delgada, em 10 anos, conseguiu-se aumentar 80% das cirurgias, de 2.239 para perto de 6 mil cirurgias, não contando com aquelas da recuperação das listas.

Em suma, as instituições de saúde e os profissionais de saúde estão a fazer um grande esforço para servir as populações. Na publicitação das listas de espera do Serviço Regional de Saúde, depois de homologadas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, passaram a ser afixadas pela Direcção Regional da Saúde em lugar público e no seu respectivo portal. É certamente uma importante medida de informação da situação dos utentes nas listas de espera. Os utentes passam a ter conhecimento da sua situação, mediante um n.º de código, salvaguardando o sigilo da sua identificação.

Todos os responsáveis, esclarecidos, reconhecem que tem havido importantes investimentos a nível das infra-estruturas, assim como em meios complementares de diagnóstico na Região, melhorando a rapidez de diagnóstico e o tratamento dos

doentes, o que se traduz num aumento significativo da qualidade da vida da população. O Serviço Regional de Saúde tem contratado recursos com responsabilidades públicas para horários alternativos, para rentabilizar as infra-estruturas e, conseqüentemente, induzir benefícios para a saúde da Região. O grande e já muito conhecido problema é sempre o défice dos recursos médicos, o que exige por parte de todos um empenhamento no que diz respeito à formação médica.

Sabemos que é impossível eliminar as listas de espera, mas podemos contribuir para diminuir o tempo de espera para períodos de tempo aceitáveis. Sabemos que os esforços de todos não têm sido ainda suficientes para reduzir os atrasos tanto quanto desejaríamos. Necessitamos dar continuidade às políticas do Governo Regional, que visam a rentabilização das estruturas, a avaliação dos desempenhos e a eficiência dos profissionais de saúde, para otimizar o Serviço Regional de Saúde e melhorar os níveis de saúde dos açorianos e dos que optaram por viver nos Açores.

A acessibilidade aos cuidados de saúde é uma perene preocupação do Partido Socialista. Todos os mecanismos e procedimentos que possamos criar para diminuir esta espera devem ser implementados, com equilíbrio financeiro, para melhorar cuidados prestados aos utentes, especialmente nos casos onde o Serviço Regional de Saúde mostre alguma dificuldade nas solicitações, razão pela qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai fazer aprovar este Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria o Vale Saúde, por ser uma medida complementar às já implementadas pelo Governo Regional dos Açores.

A saúde das pessoas é um bem precioso para o Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir alguns dos considerandos já aqui feitos, por algumas bancadas e alguns Srs. Deputados, relativamente a este Projecto de Resolução da iniciativa do

CDS/PP, o Vale Saúde, nem vou, digamos, branquear que há um ano, aquando do debate e votação, nesta casa, do Plano e Orçamento para 2009, esta proposta foi conhecida e mereceu, do Bloco de Esquerda, o seu voto favorável e, portanto, assim vamos continuar. E, aqui, não tanto para acabar com as listas de espera, porque isso é conhecido e reconhecida a sua impossibilidade e, até, o seu não aconselhamento, mas acabar com uma espera clinicamente desaconselhável e clinicamente inaceitável, pela sua demora e pela sua incapacidade de resposta em tempo clinicamente oportuno.

De qualquer maneira, não sendo médica e, portanto, tendo, para com quem o é, um respeito merecido pelas suas competências e pelo seu saber, eu levo em linha de conta e com alguma atenção o parecer dado pelos representantes da Ordem dos Médicos em sede de comissão. Aliás, pareceres e, enfim, opiniões – avalizadas – que mereceram da parte do Sr. Deputado Paulo Rosa, na altura o representante do CDS na comissão, uma abertura e uma disponibilidade, em concordância com alguma, enfim, das referências feitas, de maior abertura para poder vir a corrigir, a alterar ou a complementar qualquer situação que parecesse melhor.

(Aparte inaudível da câmara)

A Oradora: Não é não, é para este, Sr. Deputado, é mesmo para o Vale Saúde.

Entre elas – e era aqui que eu queria chegar –, aquelas que pelo menos me suscitam maiores dúvidas e que não vejo respondidas dentro de, em nenhum aditamento, ou nenhuma alteração a este Projecto de Resolução. Entre elas, por exemplo, como será feito e garantido o acompanhamento pós-cirúrgico? Foi uma questão levantada que me pareceu absolutamente razoável e que não vejo respondida.

Depois, o facto de as listas de espera e, enfim, do drama das listas de espera não se ater só às cirurgias, mas a outros contextos, nomeadamente às consultas, também não vejo aqui respondido.

Uma outra questão que também me pareceu razoável, não sendo médica, é: quem faz a triagem e a definição dos grupos nosológicos?

Deputado Ricardo Cabral (PS): A senhora não tem conhecimento das consultas abertas nos centros de saúde.

A Oradora: Uma outra, esta de cariz mais geral, mas que me parece que seria uma oportunidade de ouro para, em conjunto com o Governo Regional, auscultando e ouvindo o Governo Regional e, neste caso, o Sr. Secretário Regional da Saúde, podermos iniciar essa reflexão mais ampla, demorada, mas que tem de começar algum dia, que é: quais são as verdadeiras causas da existência destas listas de espera no Serviço Regional de Saúde? Não foi aflorada em nenhum momento. Mesmo em sede de comissão, os representantes da Ordem dos Médicos disseram que era essencial começar a fazer esta reflexão, ninguém a fez. É, enfim, uma chamada de atenção a esse nível.

Finalmente, se bem entendi as palavras do Sr. Deputado Artur Lima, fiquei com a ideia de que aquela análise feita por um dos representantes, no caso o Dr. Jorge Santos, penso eu, de que a falta dos médicos de família inquinava, digamos assim, todo o Sistema Regional de Saúde e era uma das razões mais do que plausíveis para a existência destas listas de espera, posso ter interpretado mal, mas pareceu-me que havia da sua parte uma crítica a este, digamos, diagnóstico. Como não sou médica e tenho dúvidas, peço-lhe que possa, de alguma maneira, esclarecer essa crítica.

Por agora era tudo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico já tinha afirmado, em sede de comissão, que apoia esta iniciativa. Na nossa perspectiva ideológica, cabe ao Estado ter um papel fundamental no sector da saúde, mas também reconhecemos que é fundamental incrementar as parcerias público-privadas no sector da saúde, porque consideramos que os privados também têm um papel importante a desempenhar nesta área, embora, para nós, o Estado tenha o papel fundamental, o papel nuclear.

Nesse sentido, desta abordagem “contextualizadora”, evidentemente que o Partido Popular Monárquico apoia esta iniciativa, porque consideramos que as listas de espera devem ser combatidas, fundamentalmente quando se prolonga este período de espera para além do que é clinicamente aceitável.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do que é clinicamente aceitável.

O Orador: Exactamente.

Agora, a questão fundamental. Foram colocadas, no âmbito da análise em comissão, algumas questões específicas, a que eu dou a minha interpretação...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode continuar.

O Orador: Posso? Sr. Deputado Aníbal, ouça com atenção a minha intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a ouvi-lo, tanto é que o aparte foi relativamente ao que está em debate.

O Orador: Há aqui algumas diferenças fundamentais entre a perspectiva do Partido Comunista e a perspectiva do Partido Popular Monárquico.

Agora, o que lhe quero dizer é que as questões que foram colocadas de forma específica na Comissão de Assuntos Sociais, que é esta questão do acompanhamento após a cirurgia, eu considero – e peço ao Sr. Deputado Artur Lima que me corrija – que esta questão está assegurada, na medida em que o conceito do Vale Saúde inclui, também, esse acompanhamento. É esta a minha perspectiva. Por isso, nesse sentido, a crítica é uma crítica que não se enquadra naquilo que aqui está descrito no documento. Não é a crítica do Bloco de Esquerda, é a crítica que foi realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Foi colocada a questão e acho que essa questão não faz sentido, porque, pela descrição do objecto, me parece uma questão ultrapassada do ponto de vista conceptual.

Tendo em conta todo este conjunto de argumentos que acabei de apresentar, obviamente que registo com muito agrado e acho que será bastante benéfica para

muitas pessoas a existência deste Vale Saúde e, portanto, votarei favoravelmente a proposta a iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria só de fazer dois ou três comentários em relação ao depoimento do Sr. Deputado Manuel Bolieiro e dizer, de facto, que há uma prioridade da saúde no Programa do Governo. Nos dois programas de recuperação, tanto de listas de espera cirúrgica, como da falta de médicos de medicina geral e familiar, os objectivos foram amplamente conseguidos no fim de 2008 e já durante 2009. As pessoas que não têm médico de família dentro dos Concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra, podem dirigir-se e ter uma consulta médica em tempo muito breve, de 15 dias a 1 mês, que é o tempo de marcação.

Portanto, a esse nível os objectivos foram alcançados e há, de facto, uma prioridade na saúde, quando conseguimos fazer o Plano Regional de Saúde e aprovar a sua versão definitiva num Conselho de Governo próximo. Já houve consulta pública, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, em muito pouco tempo conseguimos fazê-lo, e conseguimos fazer um documento que mereceu alguns comentários, evidentemente, tanto de pessoas públicas como, até, de doentes, inclusivamente, e foram inseridos esses comentários no tronco geral do documento. Será do vosso conhecimento a versão definitiva. Portanto, há aqui, de facto, uma preocupação e uma prioridade à saúde e à saúde dos açorianos.

Por outro lado, gostaria também de informar que, em relação aos tempos máximos de resposta, o Governo Regional está a trabalhar, neste momento, num diploma que prevê a fixação de tempos máximos de resposta para os serviços, em função do estado clínico das pessoas, que é para não haver dúvidas e complementar, também, as outras questões da recuperação de listas de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já há a nível nacional. O Governo está atrasado.

O Orador: Portanto, há iniciativa e há iniciativa legislativa da nossa parte, tanto é que vamos apresentar já uma alteração ao funcionamento das autoridades de saúde, com pedido de urgência, a que se seguirão outros diplomas.

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, gostaria apenas de dizer que as listas de espera criam-se porque há falta de recursos, porque as cirurgias não são feitas, ou porque as consultas não são dadas. Existe falta de recursos, falta de médicos, podiam ser mais para fazer isto, é do conhecimento geral de todos e também temos, por isso, de melhorar a produtividade dos serviços. Isso é que faz gerar as listas de espera. No entanto, também gostaria de informar que não existem, em listas de espera, situações de urgência; essas situações são atendidas em tempo oportuno.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos então ver se nos começamos a entender.

As listas de espera gerem-se, não se exterminam, não se podem acabar, não se devem acabar. Uma lista de espera, se se acabar ou se não existir, até é mau para o funcionamento do próprio sistema de saúde. Isto é o que dizem as regras, é o que dizem os especialistas, não sou eu. O que temos de fazer é gerir as listas de espera e gerir dentro de tempos clinicamente aceitáveis.

Os tempos clinicamente aceitáveis, Sr. Deputado Aníbal Pires, são aqueles que, em função da situação clínica do doente e após observação pelo médico que faz a triagem, se determinar que aquele doente, por exemplo, tem uma hérnia e tem de ser operado no espaço de 15 dias, ou 1 mês. Estou a explicar-lhe o que é o tempo clinicamente aceitável, porque o senhor não sabe. Como o senhor não sabe, o seu desconhecimento leva-o a fazer perguntas que...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho de saber!

O Orador: Mas o senhor pediu para eu lhe explicar, eu estou a explicar-lhe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pedi, não!

O Orador: Então o senhor não quer saber, pronto. Passamos à frente e o senhor fica, obviamente, na sua ignorância e fica mais satisfeito, porque realmente os ignorantes ficam sempre mais satisfeitos do que as pessoas preocupadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, veja lá onde é que se está a meter.

O Orador: Quanto às suas considerações, essas é que são avulsas e extemporâneas, Sr. Deputado Aníbal Pires, porque o senhor, não percebendo nada do que dizia o diploma, limitou-se...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O diploma, de facto, não diz nada. O diploma nem sequer devia ter esse nome. Isso, nem uma proposta de resolução.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pode prosseguir.

O Orador: Ia dizendo, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado Aníbal Pires não percebeu o que dizia o diploma e limitou-se a tirar aqui uns paragrafozinhos do parecer da comissão, classificando-o de avulso. Medidas avulsas, aqui, é ao que eu tenho assistido por parte do Sr. Deputado Aníbal Pires desde que cá está. Ainda não apresentou uma única proposta que se pudesse não enquadrar nessa avulsa. Ainda ontem apresentou uma, do Estagiar, salvo erro, que era, pura e simplesmente, avulsa.

Relativamente à falta de médicos de medicina geral e familiar, é uma realidade. Não podemos escamoteá-la nem escondê-la. Agora nós também já demos o nosso contributo e, com o apoio do Governo e do Partido Socialista, aprovámos aqui um diploma estruturante para, no futuro, se fixarem médicos de família nesta Região, Sr. Deputado Aníbal Pires. O senhor é que não sabe. Onde aumentámos substancialmente as bolsas para os estudantes e para aqueles, depois, que optem pela medicina geral e familiar. Foi aqui feito, foi aqui aprovado. O senhor, naturalmente, não se lembra. De uma vez por todas, Sr. Deputado, eu recomendo-lhe que estude os diplomas e, depois, faça as suas apreciações. Aliás, já nos habituou a isso.

O diploma é um Projecto de Decreto Legislativo Regional, como tem de ser, cria o Vale Saúde e é objectivo na sua intenção. Diz que é para recuperar as listas de espera cirúrgicas, está cá escrito. Portanto, todas as considerações que se façam à margem disto, faz quem as quer.

Diz mais, Sr. Deputado. O senhor, pelos vistos, é contra. No artigo 2.º, alínea d), nós definimos quem são as entidades prestadoras e lá está “(...) *unidade de saúde privada pertencente ao sector social, designadamente Misericórdias, outras instituições particulares de solidariedade social e entidades de natureza mutualista, protocolada, contratada ou convencionada para a realização de cirurgias (...)*”. Então o senhor é contra o sector social e mutualista? O Partido Comunista é contra isso? É contra que o sector social e mutualista contribua para a redução das listas de espera? É contra que o Governo Regional faça convenções com as instituições de solidariedade social? É isso que o senhor está aí a dizer!

Portanto, mais uma vez está fundamentado que o senhor não leu o que aqui está e fundamentou-se numas considerações, essas sim, avulsas, da Ordem dos Médicos, nomeadamente do Sr. Dr. Jorge Santos – não tenho nenhum problema – que, não tendo crítica a fazer ao projecto, vai colateralmente para a falta de médicos de família, o que acho que não lhe ficou bem. O que o senhor doutor e a Ordem dos Médicos tinham de fazer neste caso era criticar esta iniciativa e o seu objecto e mais nada!

Agora, quando um homem, um médico, trabalha num hospital, eu pergunto: quando operou uma pessoa, para onde é que ela vai a seguir? Vai ao ferreiro? Não! Volta ao hospital, à unidade de saúde que lhe fez a cirurgia. Quem é que faz o seguimento pós-operatório de um doente que é operado na unidade de saúde A? É a unidade de saúde A, que operou o doente e, portanto, tem a responsabilidade ética, deontológica e profissional de dar o seguimento e o atendimento a esse doente. Obviamente que, no contrato de prestação de serviços entre o Serviço Regional de Saúde – e é assim nas convenções entre essas entidades, está assegurado, todas as convenções que eu vejo têm sido feitas nesse sentido – o pós-operatório é assegurado por quem pratica o acto. Isto é tão claro que me parece absolutamente extraordinário que seja um médico a dizer uma barbaridade deste calibre. E disse, realmente, no relatório da comissão.

Espero, Sra. Deputada Zuraida Soares, tê-la esclarecido. É assim em Medicina, é assim por obrigação do médico, que tem a obrigação ética e deontológica de seguir o seu doente e de não o abandonar. As unidades de saúde também têm a

responsabilização social de prestarem os serviços a que atenderam. Isto é tão claro como água, resulta da lei, resulta do código deontológico, resulta das convenções. Fico absolutamente pasmado como é que...

Deputada Zuraida Soares (BE): E resulta claramente deste Projecto de Decreto Legislativo. Isso tudo nós já percebemos, mas resulta também deste Projecto.

O Orador: Claro! Exactamente.

Quando se diz aqui, no artigo 7.º, “*A emissão, atribuição e gestão do Vale Saúde compete ao departamento (...)*” do Governo, o Governo, quando fizer a regulamentação disto, com certeza que vai acautelar estes aspectos, não pode ser de outra maneira. Está aqui tudo muito bem explicadinho.

Vamos ver uma coisa: se o código deontológico do médico, se as instituições garantem, tem de dar a assistência, obviamente, quem pratica a cirurgia. Um doente, se for ao consultório de um médico dentista e, enfim, lhe extrair um dente, tem a obrigação de lhe dar o seguimento, a seguir. É assim que eu vejo, na minha vida; é assim que eu vejo, até, na privada; quanto mais na pública e no sistema social. Portanto, esta crítica é perfeitamente infundada e não faz nenhum sentido.

Devo reconhecer aqui, também, sem nenhum problema, porque se há aqui alguém que criticou e critica o Serviço Regional de Saúde é o CDS. Mas, também, se há aqui alguém que teve de o elogiar quando teve de elogiar, também é o CDS e também dissemos o que tínhamos de dizer. Eu, nestas matérias, sou completamente transparente. Eu reconheço que o programa que foi implementado pelo Governo deu resultados e se, num ano, se reduz a lista de espera de 24 para 18 meses, é bastante significativo.

É suficiente? Não é. Temos de continuar a reduzir esses tempos de espera, sobretudo em algumas patologias. Este é um contributo para isso, sobretudo para algumas cirurgias. Temos de, obviamente, vir a reduzir para tempos que não são 18 meses, mas que no continente a mediana está à volta dos 6 meses. Temos de reduzir para esse tempo, em algumas cirurgias a mediana está nos 6 meses. Ainda ontem estive a ver esses dados. Não o podemos fazer de um ano para o outro, compreendo isso.

Agora, não se pode querer duas coisas ao mesmo tempo e não se pode, para criticar um projecto, dizer “afinal de contas, bom, isto até não podia acontecer, porque faltam médicos de família”. Os médicos de família até nem têm nada a ver com esta questão das cirurgias. Quer dizer, elas não acontecem porque o Sr. Médico de Família as determina, salvo aquelas muito programadas e que podem esperar 6 meses, ou 7 meses, ou 8 meses, enfim. Claro que terá alguma intervenção nessa matéria, porque tem a gestão dos seus doentes, mas não é o actor principal, digamos assim, nesta questão das listas de espera cirúrgicas. Quem faz a triagem, obviamente, é o médico de família e obviamente, também, quando a pessoa tem algum problema – já dei o exemplo duma hérnia, podia dar o exemplo duma fractura, etc., etc., – que não seja urgente, ou a correcção do colo do fémur, por aí fora, há tanta gente que está à espera do colo do fémur há um ano ou dois e que se sabe, e está referenciada, pode ir para este sistema. Não é urgente, mas reduz.

Agora, o que nós sabemos e eu também disse com toda a clareza – e era o que eu queria dizer há um bocado – é que, meritória a iniciativa que o Governo teve de redução das listas de espera, também tem a outra face da moeda, que são os senhores doutores, dentro do hospital, que gerem a seu belo prazer aquela listazinha de espera e fazem o que bem entendem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E temos de ter a hombridade e a coragem de denunciar isto. Muitas vezes é difícil desembrenhar todo aquele novelo que eles próprios constroem.

Eu não tenho nenhum problema em denunciar isto e não tenho nenhum problema em reconhecer que os “hospitalocentristas”, como são a esmagadora maioria deles, querem é a “panelinha” dentro do seu hospital, porque até nem se queria – e os senhores recordam-se bem disto – que o Hospital de Angra e o Hospital da Horta tivessem uma intervenção nessa matéria. Porque, depois, dentro dos hospitais há os *lobbies* maiores e os *lobbies* mais pequenos e é isso que eles não querem. Eles não querem nada que lhes fuja das mãos, querem ter o controlo de tudo e é aí que o Governo tem de ter coragem, também, para actuar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): A publicação das listas de espera no portal do Governo não é uma medida do Governo?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou já terminar.

Sr. Deputado, vou terminar. Eu já lhe dei a resposta: as listas de espera, ao contrário do que o senhor diz, não é impossível nem, sequer, desejável, que elas acabem. Não é impossível acabar, mas não é desejável.

Lembro-lhe que este Decreto Legislativo Regional, Sr. Deputado, apresentei-o aqui em Abril, como o senhor se lembra e, em Junho, Sr. Deputado, estava entregue nesta casa, em inícios de Junho. O senhor, se der atenção ao artigo 3.º, o seu n.º 2 diz: *“A lista de espera cirúrgica regional, actualizada trimestralmente, será disponibilizada publicamente no sítio oficial da internet do departamento governamental com competência em matéria de saúde, salvaguardando-se a identidade dos beneficiários”*. Com o devido respeito, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral...

Deputado Ricardo Cabral (PS): O Governo já fez isso.

O Orador: ...está aqui a data de Junho. O senhor veja a data do Sr. Secretário que fez o despacho. Eu julgo que responde à sua pergunta. É muito positiva essa publicação, é excelente que ela exista e nós já o tínhamos previsto em Junho, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É preciso é fazer e o Governo já o fez.

O Orador: Sr. Deputado, eu já lhe fiz a cronologia. O Sr. Deputado tem a noção do tempo? Maio, Junho, Julho, Agosto, tem essa noção, não tem? Portanto, isto é Junho. Leia-me a data do despacho, se faz favor.

Muito obrigado. O que interessa é fazer, é sim senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima fez uma análise da minha intervenção, partindo do princípio de que eu estaria liminarmente contra esta proposta. Eu não disse que estava liminarmente contra a proposta, apenas fiz alguns considerandos sobre a

proposta e a necessidade de que fossem encontradas, no Serviço Regional de Saúde, respostas e que esta aqui era uma medida avulsa. E, efectivamente, é uma medida avulsa.

Mas já que o Sr. Deputado teceu aí algumas considerações sobre a minha ignorância sobre a matéria, queria dizer-lhe o seguinte: é evidente que vai ser aprovado, o Partido Socialista já disse que sim e mal seria que assim não fosse, uma vez que o Partido Socialista tem isto no seu Programa e isto já foi aprovado há muito. Portanto, mal seria que isso acontecesse. Porque isto que o senhor aqui tem, Sr. Deputado, nem um projecto de resolução deveria ter como designação. Isto não é nada, Sr. Deputado. Os senhores, chamarem a isto Proposta de Decreto Legislativo Regional... Uma coisa que é um enunciado de princípios, um conjunto de conceitos, ainda por cima mal definidos, e chama-lhe Decreto Legislativo Regional? Sr. Deputado!

Eu posso ser muito ignorante, posso até não ter a experiência que o senhor tem, a experiência parlamentar que o senhor tem, posso e certamente tenho uma agenda que é uma agenda política, não é uma agenda mediática, nem uma agenda de clientela eleitoral, isso eu não tenho, tenho uma agenda política, ao contrário do senhor, que tem uma agenda mediática, não tem uma agenda política.

Sr. Deputado, deixe-se de brincadeiras e não engane os açorianos, porque isto que aqui está já foi aprovado, quando aprovámos o Programa, ou o Plano e o Orçamento do Governo Regional para 2009. Portanto, não brinque connosco, Sr. Deputado! Sobretudo, respeite os açorianos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Eu devo dizer-lhe que a sua voz de barítono não me intimida. Portanto, V. Exa. está perfeitamente à vontade para dar, permita-me a expressão, os berros que quiser aqui dentro, que a mim não me assusta. Nunca tive medo. Vou dizer-lhe uma coisa, nunca fui...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei, Sr. Deputado. Nem é essa a ideia, mas não lhe vou sussurrar ao ouvido.

O Orador: Graças a Deus! Porque, às vezes... Fico bem aliviado com essa sua declaração.

Sr. Deputado, vamos ser sérios.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sérioo tem de ser o senhor.

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me falar. Enquanto o senhor falou, eu não interrompi.

Eu agradeço-lhe que o senhor me enumere, um por um, quais são aqui os conceitos que não estão correctos. Um por um. O senhor diz que não está correcto, que, enfim, há aqui umas coisas... Agradeço que me enuncie um por um qual o conceito, sob pena de perder a sua credibilidade nesta casa.

Ponto segundo, Sr. Deputado: o senhor não sabe o que anda aqui a fazer, porque no Plano e Orçamento foi dotada uma verba de 500 mil euros, justamente para fazer face quando se criasse a legislação – que é isto, um decreto legislativo – para usar aquela verba. Portanto, o que foi aqui aprovado foi a verba, não o conteúdo do Projecto de Decreto Legislativo Regional, Sr. Deputado. Eu lamento ter de lhe dizer outra vez. Eu já não lhe chamo ignorante, o senhor já se auto-intitula ignorante, o senhor já se convence disso.

Depois, Sr. Deputado, não lhe admito, de maneira nenhuma, que o senhor venha para aqui dizer que se está a enganar os açorianos, que estou eu, que está o Partido Socialista, a enganar os açorianos. Eu não lhe admito isso. O senhor vai ter de justificar por que é que eu estou a enganar os açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu justifico tudo.

O Orador: Eu não lhe admito isso, portanto o senhor, que tem aqui a mania do “bate e foge”, hoje não vai fugir ao debate. O senhor vai justificar exactamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso aplica-se muito melhor ao senhor do que a mim.

O Orador: O senhor vai justificar exactamente quais são aqui os conceitos que estão errados e vai explicar exactamente por que é que se enganou os açorianos.

Porque o que aqui se fez, rigorosamente, foi verba no Plano e Orçamento para, depois, podermos fazer isto.

O senhor não sabe que, para se fazer isto, é preciso primeiro ter verba. Ou o senhor julga que nós podemos aumentar a despesa sem o Governo o autorizar e sem a maioria o autorizar? O senhor não sabe que é preciso dotação de despesa, que é preciso verba, para fazer estas coisas? Também não sabe. Sr. Deputado, eu não quero voltar a chamar-lhe o nome, mas é o que parece.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu dispenso as suas lições sobre a liturgia parlamentar. Estou, de facto, em fase de aprendizagem, mas de momento dispenso as suas lições sobre a liturgia parlamentar.

Depois, Sr. Deputado, aquilo que lhe quero dizer é o seguinte: o senhor, se fosse um homem de coragem, aquilo que colocaria aqui seria outra coisa. O senhor criticou o funcionamento e o corporativismo dos médicos e traz aí uma crítica implícita à forma como as listas de espera são produzidas. O senhor, se tivesse coragem, então faria uma outra coisa. Aquilo que apresentaria era uma alteração, de modo a separar o público e o privado em termos da actividade médica e evitar a promiscuidade que actualmente existe. Esse, sim, é o cerne do problema. Isso é que o senhor devia fazer, mas isso o senhor não é capaz de fazer.

Quando aos conceitos, Sr. Deputado, diga-me uma coisa: para que é que a mim me interessa aqui ter o que são... Para além dos prazos clinicamente aceitáveis? Isso interessa-me, em termos de legislação, em termos de matéria legislativa, para quê? Essa definição cabe aqui?

Depois o senhor fez uma outra coisa. Aquilo que o senhor aqui tem, eu percebo que o Partido Socialista apanhe isto de boa mente, porque vai de encontro àquilo que também é a técnica do Partido Socialista, que é remeter tudo para regulamentação, porque aquilo que o senhor aqui tem são coisinhas, coisinhas, Sr. Deputado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para esclarecimentos, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para a minha última intervenção, só para dizer o seguinte:

Quem acaba de afirmar o que afirmou, como o Sr. Deputado Aníbal Pires afirmou, a completa separação da medicina pública e privada nos Açores, seria a morte do Sistema Regional de Saúde. Não é do Serviço Regional de Saúde, era a morte, o fim, do Sistema Regional de Saúde nos Açores, numas ilhas pequenas e que dependem de todos os recursos que possam existir. Portanto, quando este senhor propõe isto, está a propor que acabe a saúde nos Açores. No meu entender, obviamente.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Artur Lima é mestre na arte da demagogia.

O Deputado – não foi “este senhor”, foi o deputado – Aníbal Pires, aquilo que fez, foi um desafio ao senhor, a propor isso, porque o Deputado Aníbal Pires sabe e tem consciência de que isso não é possível, no actual contexto, mas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Então, se não é possível...

O Orador: Sr. Deputado, não brinque! O senhor brinca com o povo açoriano. Não brinque, tenha respeito pelo povo açoriano e tenha respeito por esta casa. Não ponha palavras, na minha boca, que eu não disse. Eu é que o desafiei e eu sei que o senhor não concorda, mas por uma questão de princípio.

Eu tenho consciência de que, neste momento, isso não é possível, agora temos é de caminhar para aí, temos de acabar com a promiscuidade entre aquilo que é público e aquilo que é privado, em termos do Sistema Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o seu partido que defende isso.

O Orador: Defende, sim senhor! E, quando for a altura, hei-de o propor. Agora, isso é que o senhor não é capaz de fazer, percebeu?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Defende?

O Orador: Pois claro que defendo!

Mas não é nada disso, Sr. Deputado. O Sr. Deputado é que fez o ataque aos médicos, fez o ataque ao Serviço Regional de Saúde, o senhor é que fez esse ataque e, quando faz esse ataque, está a desrespeitar não só esses profissionais mas está, sobretudo, a faltar ao respeito ao povo açoriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que as intervenções e os esclarecimentos estão feitos.

Vou colocar à votação na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo CDS/PP, que tem por epígrafe “Cria o Vale Saúde”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto apresentado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar para o debate e votação na especialidade. Informo a câmara que este diploma se compõe de 9 artigos e não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração. Perguntava, portanto, em primeiro lugar, à câmara se posso pô-lo à votação em bloco.

Havendo concordância da câmara, vamos então votar os artigos 1.º ao 9.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Para uma intervenção à Mesa, para solicitar um intervalo regimental de meia hora, por favor.

Presidente: Meia hora, com certeza, Sr. Deputado, é regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas.

(Eram 16 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 05 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto sexto da nossa agenda, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009 – “Cria o «enfermeiro de família» no Serviço Regional de Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP. Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Enfermagem tem-se afirmado ao longo dos tempos, ganhou credibilidade e respeito e hoje é indispensável em qualquer sistema de saúde moderno e eficiente. Face a uma complexidade crescente dos problemas relacionados com a saúde, os enfermeiros são considerados elementos fundamentais nas estratégias e reformas a implementar.

A aposta numa formação de qualidade em Enfermagem enriqueceu, sem dúvida, o mundo da Saúde, proporcionando às populações mais e melhores cuidados de saúde.

Ao longo dos anos evidenciou-se, cada vez mais, a importância da Enfermagem na prestação de cuidados de saúde e constata-se que a escassez de enfermeiros qualificados e experientes aumenta o risco e coloca em causa o sucesso das unidades prestadoras de cuidados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação de cuidados de saúde aos Açorianos diversificando a actividade de enfermeiro é o que se pretende atingir com a presente iniciativa legislativa, criando o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde.

O “Enfermeiro de Família” já existe em alguns países com resultados muito positivos e benefícios para as populações.

A Organização Mundial de Saúde, através da Declaração de Munique, reconhece esta realidade e define – eu sublinho: e define – claramente quais as funções do “Enfermeiro de Família”. Assim, se prova que nunca o CDS/PP quis definir competências ou especialidades com este diploma, como tentou fazer crer a Ordem dos Enfermeiros.

Com a criação do “Enfermeiro de Família” nos Açores reorientam-se os cuidados de saúde da unidade de saúde para a comunidade, correspondendo tais cuidados a uma significativa racionalização de custos e, sobretudo, a maiores ganhos em saúde.

O CDS/PP considera que a reforma dos cuidados primários de saúde é fulcral e está ainda por fazer nos Açores. E essa reforma é imprescindível. Por isso, consideramos que a implementação do “Enfermeiro de Família” é um primeiro passo, mas decisivo, para essa reforma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Prometemos e cumprimos!

No entanto, existe, nos Açores, alguma inveja e, sobretudo, falta de humildade – para não dizer mesmo subserviência – que se prevalecer impedirá que seja hoje criado aquilo que o Governo Regional diz que só conseguirá ter pronto daqui a um ano: o suporte legislativo.

Analisemos, pois, factos que, no mínimo, só podem ser, alguns deles, adjectivados como caricatos:

Em inícios de Abril de 2008 – eu vou repetir a data: Abril de 2008 –, um insuspeito órgão de comunicação social regional noticiava que o CDS/PP pretendia apresentar proposta para a criação do “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde.

Precisamente nesse mesmo dia, 1 de Abril, e chamo a atenção para este ponto, em reacção à notícia divulgada, a Senhora Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros congratulou-se publicamente pelo facto de, e cito, *“no meio político haver pessoas com sensibilidade para estas questões que têm que ver com a organização dos cuidados de enfermagem”* e assumiu que tal proposta do CDS/PP *“contará de certeza”* com o apoio da Ordem. Estávamos em Abril de 2008.

Passados 15 dias, o CDS/PP anunciava, nesta casa, a intenção de apresentar na Legislatura em que agora estamos a proposta de criação do “Enfermeiro de Família”. Na sequência desse anúncio, o então Secretário Regional dos Assuntos Sociais, afirmou nesta casa que *“a proposta do CDS/PP tem o mérito que lhe reconhecemos”* e que, por isso, *“acredito seriamente que seja possível reactivar esta figura no sentido de fazê-la aplicar na Região”* (Dr. Domingos Cunha).

Passaram as Eleições Regionais e, responsabilmente, aliás, no seguimento do que tinha sido proposta eleitoral do CDS/PP, no dia 27 de Novembro de 2008, logo após tomarmos posse, o CDS/PP reuniu com a Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros, em Ponta Delgada.

Lamentavelmente, passados poucos meses, desde as primeiras declarações públicas, a Ordem dos Enfermeiros deu o dito pelo não dito, ou seja, recusou-se a colaborar com o CDS/PP na elaboração desta iniciativa legislativa.

Curiosamente, ou não, a 2 de Fevereiro de 2009 (cerca de 2 meses depois), a Ordem dos Enfermeiros reúne com Grupo Parlamentar do Partido Socialista para falar sobre o “Enfermeiro de Família” e, aí, o Deputado Ricardo Viveiros Cabral prefere anunciar, vou citar, *“a pertinência”*, ao invés do Enfermeiro de Família, *“de se instituir a figura do enfermeiro de escola, que teria um papel muito importante ao nível da prevenção e em inculcar hábitos saudáveis de vida nas crianças e jovens da Região”*.

Ficámos confusos! O PS não queria o Enfermeiro de Família, preferia antes o Enfermeiro de Escola, figura que, de todo, desconheço e desconhecemos no léxico clínico.

Passou um mês e a nossa confusão aumentou, porque, ao contrário daquilo que o Grupo Parlamentar da maioria havia anunciado, o Governo Regional, a 3 de Março, anuncia a criação de um Grupo de Trabalho para “*avaliar a implementação pelo Serviço Regional de Saúde da figura do enfermeiro de família*”.

É caso para dizer: entendam-se!

Dois dias depois – estou a ser exaustivo, para as pessoas perceberem todo este processo –, a 5 de Março, a Ordem dos Enfermeiros anuncia que o grupo de trabalho do Governo surge por proposta da Ordem. Ficámos abismados!

A 13 de Março, é publicado, em Jornal Oficial, o Despacho que determina a criação do referido Grupo de Trabalho e ocorre a sua primeira reunião, aproveitada pela Sra. Directora Regional de Saúde para apresentar já algumas competências do enfermeiro de família que, pelos vistos, eram exclusivo da Ordem.

Em Junho, depois de vários contactos com outras entidades ligadas ao sector, o CDS/PP anuncia publicamente a entrada nos serviços desta Assembleia da sua proposta legislativa para a criação do suporte legislativo – eu vou repetir: para a criação do suporte legislativo – necessário à instituição do enfermeiro de família no Serviço Regional de Saúde.

A 20 de Julho, conhecem-se as primeiras conclusões – algumas, porque o relatório nunca foi divulgado – do Grupo de Trabalho criado pelo Governo: E, como conclusão, apenas a nota de que a implementação do “Enfermeiro de Família” deverá ser “*como experiência piloto*”.

Afinal, parece que só para 2010 teremos esta experiência, alegadamente, por falta de suporte legislativo!

A 4 de Setembro, a Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais dá, estranhamente, parecer negativo, por maioria, à iniciativa do CDS/PP, apesar de todos os Deputados – todos os Deputados – e a própria Ordem dos Enfermeiros louvarem a intenção proposta.

A contradição foi de tal forma evidente, que a própria Presidente da Comissão, na audição à Ordem dos Enfermeiros, teve necessidade de esclarecer afinal qual era a posição da Ordem sobre este diploma, tal era a confusão.

A 14 de Setembro, o Senhor Secretário da Saúde destaca o empenho da Ordem dos Enfermeiros no processo de implementação do enfermeiro de família e, já mais recentemente, o Sr. Presidente do Governo Regional afirmou que a criação do enfermeiro de família nos Açores é *“uma experiência inédita a nível nacional”* – algo que não é totalmente verdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta espécie de “brincadeira” vai mais longe e, dois dias depois, o Secretário da Saúde anuncia 2010 como o ano de implementação do enfermeiro de família, a título de experiência piloto, esperando que durante o primeiro semestre de 2010, vou citar o Sr. Secretário, *“esteja já concluído o suporte legislativo para a sua implementação”*. Extraordinário!

No entanto, ainda antes de aqui chegarmos, assistimos a mais uma graça. Precisa e coincidentemente hoje, o Secretário da Saúde manda publicar, em Jornal Oficial, um outro Despacho – e agora pasmem –, para nomear outro grupo de trabalho, que tem por missão dar seguimento ao trabalho do grupo de trabalho que já terminou a sua missão, instituindo um ano para que se defina o cronograma da implementação do Enfermeiro de Família.

Não deixa de ser estranho que poucos dias depois do Sr. Secretário ter anunciado o primeiro semestre de 2010 – eu sublinho: o primeiro semestre de 2010 – para a definição do suporte legislativo e respectiva implementação do enfermeiro de família, agora tudo seja adiado para 31 de Agosto de 2010, uma “extensãozita” de dois meses. Ou seja, andamos realmente aqui num pingue-pongue em que não se tomam decisões e se vai brincando aos grupos de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que está aqui em análise é, precisamente, o suporte legislativo necessário para a implementação do Enfermeiro de Família, tão-só isto. Não é mais nada do que se pretende, senão apresentar aqui o suporte legislativo necessário para a implementação do Enfermeiro de Família. Ao fim e ao cabo, é isso que quer a Ordem e, ao cabo e ao fim, é isso que quer o Governo.

Em sede de Comissão Parlamentar, à falta de argumentos e invadidos por um sentimento de subserviência – eu vou repetir: invadidos por um sentimento de

subserviência –, a Ordem dos Enfermeiros e alguns Srs. Deputados prenderam-se com uma frase do preâmbulo – que como se sabe não é letra de lei – para justificarem a posição contrária à proposta assumida.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: É subserviente ao Governo, Sr. Presidente do Governo.

Pois bem! O CDS/PP, construtivamente, e porque é tal facto dar este primeiro passo para a reforma dos cuidados primários de saúde, apresentou já propostas de alteração à iniciativa que iremos debater, tendo em vista retirar da proposta inicial o texto que deu origem a tanta desculpa esfarrapada para serem contra o diploma.

Importa, também, aqui e agora, salientar que nunca o CDS/PP foi abordado por qualquer Partido, pela Ordem dos Enfermeiros ou mesmo pelo Governo, para que se efectuassem as alterações necessárias que resultassem numa proposta mais consensual. Tão-pouco nenhum Deputado, no uso dos seus poderes, apresentou em sede de comissão parlamentar, ou fora dela – não que fossem obrigados –, qualquer proposta de alteração a esta iniciativa.

Fique claro que não é, nem nunca foi, intenção do CDS/PP criar ou definir alguma especialidade para a carreira de enfermagem, claríssimo. Por isso, só compreendemos que, em sede de comissão parlamentar, esse falso argumento tenha sido usado – com intencional malícia – para desviar o debate dos consensuais pressupostos desta iniciativa.

Se é reconhecido mérito à iniciativa – e, curiosamente, todos reconhecem mérito à iniciativa, todos os pareceres reconhecem mérito à iniciativa, não há um que não o reconheça; agora, a iniciativa tem um defeito: vem do CDS/PP –, mas é a forma de redacção que não agrada, têm agora, com as propostas de alteração apresentadas, as Sras. e os Srs. Deputados, uma nova redacção do diploma de onde expurgamos os pormenores, que tanto prurido causaram, incluindo a referência ao emprego, que discutiremos durante o debate, que constava do preâmbulo – e que, repito, não é letra de lei.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Tenho inscrita a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve oportunidade de, em comissão, aturadamente, apreciar esta iniciativa, que cria o Enfermeiro de Família, apresentada pelo CDS/PP. No entanto, é fundamental dizer que, para nós, este Projecto de Decreto Legislativo Regional parte, no essencial, de um problema metodológico de base.

Este problema deriva do facto de querer criar, através dum quadro legislativo novo, uma figura na Região que não está, que não foi, testada em nenhuma unidade de saúde da Região. Como também o CDS/PP, aliás é público, sabe, está neste momento a decorrer, por força de uma iniciativa do Sr. Secretário Regional da Saúde, esta tentativa de implementação de uma experiência piloto. Foi constituído um grupo de trabalho inicialmente em Março deste ano; ainda na semana passada, também por despacho do Sr. Secretário, foi criado um grupo de trabalho específico para a implementação desta figura do Enfermeiro de Família nalguns dos centros de saúde da nossa Região; e, do nosso ponto de vista, “a casa só pode fazer-se pelos alicerces e não pelo tecto”.

É por isso que entendemos que só depois de termos atingido conclusões suficientes sobre a implementação desta figura será possível avançar para um quadro legislativo consistente e coerente e não, aliás como fez o CDS/PP, fazer exactamente ao contrário e trazer atabalhoadamente uma iniciativa legislativa que agora ele próprio, em vésperas da sua votação, se vê na obrigação de corrigir. Nós não embarcamos nesse tipo de atitudes. Pela nossa parte, estamos a agir, com correcção e em devido tempo e, quando entendermos que o quadro legislativo urge ser criado, fá-lo-emos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Decreto Legislativo que o CDS/PP apresenta para a criação da figura de Enfermeiro é um projecto que vai para além da ideia ou do modelo organizativo. Eu gostava de aproveitar para esclarecer a câmara e, uma vez mais, o Sr. Deputado Artur Lima, o CDS/PP, no caso, de que posição o PSD parte para uma avaliação deste projecto em concreto.

Comecemos, primeiro, por uma posição política do Partido Social Democrata e do seu Grupo Parlamentar, quanto ao modelo organizativo e ao Serviço Regional de Saúde como modelo de organização capaz de integrar essa figura do Enfermeiro de Família. Pois bem, para que fique claro, branco no preto, o PSD é a favor de uma organização no Serviço Regional de Saúde que inclua este tipo de prestação de serviço, a de uma ideia de enfermeiro de família, que trata a pessoa no seu todo e no seu ciclo completo, criando com isso também um conceito ao nível da categoria profissional Enfermeiro, também uma lógica semelhante à de que é o conceito e a organização do médico de família. Esta é uma posição assumida pelo Partido Social Democrata na organização do Serviço Regional de Saúde.

Coisa diferente é, desta ideia de que comungamos e consensualizamos na apreciação da ideia e da afirmação política, avaliar o Projecto de Decreto Legislativo. E foi nosso entendimento declarado nesta comissão, partilhado pela Ordem dos Médicos, partilhado pela Ordem dos Enfermeiros, que este Projecto de Decreto Legislativo poderia e admitia, na sua redacção e no seu contexto jurídico, a criação de uma categoria profissional de enfermeiro levantando, desde logo e a partir daí, a dúvida de legalidade, na medida em que, por razões de ordem ética, deontológica e de competência, à Ordem dos Enfermeiros nacional, não a sua organização regional, é que competia a criação de categorias de especialidade na categoria profissional de Enfermeiro.

Foi este o pressuposto que nos levou a levantar dúvidas quanto à iniciativa legislativa, nunca quanto à ideia de modelo organizativo do Serviço Regional de

Saúde que incluísse a figura do Enfermeiro de Família, Sr. Deputado Artur Lima. E é neste contexto que há uma diferença, em relação ao Grupo Parlamentar do PSD, do CDS/PP, com esta concreta proposta expressa aqui no Projecto de Decreto Legislativo.

Mas devo dizer, Sr. Deputado, que não foi em vão a nossa reflexão, porque, encarada esta reflexão, até a oportunidade de podermos conhecer as conclusões do grupo de trabalho e o seu relatório sobre a criação dessa figura levada a efeito pelo Governo – e o Governo, em matéria de saúde, no ponto anterior teve oportunidade de criticar, não faz, como nenhum Governo faz, só tudo mal, há coisas boas e coisas más, há iniciativa e há omissões –, neste caso concreto congratulamo-nos, obviamente, com a iniciativa da criação do grupo de trabalho e com a reflexão e as conclusões. Achamos, desde logo, oportuno que a própria comissão tomasse conhecimento destas conclusões e pudéssemos avaliar conjugadamente, desde logo com a própria tutela, com o Governo Regional e o Parlamento, uma solução organizativa para o Serviço Regional de Saúde.

Ontem, como hoje – e por isso reafirmo – está o Grupo Parlamentar do PSD disponível para dar um contributo decisivo e, desde logo, consensual, para a organização e a afirmação do conceito de Enfermeiro de Família no Serviço Regional de Saúde. Isso resolve vários problemas de organização e satisfaz os utentes de saúde, aliviando mesmo, muitas vezes, as próprias unidades de saúde noutras componentes profissionais, porque o Enfermeiro de Família, neste contexto, resolve muitos problemas da pessoa e da sua respectiva família.

Portanto, de acordo com a substância e a ideia, em desacordo com o procedimento e a iniciativa legislativa. Mas, considerando desde logo as propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do CDS/PP aqui apresenta – e apresenta-as de forma, na nossa opinião, adequada, correspondendo, aliás, às legítimas dúvidas e questões levantadas em sede da Comissão dos Assuntos Sociais e desde logo também pelas respectivas Ordens, auditadas, ouvidas pela comissão –, devo dizer que nessa matéria e nessa medida o Grupo Parlamentar do PSD, seguindo uma lógica de procedimento legislativo e de apreciação do mesmo, se disponibiliza e afirma a sua opção de votar abstenção na generalidade, porque não concorda com a formulação

e a redacção tal qual ela se apresentou no início e na apresentação nesta Assembleia e para avaliação da Comissão dos Assuntos Sociais, mas que pode, em momento de especialidade, apreciar já estas propostas de alteração.

Seja como for, gostaria de deixar este desafio ao proponente e ao Parlamento: se não seria útil, tendo em conta que há tempo para organizar – ainda hoje, ou melhor, com a data do dia 29 de Outubro, há um despacho do Sr. Secretário Regional da Saúde que volta a constituir um novo grupo de trabalho para a instalação –, se não vale a pena, para levarmos a sério os contributos que todos podem dar para a concretização desta ideia, que isto seja reavaliado em sede de Comissão dos Assuntos Sociais e possa o Parlamento tomar conhecimento das conclusões do grupo de trabalho que, entretanto, terminou a sua missão.

Por isso, fica para o proponente esta informação: o Grupo Parlamentar do PSD viabiliza para debate na especialidade este Projecto de Decreto Legislativo, considerando o conhecimento que já temos das propostas, mas desafia o proponente para a possibilidade de este diploma ser novamente analisado; não só estas propostas de alteração, como o trabalho realizado entretanto pelo Governo Regional e o grupo de trabalho que constituiu sobre a mesma matéria; e podermos, com isso, enriquecer a nossa informação sobre o que há a avaliar para a institucionalização da figura no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer um comentário prévio irresistível, que é este: a paciência, de facto, é uma virtude; difícil, mas é uma virtude. Porque, até há relativamente pouco tempo, até, enfim, o Sr. Deputado Artur Lima começar a sua intervenção da tribuna, eu era, de acordo e na opinião da bancada absolutamente maioritária desta casa, uma pessoa, a única pessoa confusa aqui dentro, que estava muitas vezes confusa com a metodologia e os procedimentos. Fico satisfeita porque finalmente estou acompanhada e bem acompanhada, no caso, porque temos aqui outro Sr.

Deputado também confuso, profundamente confundido, com aquilo a que eu me atreveria a classificar como, de acordo com, enfim, a história ali relatada, uma telenovela mexicana de mau gosto.

Agora, relativamente ao diploma da iniciativa do CDS que aqui nos traz, com toda a sinceridade, o Bloco de Esquerda não vê como é que poderá votar em consciência e, enfim, assumindo a responsabilidade do seu voto, quer a favor, quer contra, e passo a explicar porquê. E isto com ou sem propostas de alteração, propostas de alteração que, tanto quanto me foi possível verificar assim de uma forma pouco cuidada, vêm no seguimento das muitas críticas e das muitas chamadas de atenção que em sede de comissão foram feitas, quer pela Ordem dos Enfermeiros, quer pela Ordem dos Médicos, e também dos sucessivos pareceres. A Ordem dos Médicos, lateralmente, referiu-se a este diploma e disse o que pensava dele. E também no seguimento de variadíssimos pareceres de entidades diferentes que referem falhas, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista substantivo, a esta iniciativa do CDS/PP.

Por outro lado, é inegável a generosidade e a preocupação que revela quanto às falhas e quanto às carências do nosso Sistema Regional de Saúde. Ainda que não possa substituir o médico de família que, como também em sede de comissão foi referido...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não, foi mal percebido.

A Oradora: Eu sei, mas foi assim percebido.

...falham, faltam, já o dissemos ainda agora, temos de o repetir tantas vezes quantas sejam necessárias para que, de facto, todos assumamos a falta e as consequências nefastas que esta falta de médicos de família traz ao sistema.

Sendo assim, pergunto a esta Assembleia como é possível uma decisão de voto favorável ou desfavorável a um diploma que, para além de todas as críticas que já referi, substantivas e formais; para além do relato feito pelo Sr. Secretário Regional de Saúde em âmbito de comissão de que, paralelamente, o Governo tinha assumido com a Ordem dos Enfermeiros e constituído, aliás, com a referida Ordem, um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade da constituição desta figura – que, de acordo com todos os pareceres, não é uma figura que se crie por decreto, mas é da

responsabilidade, quer nas suas funções, quer até mesmo no seu aparato jurídico, digamos assim, da Ordem dos Enfermeiros –, que iria ser constituída uma experiência piloto no seguimento das conclusões e da avaliação da monitorização feita por este grupo de trabalho; e agora somos confrontados com o mesmo diploma, corrigido, expurgado, enfim, daquelas situações menos claras e mais criticadas e cujo objectivo fundamental, que é dar resposta às carências do nosso Sistema Regional de Saúde no que a este âmbito diz respeito, é absolutamente inegável.

Portanto, eu pergunto, eu repito a pergunta: como é que se pode votar a favor ou contra? Contra, não é possível, porque não há nada neste diploma que seja contrário a qualquer vontade de dar resposta às necessidades e às carências ao nível da saúde das nossas populações. A favor, não é possível, porque ele colide com uma outra realidade, uma outra experiência, necessariamente mais fundamentada, mais rica, mais monitorizada e, portanto, mais digna de, não diria credibilidade mas, pelo menos, que responde de uma forma mais plena às necessidades que estamos a tratar. Portanto, assumindo a confusão e assumindo mais uma vez que não estou sozinha, o voto do Bloco de Esquerda só pode ser de abstenção, inevitavelmente, porque não há outra possibilidade.

Mas a abstenção – Sr. Presidente, permita-me – não invalida que não se registre de facto toda a confusão do processo, todo o atropelo do processo, todo um trabalho paralelo provavelmente desnecessário, porque, se fosse complementar, era mais rápido, mais célere e respondia se calhar melhor, e toda esta circunstância de pôr esta casa e os diferentes deputados e deputadas com – eu não lhe queria chamar “batata quente”, porque se chama diploma, mas com – uma situação que, de facto, nem para um lado nem para o outro... Penso que, com isso, ninguém ganhou, certamente, e os açorianos também não.

Obrigada.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Começo pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para lhe dizer, como a Sra. Deputada sabe, que as propostas de alteração foram apresentadas de forma correcta, no momento adequado, como tantas e tantas vezes tem feito o Partido Socialista.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Uma coisa são propostas, outra coisa é um projecto novo.

O Orador: Tantas e tantas vezes tem feito o Partido Socialista, Sra. Deputada, tantas vezes. Lembro-me, por exemplo, de um projecto de resolução do Partido Social Democrata que os senhores alteraram do princípio ao fim, aqui, sobre agricultura e exactamente utilizando os mesmos métodos. Portanto, se a Sra. Deputada é esquecida, não lhe posso fazer bem nenhum.

Isto não altera o diploma, Sra. Deputada. O que isto altera, as propostas de alteração que aqui estão, e tentam de alguma maneira...

Porque os senhores não têm nenhuma fundamentação para votar contra isto, os senhores foram para uma comissão sem saberem o que lá iam fazer e...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Francamente, Sr. Deputado.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): O senhor nem lá estava!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Presidente, calma! Não sou, Sr. Presidente.

... então socorreram-se dos argumentos da Ordem, apenas e só para criticarem.

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que também já se esqueceu de algumas iniciativas, de que falaremos mais à frente, que foram aqui aprovadas pelo Partido Socialista.

O que aqui se passa é – e isso é inegável – que quem quis atrapalhar todo este processo foi o Sr. Secretário da Saúde, porque...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu tenho uma preocupação com a saúde dos açorianos, o que é diferente de uma fixação do Sr. Secretário da Saúde.

Vamos ver uma coisa, vamos por partes. Nada do que aquele grupo de trabalho fez, ou do que eu conheça que fez o grupo de trabalho... A única conclusão, que foram 300 ou 400 famílias, quem o definiu não foi o grupo de trabalho, foi a OMS. É bom que fique aqui claro que a criação e a figura de Enfermeiro de Família não é proposta da Ordem. Não é, é proposta da OMS, da Organização Mundial de Saúde. E a Ordem ficou, como parceiro e participante nesse encontro de Munique, na Conferência de Munique, de transpor para o edifício legislativo nacional a figura do Enfermeiro de Família. Portanto, a Ordem não inventou coisíssima nenhuma. Ao contrário do que diz o Sr. Secretário, não é proposta da Ordem, a proposta é da Organização Mundial de Saúde, feita na Conferência de Munique, onde definiram as competências. Foi isso que nós sempre dissemos, desde o início.

Nessa conferência, se quiserem ir ver e dar-se ao trabalho, está lá tudo definido, das competências do Enfermeiro de Família, que já funciona em vários países do mundo. Curiosamente, as experiências piloto, os senhores dizem que é inédita nos Açores. A Sra. Deputada Cláudia Cardoso usa um argumento extraordinário, é que não se pode usar porque ainda não foi experimentado nos Açores. Sra. Deputada, a senhora então não usava nada que não fosse primeiro experimentado nos Açores. Usando o seu argumento, nada se podia fazer cá, porque não foi experimentado nos Açores um radiologista, porque não foi experimentado nos Açores um neurocirurgião, nada se podia fazer cá, Sra. Deputada. O seu argumento é pura e simplesmente lamentável.

Efectivamente, já foi aqui dito nesta casa e até pelo anterior titular da pasta que no Centro de Saúde de Angra se fez uma experiência nesse sentido, há uma década, ou os senhores não sabem? Ainda não eram os senhores o Governo, mas fez-se uma experiência piloto nesse sentido. Depois, o Enfermeiro de Família já existe desde 2007 no continente, em experiências piloto, o que falta é o suporte legislativo, já existe em vários concelhos do continente. Tenho aqui o recorte de um jornal, onde diz “Enfermeiro de Família nasce em Freixo”, mas tem mais por aqui abaixo, “No distrito de Vila Real esta modalidade já está a funcionar em pleno nos centros de saúde de Sabrosa, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião, com sucesso”.

Do que é que os senhores estão à espera? Os senhores não querem criar o Enfermeiro de Família nos Açores, é isso que os senhores têm de assumir. Então, entendamo-nos: não querem criar o Enfermeiro de Família nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não apoiado!

O Orador: É isso que não querem, Sr. Presidente, desculpe, é isso que não querem. E mais, estou para ver: nenhuma das conclusões desse grupo vai ao contrário daquelas funções que nós propomos ali, nenhuma. Não podem inventar nada que seja diferente daquilo. E para lá vamos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor já alterou o seu decreto.

O Orador: O senhor fez uma alteração ao seu decreto, como o senhor faz a tantos e a bancada do Partido Socialista faz a tantos, e o PSD faz e todos nós fazemos aqui, Sr. Presidente. Portanto, entendamo-nos nesta matéria.

Agora, a Organização Mundial de Saúde, documento da Ordem dos Enfermeiros. Retirei, apenas para retirar os engulhos que pudesse ter a Ordem nos Açores. Já se percebeu qual é, nas declarações do Sr. Secretário, a contrapartida à Ordem para essa sua atitude de subserviência a seguir ao Governo.

Aqui está o Enfermeiro de Família e articula-se com quem? Com o médico de família, com o centro de saúde, com os serviços hospitalares, com os enfermeiros especialistas, com médicos especialistas ou outras instituições, outros ambientes para a saúde, serviço social, enfermagem obstétrica, medicina, etc. Não fui eu que inventei isto, foi a Organização Mundial de Saúde, que a Ordem dos Enfermeiros plasma num documento seu, mas que a Ordem dos Enfermeiros dos Açores, ou os seus representantes, diz que não é possível. É extraordinário, realmente.

Mais: num outro documento de trabalho da Ordem dos Enfermeiros, está aqui, diz-se a páginas tantas, “*Em sequência da Declaração de Munique (...)*”, vêm por aqui definidas as competências todas, que me vou abster de ler. Até já se escreveu um livro em Portugal, por um senhor enfermeiro, que se chama “A cada família o seu enfermeiro”, estávamos no ano de 2001 – 2001! Da apreciação da Ordem dos Enfermeiros, de todas as competências que estão aqui, que estão plasmadas no nosso documento, vem dizer assim: “*Os modelos desenvolvidos permitiriam uma*

organização do trabalho em algumas situações com o aparecimento de uma nova cultura organizacional, maior eficácia das acções de planeamento, desenvolvimento de competências favorecedoras de tomada de decisão, a promoção da visita domiciliária como oportunidade de avaliação do meio físico, familiar e social (...)”, etc.

Então, ouviram-se os utentes. O que diziam os utentes? *“Os cuidados de enfermagem às famílias não deviam ser considerados um privilégio só de alguns, mas sim de todos”*. Era essa uma das funções do enfermeiro de família e está plasmada ali. *“A existência do Enfermeiro de Família promove estabilidade, segurança, redução de ansiedade e um suporte de apoio fundamental para a família que tem um doente no domicílio”*. Isto era o que diziam os utentes.

Diziam os médicos: *“O Enfermeiro de Família é um desafio e um caminho inovador, que permite ao médico ser mais médico”*, ao contrário do que diz este cavalheiro de cá.

O que dizem os enfermeiros? Continuo a ler o documento da Ordem dos Enfermeiros: *“A organização dos cuidados de saúde deve ser feita em função das necessidades dos cidadãos e não em função dos profissionais”*, e é isso que se pretende, em função das necessidades dos cidadãos. *“A família é o contexto que potencia as mudanças de comportamentos e a evolução da saúde, pelo que faz sentido ser aí o palco privilegiado da actuação do enfermeiro; porque há poucos recursos em enfermagem, há que utilizá-los de forma inteligente e dar prioridade aos cuidados, de acordo com o seu foco de atenção”*.

Agora, diz a Ordem, em letras garrafais: *“O que precisamos para assegurar a implementação e consolidação do Enfermeiro de Família?”*, tudo o que está aqui atrás é tudo, ou quase tudo, o que está no nosso decreto legislativo regional, não inventámos nada, fomos buscar as competências à OMS e transcrevemos para a nossa legislação regional, tão simplesmente quanto isso. O que diz a Ordem, que se propôs criar um grupo de trabalho para implementar isto, o que dizia a Ordem nacional dos Enfermeiros em 2008? *“O que precisamos para assegurar a implementação e consolidação do Enfermeiro de Família? Resposta: criar o suporte legislativo, que deverá enunciar a criação do Enfermeiro de Família,*

orientado pelos princípios conceituais emanados da OMS”. Querem mais claro do que isto? É isto que nós vos propomos!

Mais à frente, dizem...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Tenho de explicar, é longo. Eu vou terminar. Muito obrigado.

É preciso implementar e ser assumido o contexto legislativo pelo Governo da República. Está aqui, para subscrever o compromisso de Portugal ao subscrever a Declaração de Munique em Junho de 2000.

Portanto, não se inventou nada, não se pôs aqui nada que não estivesse inventado. Já se provou por $A+B$ que esses projectos-piloto já estão disseminados pelo continente, que não é nada inédito nem inovador nos Açores e que os senhores apenas querem atrasar a prestação de cuidados de saúde ao povo dos Açores, ao recusarem este Enfermeiro de Família.

Mais grave do que isso, Sr. Secretário é que, permita-me que lhe diga, podia ter sido mais imaginativo e ter tido outras ideias. Toda a gente reconhece que esta proposta foi primeiro feita pelo CDS aqui nesta casa, foi plasmada no programa eleitoral do CDS e o senhor, porque não gosta do CDS, porque não quis que fosse o CDS a implementar o Enfermeiro de Família, o senhor, despudoradamente, veio com essas artimanhas de grupos de trabalho que não servem para nada, que não vão chegar a conclusão nenhuma que já não se tenha chegado a nível mundial, e eu aguardo para ver e, aí, a violência vai ser outra, porque não vão inventar nada que já tenham inventado. Mais, Sr. Deputado – ou Sr. Secretário, peço desculpa –, até nesse grupo de trabalho os senhores nomeiam um enfermeiro que, depois, é o mesmo que vai ser ouvido em sede de comissão. Não há incompatibilidade, aqui, de opiniões, Sr. Secretário? O senhor não teve imaginação, não foi inovador, nem foi, até hoje, capaz de criar nada inovador no Serviço Regional de Saúde, limitando-se a copiar aquelas que eram as propostas dos outros.

Sr. Presidente do Governo, não tem problema nenhum, porque, um dia que me apeteça, pego no programa eleitoral do seu partido e também apresento aqui aquelas que são as vossas propostas. Sinto-me legitimado...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Podemos falar das que foram aprovadas e das que podem vir a ser!

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente. Muito bem, falaremos sobre isso, as que já foram aprovadas e as que podem vir a ser, Sr. Presidente. Com toda a franqueza, podemos falar, com certeza. Não tenho nenhum problema sobre essa matéria. Agora, reconhecer-me-á a razão de que esta proposta foi apresentada pelo CDS/PP.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Pela Organização Mundial de Saúde.

O Orador: Claro, mas os senhores dizem que foi pela Ordem dos Enfermeiros!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O que está aqui a acontecer no Parlamento em relação a esta ideia do CDS/PP, de criar o Enfermeiro de Família na Região Autónoma dos Açores, tal como a proposta já tinha sido elaborada pela Organização Mundial de Saúde a uma escala global, o que está a acontecer em relação a esta proposta é que o senhor está a ser vítima de um roubo programado de direitos de autor, por parte do Partido Socialista e do Governo, neste caso específico, e porquê? Porque é isto que o Partido Socialista e o Governo fazem, aqui, recorrentemente, nesta casa.

Foi apresentado ao longo deste vastíssimo período um conjunto de ideias e, como são boas ideias, o Partido Socialista quer-as para si, como se fosse um menino mimado. O que acontece é que desvirtua sempre as ideias e os projectos que são apresentados pelos partidos da oposição e quer-os para si. Nesse sentido, o que decidiu fazer? Decidiu fazer de conta, daqui a uns meses, que a ideia é sua, que a implementação e os méritos da sua criação são seus. É isto que faz e por isso é que eu digo que isto é um roubo programado de direitos de autor, que é recorrente, é uma atitude recorrente por parte da bancada do Partido Socialista. Faz isto constantemente.

Evidentemente, qual é o problema grave deste género de atitude? O problema é que isto enfraquece, isto diminui a nossa vida democrática porque, obviamente, o Governo que eu gostaria de ter na minha Região é um Governo que valoriza as

ideias dos outros e que não valoriza apenas, ou que não só privilegia, os 50% da vossa maioria. Não, que valoriza as ideias dos outros, que enriquece a produção legislativa com as boas ideias dos outros. Mas os senhores, mesmo quando concordam... Porque é esta, de facto, a vossa posição, concordam e aquele grupo de trabalho até já tem a conclusão escrita. Tenho a certeza absoluta que o grupo de trabalho já tem a conclusão escrita e a conclusão do grupo de trabalho é esta: nós estamos de acordo com a criação do Enfermeiro de Família nos Açores. Depois, quais são as outras conclusões a que vai chegar, de uma forma lógica? As suas competências devem ser aquelas que estão onde? Aquelas que foram descritas pela Organização Mundial de Saúde.

Portanto, esse grupo de trabalho, que não sei quanto vai custar à Região, é um grupo de trabalho absolutamente desnecessário, porque já tem a conclusão política – queremos construir, queremos criar o Enfermeiro de Família nos Açores – e também já tem as competências e a organização, a estrutura organizacional disto tudo; já está feito, porque isto já foi feito a nível da Organização Mundial de Saúde. Nesse sentido, é um grupo de trabalho perfeitamente inócuo, que tem esse objectivo: tem o objectivo de programar, de ganhar aqui, na calendarização do debate político.

É esta atitude que é muito condenável, porque, de facto, ao fim de 13 anos – e eu tenho sido opositor do Governo Socialista desde a sua criação em 96, desde 96 que tenho responsabilidades políticas e que faço oposição ao Governo do Partido Socialista –, o Governo do Partido Socialista, ao fim de 13 anos, pensei que tivesse mudado de registo, que mudasse de registo, mas não. É a mesma obsessão, é a mesma falta de capacidade de encaixe, é a mesma falta de democraticidade em relação ao processo político. Mais do que isso, o que está a acontecer com cada vez maior frequência, o que é grave, é que, para manter o poder, se vão fechando as garras do poder e da falta de liberdade. E quem, nomeadamente na área da saúde, discorda ou se atreve a criticar o Governo Regional, quem se atreve a criticar o Partido Socialista, pode sofrer consequências.

Portanto, a minha atitude em relação a esta questão, em relação à abertura que os senhores não demonstram, em relação à vossa atitude, é dizer-vos: há défice

democrático nesta Região – há défice democrático nesta Região! Mais do que isso: há défice em relação ao processo de decisão neste Parlamento, porque esta maioria absoluta se fecha, porque esta maioria absoluta o que tenta fazer, de facto, é diminuir o processo de discussão político. Mesmo quando concorda com as ideias não admite que a paternidade seja dum partido da oposição, não admite isso! Mesmo quando concorda e, daqui a uns meses, vamos ver isto.

Agora, o que tenho de vos dizer aqui é, com toda a coragem, com toda a frontalidade, falar-vos deste défice democrático que se vive aqui e da vossa atitude profundamente errada do ponto de vista do processo político! Do ponto de vista do processo político é uma atitude profundamente errada. Era isto que vos tinha de dizer.

Em relação a esta proposta em concreto, obviamente que o Partido Popular Monárquico votará a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que, relativamente à questão da importância que tem a instituição do Enfermeiro de Família, haverá consenso.

Relativamente à proposta do CDS/PP, como já se verificou, se o objectivo é nobre, a proposta inicial – como é que eu a hei-de adjectivar? – é indigente, indigente. Aliás, o CDS/PP tem-nos brindado, não bastas vezes, com propostas indigentes. É evidente que o CDS percebeu que a sua proposta era indigente e, duma forma atabalhoada, como a Deputada Cláudia Cardoso referiu, veio à pressa melhorá-la. Devia tê-lo eventualmente feito numa outra altura e atempadamente, já não chegou a tempo.

Agora, relativamente ainda a esta questão, penso que o bom senso que demonstrou o Deputado José Manuel Bolieiro na análise que fez ao processo e na recomendação que colocou a esta câmara, nomeadamente ao proponente, eu gostaria de a subscrever.

Relativamente à proposta inicial do CDS/PP, ela será reprovada pela Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para fazer alguns esclarecimentos, ou precisões, àquilo que tive anteriormente oportunidade de dizer e também tentar, com a maior clareza possível, dizer que nós, relativamente à criação desta figura do Enfermeiro de Família – que, como todos sabem, aliás, remonta a 2000, nem sequer tem a paternidade de nenhum partido político, é uma iniciativa que nasce e que começa no Canadá, que se disseminou em alguns países da Europa, está já em alguns deles, teve e atingiu alguma profundidade na sua implementação –, quanto a esta criação, como é evidente, não há nem pode haver da parte de nenhum de nós obstáculo à sua criação. Todos concordamos com ela, todos percebemos os méritos e a pertinência da actuação deste tipo de figura.

Sr. Deputado Artur Lima, permita-me dizer-lhe, como ponto prévio – eu não tenho a sua vocação para maltratar os outros, nem tenho essa tentação de o fazer, mas sempre lhe quero dizer, Sr. Deputado –, que lhe fica muito mal, estando representado na Comissão de Assuntos Sociais – onde, por acaso, não participa directamente, mas participa um colega seu –, vir aqui dizer que os deputados que lá estão não sabem o que andam lá a fazer e outros comentários deste género, que não valorizam nem o papel dos parlamentares, nem o papel das comissões deste Parlamento.

O senhor, com as responsabilidades políticas especiais que tem, por ser líder parlamentar e líder de um partido na Região, não deveria ser o último a fazer esse tipo de afirmações.

Passando à frente, é lamentável também que o Sr. Deputado venha com esta tentativa de insinuar que eu teria dito que em Portugal esta era uma experiência inédita, que não haveria experiências em Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não disse que era a senhora.

A Oradora: Não foi exactamente isso o que eu disse. É sabido que já houve várias experiências em Portugal, verdade também é que nenhuma delas atingiu o nível de profundidade que se pretende agora fazer, com esta que se vai implementar nos Açores.

Depois, o senhor falou na vontade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em atrasar a prestação de cuidados de saúde. É falso, Sr. Deputado. É falso e é “insinuoso” que o senhor venha para aqui com esse tipo de insinuações sobre a nossa preocupação com a saúde. O senhor há-de convir que não é a única pessoa preocupada com a saúde dos açorianos, nem tem o exclusivo, nem a patente, desta preocupação. Portanto, concederá que nós, neste caso em particular, nem estamos atrasados, até estamos adiantados, porque estamos a pôr em prática aquilo sobre o qual o senhor agora queria vir legislar.

Apesar disso, Sr. Deputado, eu gostava ainda de lhe dizer que, relativamente às propostas de alteração que aqui traz, é evidente que qualquer Sr. Deputado tem até à hora da votação, como todos sabemos, o direito e a legitimidade de as apresentar. Mas parece-me que fazer uma espécie de proposta de substituição – porque, no fundo é o que isto é – à última hora só revela uma coisa, Sr. Deputado, revela que o Sr. Deputado e o seu Grupo Parlamentar, nem os próprios proponentes sabem bem o que querem disto. Como quer que os outros lhe dêem o seu voto favorável? É esta a questão.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Exactamente para esclarecimentos, está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Não tenho, obviamente, culpa do relatório da comissão, porque não fui eu que o fiz, foi a senhora, nem do que disse aqui, a senhora é que o disse, não fui eu. Está aqui escrito, não fui eu que o fiz.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): O senhor descontextualiza.

O Orador: Agora, vou contextualizar as coisas. O que eu disse e quis dizer, Sra. Deputada, permita-me, se há alguém que também me acompanha às vezes nesta agressão aos outros é a senhora, já deu bastas provas disso neste Parlamento; está esquecida? Parece que o esquecimento é uma característica sua. Ainda há bem pouco tempo, no último Plenário, houve aqui uma discussão muito interessante, ou já se esqueceu? Como é que adjectivou, por exemplo, a proposta e como é que adjectivou o comportamento de alguns deputados nesta casa? Já se esqueceu, quer que eu lhe avive a memória? Não vai ser necessário, para não ser tão desagradável quanto a senhora é, porque eu não vou descer ao seu nível nessa discussão.

Vou só esclarecê-la, Sra. Deputada. A experiência...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu tenho o maior respeito e consideração pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso. Já não posso dizer o mesmo de outras pessoas. E o debate vivo não faz mal a ninguém.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Espero que tenha por mim alguma consideração.

O Orador: Sr. Presidente, de vez em quando temos de ser sinceros, não é? Não podemos ser magnânimes. Acho que V. Exa. quer fazer uma graça para desanuiar o ambiente, mas sabe o respeito e a consideração que lhe tenho, não preciso de lhe dizer.

O que eu queria dizer é que há intervenções aqui a que eu obviamente não vou dar resposta porque, realmente, não merecem, no quadro parlamentar e como se classifica a iniciativa de outras pessoas.

De maneira que queria dizer, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que a figura, ou seja, a função do Enfermeiro de Família já existe há muito tempo, até antes de 2000. Sra. Enfermeira, Sra. Deputada...

(Risos da câmara)

Sra. Deputada, a Conferência de Munique apenas vem consolidar aquilo que eram experiências acumuladas em alguns países. Entenderam necessário consolidar aquelas funções, reuniram, sim senhor, as experiências que havia nos Estados Unidos, onde, se for ver, há imensos trabalhos para *Family Nurse*. A senhora vê, é uma profissão já nos Estados Unidos, em que se recruta enfermeiros de família. Já existe o enfermeiro de família a fazer a função de Enfermeiro de Família. A OMS detectou que existia em vários países e por isso é que congrega funções e tenta uniformizar a função de uma figura e de um profissional, é isso que a OMS faz.

Sr. Presidente do Governo, eu não quero ter o exclusivo de ser representante da OMS ou de me substituir. O que eu quero dizer é que a proposta do Enfermeiro de Família é da Organização Mundial de Saúde, não é minha. A figura, a proposta, as competências, todo o seu perfil são da Organização Mundial de Saúde, não são meus, não quero ter essa prerrogativa, Sr. Presidente do Governo. Agora, também não são da Ordem dos Enfermeiros em Portugal e muito menos nos Açores. O que se pretendeu aqui foi criar o suporte legislativo para a figura, para implementar a figura e é isso que os senhores não querem, mas é isso que os senhores vão fazer, daqui a uns meses.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Um momento, Sr. Presidente.

Aqui é que está, enfim, a contradição.

Eu depois farei outra intervenção, Sr. Presidente, porque ainda tenho mais algumas coisas para dizer.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaríamos de dizer que nós sabemos que, quando um membro na família está doente, isto afecta toda a família. Sabemos também que os comportamentos de risco e os hábitos saudáveis são aprendidos na própria família. Daí que a nossa unidade preferencial tenha de ser a família. Foi por isso que fomos sensíveis ao apelo da Ordem dos Enfermeiros para a constituição dum grupo de trabalho que avaliasse a implementação da figura do Enfermeiro de Família, no contexto do Serviço Regional de Saúde. Foi isso que fizemos, e fizemos muito antes do CDS/PP ter alguma iniciativa legislativa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Secretário!

O Orador: A conclusão a que chegou este grupo, e passo agora a citar uma das conclusões do grupo, foi: *“A implementação do Enfermeiro de Família como método organizativo de cuidados constitui-se viável do ponto de vista casuístico, na medida em que o rácio Enfermeiro de Família na Região é de um para 247 habitantes. Todavia, esta condição não poderá ser determinante per se, pois a implementação do método é multidimensional, pelo que se propõe que numa primeira fase seja estrategicamente empreendida em experiências piloto”*. Esta é uma conclusão de um grupo de trabalho com membros nomeados pela Direcção Regional de Saúde e pela Ordem dos Enfermeiros.

Foi precisamente para implementar a experiência piloto que se constituiu o segundo grupo de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso foi a 20 de Julho de 2009.

O Orador: Portanto, o mérito aqui, neste projecto do Enfermeiro de Família, é exclusivamente da Ordem dos Enfermeiros e, neste caso, do Governo Regional, como parceiro.

O Sr. Deputado também fez aí a menção, a dizer que em vários países da Europa isto já decorria com sucesso. Eu gostava que me dissesse quais, porque a Bastonária, no 5º Congresso, no encontro dos Enfermeiros da Secção Regional dos Açores, afirmava que não havia essa prática instituída nos sistemas de saúde na Europa. Portanto, eu gostava que me dissesse quais são os países, porque até gostaria de ver que experiência está a ser feita nesses países.

Por outro lado, devo dizer que quem falou em ser uma experiência inédita na Região foi a própria Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, que disse que existem várias experiências a nível nacional, mas que a nossa aqui na Região será inédita. E será inédita porquê? Porque é a partir da experiência piloto que se vai dar o suporte legislativo. A Ordem dos Enfermeiros vai aprender com a experiência que vai ser feita aqui. Portanto, esta é uma manifestação de vontade da Sra. Bastonária, com a qual comungamos.

Eu gostaria só de dizer aqui que ninguém roubou nada a ninguém, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que nós tínhamos roubado a ideia ao CDS/PP. Porque quem promove, desde o início de 2000, esta ideia em Portugal é a Ordem dos Enfermeiros, não é a OMS. A OMS é a Organização Mundial de Saúde. É a Ordem dos Enfermeiros em Portugal. Portanto, é o mérito da sua promessa eleitoral que é nulo, Sr. Deputado.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para esclarecimentos, três minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sr. Secretário, o que o senhor acaba de dizer é uma enormidade!

Isto é, a Ordem dos Enfermeiros, como qualquer outra Ordem, tem assento nesses concelhos e nessas conferências internacionais promovidas pela OMS. A OMS, como o senhor sabe, define políticas de saúde para o mundo. Definiu, por exemplo, a vacina que agora se vai aplicar às pessoas. E as organizações profissionais dos países têm como missão aplicar no seu país aquelas que são as recomendações da OMS – a Direcção Geral de Saúde, a Ordem dos Enfermeiros, a Ordem dos Médicos Dentistas, a Ordem dos Médicos, etc. O senhor acaba de dizer que é o contrário! Isso é uma enormidade, o que o senhor acabou de dizer! É de um desconhecimento absoluto de como funcionam as coisas, desculpe que lhe diga, Sr. Secretário.

Esta proposta é da Organização Mundial de Saúde. A Ordem tem de transpor para o seu país. Eu aconselho-o a ler a Declaração de Munique na sua totalidade. A Ordem apenas tem a função de transpor. No âmbito da Conferência de Munique,

Sr. Secretário, a Ordem dos Enfermeiros assumiu o seu compromisso, desenvolvendo as diferentes actividades, tais como: divulgação, junto dos enfermeiros e administrações regionais de saúde, da Declaração de Munique, Sr. Secretário! Foi a OMS que fez este conteúdo funcional, foi a OMS que criou o Enfermeiro de Família. A Ordem apenas divulga no seu país. Isso é absoluto desconhecimento de como funcionam as coisas, Sr. Secretário, e aí estamos conversados. Portanto, a proposta é da OMS.

Agora, eu já percebi, há aqui uma confusão, numa página do sítio oficial do Partido Socialista onde se diz que o PS queria formar era o Enfermeiro Escola, dito ali pelo Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, está aqui. Portanto, a confusão é do vosso lado, não é minha. O CDS apenas quer criar a figura, nada mais. O que o senhor me disse, Sr. Secretário, são as conclusões da OMS. A OMS já chegou a essas conclusões que esse dito grupo de trabalho acaba de produzir!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não conhece as conclusões do grupo de trabalho, como é que está a dizer isso?

O Orador: Vá à Declaração de Munique! Vá a este documento que aqui está, está cá tudo! Que deve ser um rácio de 300 a 400 famílias, que o âmbito até pode ser geográfico, não ser só a nível da família, pode estender-se quando há freguesias pequenas e em agregados populacionais pequenos, está tudo estudado. Esta Ordem não vem dizer nada que já não se saiba, a OMS já deu as directivas todas, Sr. Secretário. Portanto, não vejo qual é a inovação que esse grupo de trabalho traz, porque, até à data, nenhuma, Se foi isto, é zero, estamos conversados. Daqui para a frente, a Ordem apenas vai transpor para Portugal e para a Região aquelas que são as directivas da Conferência de Munique e adaptar as coisas, mais nada. Com sucesso em Santa Marta de Penaguião, já lhe dei aqui os centros de saúde onde há com sucesso. Não lhe vou dizer mais, o senhor consulte as coisas, que elas estão consultáveis.

Agora, eu queria chamar a atenção, Sr. Presidente, se me permite, para uma coisa que eu considero gravíssima, já que o Sr. Secretário se vai inscrever a seguir.

Uma pessoa que, sendo técnico, tem um cargo de nomeação política e foi nomeado directamente pelo Sr. Secretário, ou pelo Governo Regional dos Açores. Toda a

gente, várias instituições deram os seus pareceres: os sindicatos, o Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Saúde da Ribeira Grande, enfim, a Unidade de Saúde... Agora, Sr. Presidente, peço-lhe algum tempo para isto.

Presidente: O seu tempo já terminou, Sr. Deputado.

O Orador: Então eu falarei a seguir ao Sr. Secretário, porque isto é muito importante, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também para dar o meu contributo neste debate.

Em primeiro lugar, para rejeitar qualquer problema de insuficiência democrática no funcionamento parlamentar. Sr. Deputado do PPM, eu tenho de lhe dizer que, na sua condição parlamentar, se aqui tivesse sido eleito quando existia outra maioria neste Parlamento, o senhor nem tinha a possibilidade de falar 5 minutos neste debate, de acordo com o Regimento de então. Portanto, nós, felizmente, evoluímos todos, certamente se o PSD hoje fosse poder também tinha feito essa aprendizagem. O modo de funcionamento e as possibilidades que são dadas a todos os grupos e representações parlamentares são muito elevados e, até, desproporcionais em relação aos partidos de maior dimensão, do ponto de vista de discriminação positiva.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Gostava também de lhe dizer que o Governo é o resultado da vida democrática. A maioria é o resultado da nossa vivência democrática, tal como a oposição o é. O senhor, na sua dimensão, é o resultado da vida democrática nos Açores. Nós, na nossa dimensão, somos o resultado da vida democrática nos Açores. Hoje somos poder, amanhã podemos não o ser e aceitamos com a mesma humildade, como tivemos no passado, qualquer uma dessas condições.

Em relação à questão substantiva em apreço, Sr. Deputado Artur Lima, eu quero colocar-lhe esta questão:

Toda a gente, está visto, é a favor da implementação da figura do Enfermeiro de Família, quer os técnicos do CDS que estavam na OMS, quer com certeza outras

peças de outra formação política, ideológica ou cultural que também trabalham nesse organismo ou também participam nas suas reuniões. Muito bem, todos somos a favor da implementação da figura, mas a esmagadora maioria dos deputados desta casa, e não me refiro apenas à maioria que apoia o Governo, tem o entendimento que deve ser precedida, uma iniciativa legislativa deste género, de um trabalho ao nível de um grupo que integre as entidades e as instituições que estão associadas a uma configuração adequada dessa figura no âmbito do nosso sistema de saúde. Portanto, são a favor de fazer preceder os resultados de um grupo de trabalho, de um grupo experimental, de uma experiência, em relação à competente formulação legislativa.

Nós não queremos afectar a obsessão autoral do Sr. Deputado Artur Lima. O Enfermeiro de Família há-de ser obra dos próprios enfermeiros e é assim bom que o seja. Portanto, quando chegar a altura de legislarmos sobre esta matéria, seguindo esta metodologia, que não é só aliás opinião do Partido Socialista expressa nesta Assembleia, quando chegar a essa altura, com certeza que teremos presentes, todos nós, os contributos do CDS, das Ordens que emitiram pareceres já sobre esta iniciativa, do grupo de trabalho e da experiência piloto, e tudo isso será tido em consideração.

Sr. Deputado Artur Lima, do ponto de vista autoral, a figura do Enfermeiro de Família não sofrerá de orfandade, terá uma imensa paternidade, a qual o Sr. Deputado, com certeza, partilhará com toda a honra. Nós não lhe queremos tirar nenhuma possibilidade de, em sede de próxima campanha eleitoral, dizer “Nós conseguimos”. Não queremos tirar-lhe nada disso, como já deve ter percebido. Nós até gostamos disso, com experiência feita. Portanto, não se preocupe, porque nós não queremos reivindicar qualquer exclusivo, nesta matéria, para nós.

Agora, o que nós queremos reivindicar é o seguinte: um pouco da nossa dignidade quando estamos a falar do sistema de saúde e dos açorianos. Nesse contexto, não é aceitável, em circunstância alguma, que o Sr. Deputado possa afirmar, como o fez, que o Partido Socialista e o Governo pretendem atrasar a prestação de cuidados de saúde nos Açores. É a sua expressão, Sr. Deputado. Ou não se exprimiu correctamente, ou V. Exa. está a dizer que nós, o Governo, os deputados do Partido

Socialista, o Partido Socialista, pretendemos atrasar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos?

A que propósito o senhor acha que nós achamos que devemos atrasar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos, que não lhes devemos dar os cuidados de saúde que podemos dar? É inaceitável essa sua afirmação e, por isso, nós não podemos deixar que todas as frases possam cair nesta Assembleia e que, pela inércia, alguém possa suspeitar que nós partilhamos esse entendimento de que pretendemos atrasar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos. Nós podemos falhar na nossa concepção operativa para a prestação desses cuidados, podemos não ser perfeitos em qualquer das dimensões que estão em causa, mas não pretendemos atrasar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos.

Nem o senhor, nesta casa, tem direitos de exclusividade em matéria de acerto em relação a todas as matérias e com todas as suas propostas, que são falíveis e que, em muitos casos, estão condenadas ao insucesso. Nós não votamos a favor nem contra as suas propostas só por causa de serem propostas suas, temos também o direito de pensar. E o senhor tem também o dever de nos conferir a possibilidade de termos esse direito, ou seja, de acharmos que as propostas do CDS são, em função das circunstâncias e da nossa análise, boas ou más. O nosso entendimento sobre esta matéria é claro: nós partilhamos o interesse e a utilidade da criação dos Enfermeiros de Família e partilhamos também – até é engraçado dizê-lo – com os nossos colegas do PSD no Parlamento...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem graça!

O Orador: ...o interesse de fazer preceder uma regulação legislativa nesta matéria dos resultados de um grupo de trabalho entretanto formado e de outras diligências concomitantes.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra, para esclarecimentos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Agradeço-lhe a sua intervenção, que me dá a oportunidade, efectivamente, de esclarecer algumas das questões que o senhor aqui pôs.

Têm V. Exa., o Governo e o Grupo Parlamentar que o suporta toda a liberdade de votarem as coisas como entenderem, como acharem melhor, com aquela que é a vossa política. Aí estamos entendidos. Como também o CDS tem a liberdade de votar da maneira que entende embora, se calhar, às vezes até nem vote bem. Também acontece, acontecerá a todos.

Agora, o que eu quis dizer, Sr. Presidente, e expressei-me melhor, é que o atraso da introdução desta figura do Enfermeiro de Família pode perder nos cuidados de saúde a prestar aos açorianos. É isso que eu quero dizer e está ali escrito, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É diferente do que o senhor disse.

O Orador: É nessa perspectiva que o digo, eu não digo que o senhor, intencionalmente, venha aqui dizer... Não passa pela cabeça a ninguém!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor disse que o Governo pretende atrasar a prestação de cuidados de saúde nos Açores.

O Orador: Se atrasar a introdução da figura do Enfermeiro de Família, a consequência poderá ser atrasar melhores cuidados de saúde. Pronto, Sr. Presidente. O senhor, ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vota como entender, em completa liberdade e estamos entendidos.

Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário da Saúde:

Temos aqui discussões, cada um discute as suas ideias, às vezes excedemo-nos num pormenor ou outro, às vezes dizemos coisas de um modo mais exaltado, mas há uma coisa que eu não posso aceitar, para a dignidade deste Parlamento. Era para isso que lhe chamava a atenção, Sr. Presidente da Assembleia, como Presidente desta casa e primeiro órgão da Autonomia.

Quando pedimos parecer a uma instituição sobre um diploma qualquer, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Bloco de Esquerda, qualquer que seja

o partido, esperamos que essa instituição nos trate com respeito e que se dirija a esta casa nos devidos termos, educados, discordando, dizendo que a proposta não tem mérito, dizendo que a proposta não se aplica, dizendo o que quiserem. Agora, isto que vem do Centro de Saúde de Ponta Delgada é inaceitável para a democracia. Eu chamo a atenção do Sr. Presidente do Governo, do Governo, do Sr. Presidente da Assembleia e de todos os grupos parlamentares aqui.

Assinada por um Sr. João Carlos Martins de Fontes e Sousa. Pedem um parecer técnico a este Projecto de Decreto Legislativo do CDS. Então, diz o Sr. Fontes e Sousa: “*O Projecto de Diploma apresenta-se com profunda e perniciosa ambiguidade, desde logo, quanto aos fundamentos da criação da figura de «enfermeiro (...)» (com aspectos meramente demagógicos)*”. Eu pergunto: este senhor dá um parecer técnico, ou dá um parecer político? Este senhor é político, ou é presidente duma unidade de saúde, que se deve limitar a dar pareceres técnicos discordantes da maneira que entender?

Agora, ao vir dizer isto a respeito de um grupo parlamentar desta casa, qualquer instituição, qualquer pessoa a partir de hoje fica com a liberdade de dizer o que entender a respeito de qualquer proposta que qualquer grupo parlamentar faça nesta casa.

Portanto, Sr. Secretário, o senhor é o superior hierárquico deste senhor. Para já, deixo ao seu cuidado um pedido de desculpas ao CDS/PP. Depois, se isso não suceder, eu tomarei as medidas que considerar mais adequadas para tratar com gente desta que, realmente, sendo um cargo técnico, não deixa de vir para aqui fazer considerações políticas, com uma linguagem inadequada que não compete a um presidente do conselho de administração duma unidade de saúde.

Sr. Presidente, solicito um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado, está concedido.

Regressamos às 18 horas e 45 minutos.

(Eram 18 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Entretanto, deu entrada na Mesa, logo a seguir ao intervalo, um requerimento do CDS/PP ao abrigo do artigo 134.º do nosso Regimento, portanto, um Requerimento de Baixa à Comissão. De acordo com o artigo 87.º, n.º 2, também do nosso Regimento, admitidos os requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22.º, são imediatamente votados pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais. Portanto, vou passar a ler o teor do requerimento do CDS/PP, Requerimento de Baixa à Comissão:

“O Grupo Parlamentar do CDS/PP, nos termos do artigo 134.º do Regimento, requer a baixa à Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009, «Cria o Enfermeiro de Família no Serviço Regional de Saúde», para o efeito de nova apreciação, no prazo de 30 dias após a apresentação das conclusões do grupo de trabalho para a implementação do Enfermeiro de Família, nomeado pela Secretaria Regional da Saúde através do Despacho n.º 1137/2009, de 29 de Outubro de 2009. O requerimento fundamenta-se no facto de a Proposta inicial ter sido alterada pelas propostas de alteração entretanto apresentadas, carecendo por isso de novas audições parlamentares e reapreciação da iniciativa legislativa, enquadrada pelas conclusões do referido grupo de trabalho”.

De acordo com o artigo 87.º, n.º 2, do Regimento, passo de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o teor do requerimento façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Requerimento apresentado foi rejeitado, com 29 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Assim sendo, vamos prosseguir com o debate na generalidade.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra, para esclarecimentos. Para o efeito, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Retomando – e para isso é que estava inscrito há bocado, Sr. Presidente, quando me referi ao parecer dado pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Ponta Delgada –, eu, quando disse que era necessário um pedido de desculpas ao CDS/PP, também queria acrescentar que é necessário um pedido de desculpas a este Parlamento, e não só ao CDS/PP. Portanto, um pedido de desculpas a este Parlamento.

Não querendo discutir o requerimento que foi aqui votado, Sr. Presidente, nos termos do artigo 118.º do nosso Regimento, o CDS retira a sua iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Efectivamente, nos termos do artigo 118.º, qualquer grupo ou representação parlamentar pode retirar, até ao termo do debate na generalidade. Não tínhamos terminado o debate na generalidade, portanto a iniciativa está retirada.

Passamos para o ponto seguinte da agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009 – “Atribuição de suplemento remuneratório a pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes da Região Autónoma dos Açores em regime de disponibilidade permanente”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência, para apresentar o diploma.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo traz a esta casa relativamente à situação do pessoal afecto, ou de algum do pessoal afecto, à Aerogare Civil das Lajes visa atribuir um suplemento remuneratório aos trabalhadores afectos àquela infra-estrutura em funções públicas e em virtude das suas especiais condições de prestação laboral, designadamente e no caso concreto,

o facto de algumas das pessoas abrangidas trabalharem por turnos e outras em regime de disponibilidade permanente.

Assim, com a proposta que aqui se apresenta, resultará que estes funcionários passarão a usufruir de um suplemento remuneratório de 20,16% do escalão 1 da categoria de ingresso, tendo por base a carreira de assistentes de operações aeroportuárias, englobando-se neste grupo de pessoal da Aerogare Civil das Lajes as carreiras de informática, encarregados de pessoal auxiliar e assistentes operacionais nas áreas de auxiliar administrativo e servente. Todos estes exercem funções e desempenham as suas tarefas em regime de turnos ou em regime de disponibilidade permanente.

Deste modo, o que se pretende garantir é um tratamento equitativo, em termos de vencimento, dos referidos funcionários face aos demais funcionários da administração regional autónoma. Pretende-se também atingir uma situação de justiça entre aqueles que têm de trabalhar por turnos, ou aqueles que têm uma incumbência especial em termos de disponibilidade, face àqueles que, trabalhando também no mesmo local, não trabalham sujeitos a este tipo de obrigação ou de disponibilidade, ou então que não desempenham funções que, pela sua natureza, obriguem a trabalhar com frequência para além do horário normal de trabalho.

Esta medida vem na sequência de uma Resolução aprovada nesta casa; visa, portanto, corrigir esta situação e tratar de forma equitativa e justa estes funcionários e, por isso, estou crente e está o Governo crente de que poderá merecer uma aceitação generalizada das várias bancadas neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que temos em análise decorre duma situação de injustiça que foi denunciada e com reivindicações dos respectivos trabalhadores, há cerca de 10 anos, que assenta na circunstância de trabalhadores com as mesmas funções terem diferentes remunerações, consoante a estrutura aeroportuária em que trabalhem.

Desde logo, uns, nos Açores, trabalham em aeroportos e são funcionários da ANA; outros, da própria SATA; e há um caso, na Região, da Secretaria Regional de Economia. Curiosamente, aqueles que trabalham para a Região são aqueles que têm remunerações inferiores aos outros. Isto é, a Região, com as responsabilidades públicas que tem, faz com que trabalhadores que exercem as mesmas funções que outros trabalhadores tenham remuneração inferior. Desde logo também, por sinal, um aeroporto com a exigência e com o trabalho como é o Aeroporto das Lajes, em que os respectivos funcionários têm menores vencimentos do que outros trabalhadores com as mesmas funções noutros aeroportos, com outras exigências e com outro volume de trabalho. Se é assim nos Açores, em que existem estas discrepâncias, as mesmas discrepâncias existem em relação à Região Autónoma da Madeira, ou até ao território continental português.

Perante estas justas reivindicações dos trabalhadores, como dizia, que têm cerca de 10 anos, foram feitas muitas promessas ao longo dos anos, sobretudo em períodos eleitorais, promessas de que, de facto, iriam equiparar essas carreiras às carreiras idênticas nos aeroportos dos Açores. O que é certo é que levou algum tempo até que fosse dado o primeiro passo.

Esse primeiro passo foi dado 5 anos depois destas reivindicações, em 2004, quando estas preocupações de revalorização de carreira e de equiparação às correspondentes regalias noutros aeroportos foram estabelecidas através da aprovação do Decreto Legislativo Regional 21/2004/A, que procedia a essa equiparação salarial, por um lado, mas em relação a apenas uma das carreiras, a de assistente de operações aeroportuárias. Isto é, foi esse primeiro passo dado, esta carreira foi equiparada aos demais trabalhadores que exercem funções idênticas nos Açores, através deste diploma, mas ficou-se por aí. Muitos trabalhadores ficaram, na altura, para trás.

Perante a manutenção desta injustiça de alguns trabalhadores continuarem a ter o mesmo trabalho, mas com diferente vencimento consoante o aeroporto dos Açores em que trabalhavam, o Grupo Parlamentar do PSD fez um requerimento ao Governo Regional dos Açores, em que denunciava esta situação de injustiça e questionava o Governo sobre a não equiparação salarial de todas as carreiras. Isto

ocorreu em Junho de 2006. O PSD questionava o Governo sobre as razões pelas quais não procedia à equiparação de todas as carreiras e questionava o Governo se, de facto, ia avançar para aí. Mais uma vez, como acontece em muitas outras circunstâncias, o Governo Regional respondeu não respondendo, isto é, não disse nada.

Três meses depois deste requerimento do PSD, entrou uma iniciativa no Parlamento dos Açores, em Outubro de 2006, do CDS/PP, que apresentou a esta Assembleia um Projecto de Resolução que, pelo seu próprio título, recomendava ao Governo Regional dos Açores que promovesse “(...) *medidas adequadas tendo em vista a revalorização e reestruturação da carreira de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes*”. Isto é, a Resolução que foi apresentada visava a revalorização e reestruturação das carreiras de todos os trabalhadores. E, também no âmbito do texto desta Resolução, visava-se a “(...) *aplicação de uma tabela salarial que tenha em conta a remuneração aplicável ao exercício de funções idênticas*”. Foi isto que foi aprovado nesta Assembleia, a revalorização de carreiras, tal e qual conforme foi a apresentação do Projecto de Resolução do CDS/PP.

Passados 3 anos deste Projecto de Resolução, finalmente o Governo apresenta uma proposta legislativa a esta Assembleia, restando saber se cumpre, efectivamente, com aquilo que foi aprovado. Isto é, se, de facto, todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes serão beneficiados por esta legislação.

Desde logo, existe uma dúvida. Se o primeiro passo dado em 2004 constou de uma revalorização e reestruturação de carreiras relativamente aos operadores, os assistentes aeroportuários, agora não se faz uma revalorização e reestruturação de carreiras, propõe-se a aplicação de um suplemento, o que, só por si, pode gerar um conjunto de dúvidas que podem levar ao tratamento injusto de algumas situações, porque, de facto, a solução encontrada para as diferentes carreiras não foi a mesma. Isto é uma questão que deve merecer alguma atenção, mas o que é certo é que foi dado este passo.

Em comissão, o Sr. Secretário Regional o que fez foi reconhecer que, de facto, era necessária esta revalorização de carreiras, em termos do suplemento, e que isto

beneficiaria cerca de 10 trabalhadores. Pela informação que temos, existem cerca de 18 trabalhadores que estão nesta situação, que trabalham para a Aerogare Civil das Lajes e que têm remunerações que não são equiparadas aos restantes trabalhadores doutras estruturas aeroportuárias da Região. A pergunta que fica, em primeiro lugar e desde logo, é: todos os trabalhadores, de facto, são abrangidos ou não?

Já deu entrada uma proposta de alteração, subscrita pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do CDS/PP, que abrange os operários qualificados e altamente qualificados. O Grupo Parlamentar do PSD também apresentou uma proposta, relativamente aos assistentes técnicos, porque, de facto, entendemos que todos devem beneficiar deste benefício. Se, ao longo do tempo e parcelarmente, foi havendo uma evolução no sentido de equiparar esses trabalhadores em termos de remuneração a outros trabalhadores em situação idêntica nos Açores, não nos parece que, de forma alguma, isso se resolva definitivamente deixando para trás alguns trabalhadores que trabalham no mesmo espaço e que deixam de ter este benefício.

Por isto mesmo, entendemos que, no caminho iniciado há 10 anos com as reivindicações dos trabalhadores, com as denúncias públicas, prosseguido com o Decreto Legislativo Regional 21/2004 e com as várias posições políticas, propostas e iniciativas apresentadas nesta Assembleia, conforme foi aquela que foi aprovada em 2007, só ficará concluído este processo quando, de facto, todos os trabalhadores beneficiarem de forma igual deste benefício, salvo a repetição. Mas, de facto, o que entendemos é que não poderá de forma alguma entender-se que este processo está concluído deixando para trás um que seja dos trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes, com os princípios e objectivos que referi nesta intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, pode ter havido aqui alguns requerimentos, algumas conferências de imprensa, enfim, algumas iniciativas, mas houve de facto uma que foi determinante, que foi a apresentada pelo CDS/PP, um Projecto de Resolução apresentado nesta casa e que previa exactamente a revalorização: “(...) *promova as medidas adequadas, tendo em vista a revalorização e reestruturação das carreiras de todos os funcionários da Aerogare Civil das Lajes*”.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Exactamente, Sr. Presidente, já lá vou. V. Exa., eu talvez possa estar um bocadinho lento, devido ao tempo, mas vou lá chegar.

Este era o Projecto de Resolução inicial, o que deu entrada nesta casa. Houve, naturalmente, um processo de negociação e houve, depois, uma Resolução que foi aprovada também nesta casa e que dizia o seguinte: “*Relativamente aos trabalhadores para os quais não seja adequada a criação de carreiras especiais*”, como os aeroportuários, “*que promova (...)*” e aprove a “*(...) legislação que atribua suplementos remuneratórios em virtude das especiais condições da prestação de trabalho, designadamente por turnos, ou disponibilidade permanente*”. Esta foi a Resolução aprovada. Não é assim, Sr. Presidente do Governo? Esta foi a Resolução aprovada.

Obviamente que nós todos gostaríamos de ter tudo ao mesmo tempo. Não é possível e julgo que este passo que se dá na revalorização do suplemento remuneratório... Foi isso que foi aprovado, foi um suplemento remuneratório, porque exactamente na altura se justificava que a Aerogare Civil das Lajes pertence à Secretaria Regional da Economia e poderia aí, assim, abrir algumas situações de injustiça relativamente a outros funcionários. Foi esta Resolução que foi aprovada nesta casa e que, presumo, se não me falha a memória, por unanimidade. Não posso garantir, mas parece-me que por unanimidade.

Nós também gostaríamos, porque todos nós gostaríamos, de incluir todos neste benefício. Mas também a proposta do PSD não inclui todos neste benefício. Dizia o Sr. Deputado Clélio Meneses que ficaria preocupado nem que ficasse um de fora.

Pois fica exactamente um de fora, fica o motorista. Segundo a orgânica que eu tenho da Aerogare Civil das Lajes, fica o motorista, assistente operacional, de fora, porque não trabalha por turnos, nem tem suplemento de disponibilidade permanente, segundo a informação que eu tenho. Portanto, efectivamente, o seu “um” é o motorista, que ficou de fora.

Por isso, a sua proposta não merecerá, obviamente, a nossa aprovação. Não só por isso, mas porque entendemos – se o objectivo era todos, falhou redondamente o objectivo no “todos” – que, em relação à proposta inicial, esta proposta de alteração do Partido Socialista e do CDS/PP já vem aumentar substancialmente o leque de pessoas abrangidas e que fazem algum sentido, porque depois terão de ficar, naturalmente, sujeitas à disponibilidade permanente, dadas as suas funções e as funções específicas que têm na Aerogare Civil das Lajes. Nesse sentido, são o pessoal operário altamente qualificado e o pessoal operário qualificado, como seja o electricista, enfim, o senhor canalizador, que podem ser chamados a qualquer hora devido a um problema que aconteça e, portanto, terão de ter disponibilidade permanente.

Nós, muito simplesmente, somos objectivos: “o óptimo é inimigo do bom”, é uma regra da vida. Vão ficar 3 administrativos de fora e o motorista. Bom, conseguimos melhorar substancialmente a proposta inicial. Temos pena que nesta fase não consigamos incluir todos, mas temos esperança de que, no futuro, também se consiga arranjar aqui alguma forma de, eventualmente, atribuir, quer seja por produtividade, por outros mecanismos que estão previstos na lei e em várias leis, quer seja pela satisfação dos clientes, enfim, há vários mecanismos previstos e que nós estudaremos, obviamente, de melhorar eventualmente as condições dos outros 4 funcionários, os 3 administrativos e o motorista.

Portanto, esta iniciativa merecerá, obviamente, o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para, numa breve – brevíssima – intervenção, manifestar a concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta proposta, que atribui um

suplemento remuneratório a trabalhadores em funções públicas, em virtude da condição da sua prestação laboral por turnos ou em regime de disponibilidade permanente. Esta proposta materializa isso mesmo, introduz aqui também alguns factores de justiça e, portanto, tem a nossa concordância.

Antecipando já as propostas de alteração, julgamos que a justiça – e ser igual para todos os trabalhadores – não se trata de dividir o mesmo espaço. Trata-se, sim, das funções que cada um desempenha, do conteúdo funcional que cada função tem e, portanto, das suas funções serem e terem de ser potencialmente abrangidas pelo regime de disponibilidade permanente. Isso é que interessa neste caso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta é realmente justa, mas peca por escassa e tardia.

Tardia, porque já havia uma Resolução nesta Assembleia, que levou tantos anos a implementar. Isso leva-me a levantar aqui uma dúvida: uma vez que é justo e se reconhece, será que estes trabalhadores irão ser ressarcidos com retroactividade àquela data? Seria justo.

Quanto ao coeficiente encontrado agora, por que não foi tida em conta a proposta contida no parecer do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, na sua pretensão de corrigir a assimetria remuneratória entre trabalhadores com a mesma função, embora dependendo de entidades diversas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer nenhum histórico, nem nenhum lamento, apenas dizer que a Representação Parlamentar do PCP irá aprovar esta Proposta.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Venho também comunicar a esta Assembleia que o Partido Popular Monárquico votará a favor desta iniciativa.

Presidente: Tenho mais uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só uma questão muito rápida, relativamente à questão do motorista.

A informação que temos, de facto, é que o motorista se integra nas carreiras que estão previstas no diploma, mas não é assim. Se não é assim, a pergunta que fica é: com uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD que inclua o motorista, se os outros partidos a votam a favor. Se assumirem, de facto, que incluindo os assistentes técnicos e motorista, para salvaguardar alguma dúvida, votam a favor, obviamente que o Partido Social Democrata se compromete a apresentar essa proposta em tempo útil, num intervalo que se pedirá nos termos regimentais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência, para uma segunda intervenção.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para precisar, acho que ajuda a elucidar e ajuda o debate, é preciso esclarecer aqui uma situação.

Estes trabalhadores não poderiam, não deveriam, ser prejudicados em função do facto de desempenharem funções públicas e de terem um estatuto diferente dos restantes trabalhadores de outras aerogares e de outros aeroportos. Portanto, nesse sentido, tentou-se encontrar uma solução equilibrada. Agora, também se tem de dizer o seguinte: não faz sentido encontrar uma solução que transforme, ou crie desigualdade entre estes trabalhadores e os outros trabalhadores da função pública, que desempenham funções idênticas noutra contexto de trabalho.

Portanto, foi nesse equilíbrio que se procurou a solução e esta solução parece-nos a mais adequada desse ponto de vista. Até porque as funções que ficarão, de algum modo, fora do âmbito de aplicação desta proposta são funções que não têm enquadramento do ponto de vista da prestação de trabalho com disponibilidade permanente e não têm uma carreira com especificidade suficiente para isso.

Era esse o esclarecimento que eu gostava de deixar.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): E quanto à retroactividade?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

É só para completar algo que me esqueci de dizer e que presumo que era a questão que a Sra. Deputada iria colocar, que tem a ver com a retroactividade.

A proposta em causa determina a retroactividade na aplicação da remuneração complementar ao início de 2009, portanto, a Janeiro de 2009. É essa a retroactividade prevista no documento.

Obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para a votação na generalidade deste Decreto Legislativo Regional.

Vou colocá-lo de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade, na generalidade.

Presidente: O Decreto Legislativo Regional é composto, como sabem, por 3 artigos. Há propostas de alteração para o segundo, apenas. Em termos cronológicos, a primeira é da autoria do Partido Socialista e do CDS/PP, ou subscrita pelo Partido Socialista e pelo CDS/PP, a segunda subscrita pelo Partido Social Democrata e com as diferenças que já resultaram do debate na generalidade.

Não havendo inscrições, vou colocar à votação o artigo 1.º do diploma, da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao artigo 2.º e por uma questão lógica e não cronológica, vou colocar à votação a proposta de alteração do PSD, na medida em que ela, sendo aprovada, prejudica a anterior, o que não acontece ao contrário. Portanto, vamos votar primeiro a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata, que altera a redacção do n.º 1 do artigo 2.º, no sentido de incluir também os assistentes técnicos.

Vamos votar a proposta do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a alteração proposta, ou subscrita, pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do CDS/PP, que altera a redacção do n.º 1 do artigo 2.º, no sentido de incluir o pessoal operário altamente qualificado e pessoal operário qualificado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o corpo do artigo 2.º da Proposta, com a alteração que lhe acaba de ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, Projecto de Resolução n.º 31/2009.

Diga, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, gostaria de solicitar um intervalo.

Presidente: De 15 minutos?

Deputada Zuraída Soares (BE): De meia hora.

Presidente: Atendendo à hora, concedo o intervalo, mas pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se acercarem da Mesa e aos restantes Sras. e Srs. Deputados para esperarem um pouco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, aqui após breve Conferência de Líderes informal, vamos terminar os nossos trabalhos por agora. Vamos jantar, voltamos às 10 horas e trabalhamos até à meia-noite, pelo menos. Foi o que ficou deliberado nesta breve conferência.

Voltamos às 10 horas da noite, até logo e bom jantar.

(Eram 19 horas e 25 minutos)

Presidente: Muito boa noite, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia, por isso, que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 22 horas e 05 minutos)

Vamos iniciar o ponto 8 da nossa agenda de hoje, **Projecto de Resolução n.º 31/2009 – “Processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone”, apresentado pelos Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM.**

Daria a palavra, para apresentar o Projecto, ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome dos partidos subscritores do Projecto de Resolução para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, nomeadamente o CDS/PP, o BE, o PCP, o PPM e o PSD, naturalmente, cabe-me a mim fazer a apresentação sucinta – e julgo que me dispensarão duma apresentação exaustiva, até dado o adiantado da hora – acerca do Projecto de Resolução para a constituição de uma Comissão de Inquérito.

Gostaria de ressaltar, no entanto, do Projecto de Resolução dois ou três aspectos, o primeiro dos quais é que estão em causa investimentos superiores a 60 milhões de euros, dos quais já foram pagos ao Estaleiro de Viana do Castelo 32 milhões de euros.

É evidente que todos os açorianos já perceberam que o processo de construção destes navios está envolto numa grande trapalhada. Mas eu gostaria de ressaltar dois parágrafos que o próprio Tribunal de Contas, na auditoria que faz à Atlânticoline S.A., refere, nomeadamente, e relativamente ao processo de construção do navio Atlântida, que o “(...) *comportamento da Atlânticoline, S.A. (...)*” equivaleu durante todo o processo “(...) *a uma desresponsabilização (...)*” do Estaleiro Naval de Viana do Castelo, “(...) *pela regular e tempestiva execução do contrato, por entender*” – a Atlânticoline – “*que a responsabilidade era (...) imputável, a montante, aos fornecedores*” – do estaleiro – “*e a jusante, ao próprio dono da obra*”. Ou seja, a Atlânticoline assume também responsabilidades, ou assumiu responsabilidades, pelo não cumprimento dos contratos que tinha firmado com o estaleiro.

Também refere o Tribunal de Contas que, relativamente ao navio Anticiclone, e cito, a “(...) *prorrogação do prazo contratual de entrega do Navio (...)*”

Anticiclone... Estou a citar o contraditório da Atlânticoline à primeira versão do relatório da auditoria do Tribunal de Contas, ou seja, é a Atlânticoline que está a falar. A “(...) *prorrogação*” – dizia eu – “*do prazo contratual de entrega no Navio (...)*” Anticiclone deveu-se à “(...) *necessidade com que (...)*” o Estaleiro Naval de Viana do Castelo “(...) *se deparou de introduzir alterações profundas à Memória Descritiva e ao Desenho de Arranjo Geral do Navio (...)*” Anticiclone, “(...) *para suprimimento*” – é a Atlânticoline a dizer – “*de erro constante do Anteprojecto, patenteado pela ATLÂNTICOLINE no procedimento (...) contratual. Este erro terá impossibilitado a realização do Projecto de Construção desenvolvido (...)*” pelo Estaleiro Naval de Viana do Castelo “(...) *em conformidade com as peças fornecidas, por força da impossibilidade de, com as (...)*” especificações “(...) *técnicas ali contidas (...)*” – no processo concursal, quer no desenho de arranjo geral, quer na memória descritiva – dizia eu, de, com as especificações contidas nesses documentos, “(...) *garantir a estabilidade do navio de acordo com os requisitos mínimos (...)* estabelecidos.

Li dois parágrafos, num dos quais o Tribunal de Contas diz que a Atlânticoline nunca responsabilizou o estaleiro, responsabilizando sempre, ou justificando os atrasos, sempre por culpa do fornecedor do estaleiro, ou então por culpa própria. Noutro parágrafo, é a própria Atlânticoline a dizer que o navio Anticiclone tem os problemas que tem e os prazos foram ultrapassados porque a própria Atlânticoline forneceu, no processo concursal, a memória descritiva e o arranjo geral com erros que impossibilitavam que o Estaleiro de Viana do Castelo conseguisse fazer o projecto com garantia dos requisitos de estabilidade que os regulamentos exigem.

Apresentado numa maneira sucinta o Projecto de Resolução para a criação duma Comissão Parlamentar de Inquérito, julgo que chegou a hora de dizer: até que enfim. Porque o Partido Socialista, durante todo este processo, dizia que o processo e o pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito ou era prematuro, ou era extemporâneo, ou não era urgente, ou, então, era porque tínhamos eleições à porta. Foram essas, textualmente, as justificações que o Partido Socialista apresentou ao longo de cerca de três meses. Esconder o quê? Perguntamos nós, os partidos subscritores desta Proposta de Resolução. Esconder o quê e por que não

convinha que a Comissão Parlamentar de Inquérito fosse constituída num período pré-eleitoral?

Por alguma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: o PS e o Governo estão enterrados neste assunto até ao pescoço.

Deputado José Rego (PS): Tenha calma.

O Orador: Falar disso perto de eleições era muito incómodo.

A conclusão que eu tirei, que o PS tem medo e está enterrado nisso até ao pescoço, e o Governo, estão enterrados nisso até ao pescoço, é porque na altura de eleições não é bom falar no assunto.

Deputado Francisco César (PS): Pois, não é como alguns Srs. Deputados, que aproveitam para fazer campanha eleitoral. É simples.

O Orador: Agora o que é preciso apurar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é: por que já pagámos barcos novos e não temos barcos novos?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuam também as contradições, contradições essas que, certamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá de esclarecer. Porque, quando surgiu o relatório de auditoria do Ministério da Defesa, elaborado e feito junto do Estaleiro Naval de Viana do Castelo, o Governo foi muito lesto a dizer que as conclusões do relatório não vinculavam o Governo Regional. Foi dizendo que aquele relatório apenas vinculava o Estaleiro Naval de Viana do Castelo. Mas o que é certo é que uma das conclusões, sabe o que dizia? Dizia que era bom que as partes se entendessem fora, num acordo extra-judicial. Ou seja, utilizando palavras simples, era caminharem para uma comissão arbitral. O Governo veio dizer que “não senhor, nada disso, as orientações que o relatório apresenta não nos vinculam, nós não queremos isso”. A prova provada é que, neste momento, está em constituição uma comissão arbitral para resolver este enorme imbróglio.

Como é bom de ver, numa comissão arbitral não há preto e branco, há zonas mais cinzentas e menos cinzentas. Como é bom de ver, o Governo Regional e os Açores – infelizmente os Açores – já pagaram 32 milhões por barcos novos, não têm barcos novos e, através duma comissão arbitral temos todos a certeza, porque é

assim que elas funcionam, que não vamos receber a totalidade dos 32 milhões de euros.

A 21 de Abril deste ano, por altura do anúncio da recusa, por parte do Governo, do navio Atlântida, nós dissemos que relativamente ao navio Anticiclone o Governo devia utilizar o mesmo procedimento, dar-lhe o mesmo destino, não aceitar o navio Anticiclone. Aliás, os parágrafos que li logo de início relativamente ao relatório do Tribunal de Contas são bem elucidativos das asneiras pegadas que a Atlânticoline e o Governo Regional fizeram no processo concursal que originou a aquisição – ou que originaria a aquisição – destes dois navios, o Atlântida e o Anticiclone. Nós, na altura, desafiámos o Governo a fazer com o Anticiclone o mesmo que tinha feito com o Atlântida. A resposta foi: “São irresponsáveis, o PSD não sabe o que diz”.

Deputado Francisco César (PS): Claro que não.

O Orador: O que é certo é que hoje, hoje mesmo, é publicado o concurso internacional para o fretamento dos navios para as próximas temporadas e está lá escrito que o fretamento é por dois, com a opção de mais um ano. O que significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que o Anticiclone vai ter o mesmo destino que o navio Atlântida. Irresponsabilidade, diziam os senhores que nós tínhamos, só que, sete meses depois, fazem rigorosamente aquilo que o PSD tinha afirmado.

Deputado Francisco César (PS): É a mesma irresponsabilidade do passado!

O Orador: É tanta, tanta, tanta trapalhada, que é preciso que esta comissão de inquérito funcione. Era bom que esta comissão de inquérito já tivesse sido feita há mais tempo. Era bom que esta comissão de inquérito não tivesse sido “empurrada com a barriga”, como os senhores fizeram ao longo de, pelo menos, três meses. É por isso que esta comissão de inquérito é oportuna, é urgente e as eleições não deviam ter sido justificação para ocultar por mais tempo as trapalhadas onde o Governo se meteu na aquisição destes dois navios.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Aliás, foi por causa disso que perderam as eleições.

O Orador: Digo mesmo que esperamos, aliás, os açorianos esperam, fazem votos, melhor dizendo, que o Partido Socialista na Comissão Parlamentar de Inquérito

não seja uma força de bloqueio, ou seja, funcione como o saca-rolhas e não como a própria rolha.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Já tenho inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Para já, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão em apreço, quero dizer o seguinte – aliás, já o disse aqui – : pela parte do PCP há muito que esta Comissão estaria constituída, se para isso tivéssemos uma figura regimental que nos permitisse.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos)

O Orador: Eu sei, Sr. Secretário.

Se me desse licença, para ver se não prolongamos isto muito tempo, quero dizer aqui o seguinte: não subscrevo na íntegra a declaração que o Deputado Jorge Macedo veio aqui fazer em nome de todos os subscritores.

Primeiro porque tirou, ou inferiu logo, algumas conclusões. Estamos de facto aqui a constituir uma comissão de inquérito e, portanto, parece-me isso no mínimo desagradável.

Por outro lado, aquilo de que se pode acusar o PS, de não ter constituído a comissão, também se pode acusar o PSD. Os senhores têm responsabilidade pelo facto desta Comissão de Inquérito ainda não estar constituída.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: É sempre a mesma coisa, não, meus caros senhores. Srs. Deputados: não é sempre a mesma coisa. Os Srs. Deputados é que não quiseram constituir esta Comissão de Inquérito no devido tempo. Portanto, se o PS teve uma agenda político-eleitoral, também os senhores a tiveram!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E isso tem de ficar claro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Helder Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que cada partido que subscreveu este pedido de Comissão de Inquérito apresenta as suas razões. A maior parte delas confluíram e foi por isso que nós apresentámos em conjunto este documento. Não quer dizer que não existam diferenças entre as bancadas em relação à apreciação deste assunto.

A minha posição é exactamente igual àquela que foi formulada pelo PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mal seria se não fosse, Sr. Deputado. Não estávamos à espera de outra coisa.

O Orador: Então ainda bem, quer dizer que sou muito previsível.

É exactamente igual à do PSD em tudo o que ele disse e aquelas coisas que vou dizer são da minha responsabilidade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal os senhores partilham a derrota no Corvo, não é?

O Orador: Deixe lá isso, vamos ao que interessa.

O que lhe quero dizer é que, evidentemente...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo)

O Orador: Interessa-me, interessa-me muito. Mas interessa-me, sobretudo, Sr. Vice-Presidente, já que fala nisso, tenho assistido a isto desde o início e vou reservar agora 30 segundos para vos responder em relação a esta questão.

Os senhores ganharam no Corvo, parabéns. O que querem que vos diga mais? Ganharam, tiveram uma grande vitória, muitos parabéns. Espero que façam um óptimo trabalho e espero que o Presidente da Câmara desempenhe com eficácia as

suas funções. Os senhores ganharam, nós perdemos. É assim em democracia. Portanto, não há muito mais a dizer.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Candidatámo-nos, amanhã vou tomar posse como deputado municipal, como sabe.

O que lhe quero dizer é que, evidentemente, não há muito mais a dizer sobre isso. Em democracia é assim, é tão simples como isso. Portanto, em relação a esses apartes acho que estamos conversados. Muitos parabéns pela vitória, façam por merecer a vitória que tiveram.

Agora, quero dizer-vos também o seguinte:

É evidente que em relação a toda esta enorme trapalhada em relação aos transportes marítimos, os senhores falam em azares, mas deixem-me fazer uma adaptação do velho aforismo que diz que “as desculpas não se pedem, evitam-se”. Então deixem-me dizer que “os azares não acontecem, evitam-se”...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, os termos não têm o mesmo significado.

O Orador: ...e os senhores fizeram muito pouco para evitar esta sucessão de azares. Portanto, o que acontece é que, em termos daquilo que foi a estratégia de transportes marítimos, foi realmente algo em que os senhores falharam. Ficava-vos bem dizer, como alguns membros da vossa bancada tiveram a coragem, a hombridade de afirmar, que falharam.

Falharam por desorganização, falharam porque não planificaram, falharam porque não escolheram a estratégia correcta. Falharam e, portanto, o que há agora a fazer é recomeçar. Mas, para se planear uma estratégia, temos de verificar e esta Comissão de Inquérito tem, com certeza, essa função pedagógica, que é essencial em democracia, que é verificar-se o que correu mal.

Muitas coisas correram mal, isso é inegável. Portanto, o resultado nós já sabemos: as coisas correram mal. Ninguém nega isso, não há ninguém, na população dos Açores, que negue que as coisas correram mal em termos de transportes e que esta

operação, que foi montada de urgência, foi uma operação caríssima, caríssima. Com as tripulações a terem de correr o arquipélago todo, porque, como sabem, o navio não tinha capacidade para que a tripulação pudesse ficar durante as noites no navio e o que acontece é que tiveram de ficar em hotéis, tiveram de ficar em residenciais, tiveram de ser transportados por todo o arquipélago – aliás, eu vou pedir esses dados oficialmente –, esta operação deve ter ficado caríssima.

Portanto, além do que se projectou em termos dos dois navios, o Atlântida e o Anticiclone... Aliás deixem-me utilizar esta imagem: o que se espera de quem dá nome aos navios, a um, um continente submergido – evidentemente não se podia esperar que acontecesse outra coisa –, quem lhes dá o nome de Anticiclone e de Atlântida? Portanto, neste sentido é evidente que as coisas correram bastante mal.

Agora, qual teria sido a eficácia se a Comissão de Inquérito tivesse começado a funcionar antes, o que os senhores, como sabem, recusaram? Já estaríamos a avançar para realmente termos uma descrição pormenorizada de todos os erros que se foram cometendo ao longo destes meses. Nesse sentido teria sido, evidentemente. Qual é a situação, o que explica que a Comissão de Inquérito não tivesse avançado?

O que explica isso é fundamentalmente o seguinte: os senhores tiveram medo que os primeiros dados sobre esta questão afectassem a imagem e o prestígio do Governo e que isso tivesse, que provocasse resultados eleitorais negativos em relação àquele período eleitoral que tivemos, as europeias, a Assembleia da República e também agora as Autárquicas, exactamente. Portanto, nesse sentido, obviamente que os senhores calendarizaram o início das actividades desta Comissão para um período posterior, após terminarem as eleições, porque tiveram, evidentemente, medo das consequências...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Deixem-me terminar, eu vou já terminar.

...tiveram medo das consequências que a revelação de alguns dados sobre estas questões poderia provocar junto da opinião pública. Portanto, evidentemente, só agora o fazem. E por que o fazem tão rápido?

Os senhores querem isto despachado o mais rapidamente possível. Já estão a pensar em 2012 e, portanto, os senhores o que querem, já sabem que este assunto vos irá provocar danos muito grandes, porque é evidente que isto é um fracasso e, portanto, o que vai ficar explícito – mesmo que os senhores tentem “blindar” a Comissão de Inquérito, façam o que fizerem –, os dados que se conseguirem realmente conjugar, o que nós vamos ter é a imagem de um fracasso, o que vamos conseguir ter é a história do fracasso. Todo o conjunto de factores que provocou este enorme fracasso, este enorme fiasco. Aliás, esta era uma das áreas em que o Governo Regional estava mais fragilizado.

Nesse sentido, os senhores aproveitaram, “vamos então tentar que este assunto se resolva mais depressa, para que as consequências não se projectem no período eleitoral, para não se projectarem em 2012”. É esta a vossa motivação, é esta a vossa gestão política e o que eu espero é que a esta Comissão sejam dadas todas as condições para poder desenvolver o seu trabalho com independência, com rigor, para se fazer este trabalho pedagógico, que é absolutamente fundamental em democracia, encontrar os erros, para que eles não se voltem a repetir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três notas sobre a constituição desta Comissão de Inquérito. Sobre um assunto, aliás, sobre o qual já quase tudo foi dito, desdito e reafirmado.

A partir de agora e dentro, enfim, daquele conhecido pensamento popular, que eu acho que se aplica cabalmente a esta circunstância, de que “mais vale tarde do que nunca”, chegou agora este momento, independentemente das agendas político-partidárias, que são claras e de que, enfim, não há inocentes e, portanto, mais vale talvez ultrapassá-las agora, que já não há eleições à vista e, finalmente, começarmos a pensar na situação e no problema que temos em mão e, dentro desta

ideia de que “mais vale tarde do que nunca”, assumirmos todos que seremos todos responsáveis pelos trabalhos desta Comissão de Inquérito, pelas suas conclusões, pela condução dos seus trabalhos, pela sua isenção.

E, aí, não posso deixar de dizer que a grande, a maior responsabilidade estará obviamente na parte do partido maioritário e maioritariamente representado, também, nessa Comissão. Portanto, muita da isenção, muito do rigor e muita da boa condução dos trabalhos desta Comissão dependerão, obviamente... Porque a maioria é para o bem e para o mal, não tem só boas responsabilidades, também tem aquelas que pesam mais. Chegou a hora – finalmente e o Bloco de Esquerda quer acreditar que assim vai ser –, de esclarecer os açorianos sobre todas as responsabilidades que existem, quer políticas, quer técnicas, quer financeiras, quer pessoais, quer colectivas, na condução de todo o processo de planificação, construção, execução e, finalmente, não entrega dos dois navios, do Atlântida e do Anticiclone.

Por isso, da nossa parte, a postura é de boa-fé e de convencimento que não há mais desculpas, não há mais agendas, não há mais eleições. Finalmente vamos deitar “mãos à obra” – às vezes também se deitam “mãos à obra” para outras coisas – e vamos sobretudo falar verdade e esclarecer os açorianos, porque eles merecem e exigem que seja esta casa, esta Assembleia, a fazê-lo, uma vez que o Governo, até agora, não o fez.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como perceberam, deixei que, enfim, todos os partidos que subscreveram este Projecto de Resolução comessem por, desde logo, apresentá-la e depois fazerem os comentários que considerassem mais convenientes.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Jorge Macedo, que pensei que o Sr. Deputado, depois destes meses em que se mostrou tão incrédulo relativamente àquilo que era a disposição do Partido Socialista e do Governo para, como é apanágio da forma como trabalhamos, informarmos de forma aberta e conveniente os açorianos de

todo este processo, pensei que o Sr. Deputado, depois de ao longo de meses dizer que não queríamos, que resistíamos, que não estávamos interessados nem disponíveis para informar... Isto, repare-se, depois da disponibilidade demonstrada pelo Secretário Regional da Economia, que aqui prestou declarações sobre esta matéria; depois do Secretário Regional da Economia ser ouvido em sede de comissão especializada e aí informar, respondendo às questões que lhe foram colocadas, todos os Srs. Deputados sobre este processo. Apesar disso, os senhores, o senhor, muito concretamente, sendo porta-voz do PSD nesta matéria, sempre dizendo, sempre procurando projectar esta ideia de que o Partido Socialista não quer, não queria, nunca havia de querer, apesar de, aqui nesta casa, há três meses, pela minha voz, termos mostrado completa abertura para viabilizar, até, esta Comissão de Inquérito, o Sr. Deputado continuou a não acreditar na nossa boa-fé e na nossa disposição de, – repito, como é nosso apanágio e nossa forma de trabalhar –, de forma aberta, informarmos todos os açorianos sobre esta matéria.

Houve uma coisa, de facto, mas o Sr. Deputado, ao invés de vir aqui dizer “até que enfim”... O que, aliás, foi uma expressão repetida, penso que pela Sra. Deputada Zuraida Soares; como foi, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): “Mais vale tarde do que nunca”.

O Orador: “Mais vale tarde do que nunca”, exacto. O sentido é mais ou menos o mesmo. Em vez disso, o Sr. Deputado teria feito bem, penso eu, em vir aqui penitenciar-se por ter andado estes meses todos a dizer que o Governo e que o Partido Socialista não iriam nunca viabilizar a criação da Comissão de Inquérito e nós termos dito que sim e hoje estarmos aqui, conforme foi declarado, com a disposição de efectivarmos essa viabilização.

Agora há uma coisa que nós afirmámos em Julho passado: é que no nosso entendimento – mas é o nosso, vale o que vale, não nos consideramos donos de verdade nenhuma absoluta, era nosso entendimento e continua a ser, hoje, o nosso entendimento – a criação desta Comissão de Inquérito e a proposta que entretanto foi apresentada pelos diversos partidos e, à cabeça, o PSD, não era urgente. E dissemos que não poderia ser considerada urgente no nosso entendimento porque, se o fosse, não teria sido anunciada a intenção de criação desta proposta 112 dias

antes para depois, em Julho, por acaso em vésperas de eleições, passar a ter um carácter de enorme urgência e não só urgência como passar por cima daquilo que é o requisito normal nesta casa, que é de uma qualquer proposta ou projecto ser discutido em sede de comissão especializada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um fracasso, um evidente fracasso!

O Orador: Os senhores não queriam, nem quiseram, ver esta vossa proposta discutida em sede de comissão de inquérito.

O nosso entendimento foi que, já que a urgência era tanta que um período de 112 dias era suficiente para mediar até à formalização da apresentação da proposta em plenário, então vamos aguardar mais dois ou três meses e vamos depois analisar convenientemente esta proposta da oposição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado, pela minha voz, aqui, em Julho último, tive oportunidade de afirmar e reitero: não temos qualquer problema em esclarecer este assunto. Foi exactamente isto que eu disse. Aliás, foi interpretado por todos e foi interpretado – salvo algum analista que, talvez, não tivesse muito interesse em bem interpretar as palavras que aqui foram por mim proferidas – foi, dizia, interpretado por todos e pela comunicação social também, que o Partido Socialista estava disponível para viabilizar a criação duma comissão de inquérito. Aliás, conforme disse há pouco, os sinais daquilo que é a nossa abertura à boa informação nesta matéria tinham sido dados pelo Governo: as informações, os esclarecimentos fornecidos aqui nesta casa, os esclarecimentos fornecidos também em sede de comissão.

Eu repito: os açorianos têm todo o direito a ser informados sobre este processo. Aliás, não só têm o direito a ser informados como, talvez mais importante numa matéria que tem tido o tratamento que esta tem tido, têm o direito a não ser desinformados relativamente a esta matéria. Porque deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado Jorge Macedo, enquanto cabeça, digamos, da criação desta Comissão de Inquérito, que de facto nós temos assistido a muita desinformação – e, muito claramente, muita dela proferida pela sua própria voz –, a muito desentendimento relativamente a esta matéria.

Deputado António Marinho (PSD): Está a contradizer-se permanentemente.

O Orador: 112 dias que os Srs. Deputados tiveram, 112 dias para formalizar esta proposta desde o anúncio da Comissão de Inquérito, para depois a fazerem acompanhar do tal pedido de urgência e dispensa de exame e consideraram, ou ficaram muito surpreendidos pelo facto de nós considerarmos que, sim senhor, estamos aqui disponíveis para ver, para estudar, para viabilizar, mas a seu tempo, a seu tempo.

A oposição, como aqui foi muito bem lembrado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, os senhores tinham os instrumentos que precisavam para impor, se achavam que era esse o caso, a urgência deste debate, para impor a urgência do trabalho desta Comissão de Inquérito. Eu penso que os senhores não o fizeram porque os senhores, apesar de tudo, devem ter pensado (se calhar pensaram o mesmo que nós pensamos): “Mas qual é a urgência de criar uma Comissão de Inquérito, quando todos nós sabemos que vamos ter dois actos eleitorais e que não vamos ter, naturalmente, como aliás não tivemos, tempo para reunir as comissões especializadas, portanto qual é a urgência?”

Deputado António Marinho (PSD): Essa é a anedota da noite!

O Orador: Pergunto eu: quantas reuniões de comissão é que observaram, que existiram, aconteceram, ao longo deste período de dois meses? Pergunto eu. Uma?

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Uma, obrigado. E o Sr. Deputado quer-me convencer a mim e aos açorianos que íamos ter uma excepção relativamente a esta Comissão de Inquérito. Aliás, Sr. Deputado, neste como noutros momentos deste processo, o que o Sr. Deputado pretendeu sempre foi ouvir-se. O Sr. Deputado tem uma vontade enorme de ouvir o eco da sua voz. O Sr. Deputado não tem, não teve nunca, vontade – é a apreciação que fazemos de todo este trajecto – de informar os açorianos sobre esta matéria.

Aliás, deixe-me fazer alguns reparos relativamente a algumas coisas que foram aqui ditas.

Primeiro: Tribunal de Contas. Registrar, porque é bom que se diga, que aquilo que foram as citações que o Sr. Deputado fez – deixar absolutamente claro, porque é bom, é nossa obrigação, sermos claros e transparentes na forma como passamos a informação entre nós e daqui para fora; não estamos a falar só entre nós, estamos a falar também para os açorianos e é bom dizer-se que –, estas passagens que o senhor leu do Tribunal de Contas não são definitivas, são provisórias e, portanto, devem ser usadas com as devidas cautelas. Primeira nota.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual provisórias! O relatório já está publicado. O relatório do Tribunal de Contas é provisório?

O Orador: A segunda nota, o segundo reparo que lhe vou deixar, Sr. Deputado, é que, do registo da sua intervenção, desta e de tantas outras que nós ouvimos ao longo dos últimos meses, fica no ar a seguinte questão: Há um diferendo entre a Região e um estaleiro – é conhecido, é público – e, do registo das suas palavras, fica-me sempre a ideia que o Sr. Deputado não está do nosso lado. Fica-me sempre a ideia, assim uma ideia de quem: “Que bom! Que bom! Eles estão com um problema!” Não são *eles* que estão com um problema, somos *nós* que estamos com um problema e com um diferendo que temos de resolver com o estaleiro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Das trapalhadas em que os senhores se meteram!

O Orador: E o senhor e qualquer político da nossa praça tem a obrigação de tudo fazer no sentido de defender a nossa Região e não no sentido de defender partes alheias àquilo que são os interesses da nossa Região.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Já agora, dizer-lhe também que ficou o registo aqui de duas das intervenções que ouvi: a sua e a da Sra. Deputada Zuraida Soares, que aliás acrescentou que estava neste processo da Comissão de Inquérito com boa-fé. E ficou-me exactamente a ideia de que alguns – e tenho de dizer com clareza e com franqueza e em nome da boa verdade que só alguns – dos Srs. Deputados (aliás, também cruzando com alguma comunicação social que fui lendo ao longo destas últimas semanas), fica a ideia de que os senhores, que tão veementemente têm defendido a criação desta

Comissão de Inquérito, não acreditam na Comissão de Inquérito. Fica-me a ideia que os senhores, ao contrário da boa-fé que foi aqui afirmada pela Sra. Deputada Zuraída Soares, estão “de pé atrás”.

A Comissão ainda não começou a funcionar, os senhores defenderam-na tão acerrimamente durante estes meses e a ideia que me fica a mim – penso que, nisso, serei acompanhado por muitos outros e por muitos açorianos – é de que os senhores estão “de pé atrás”. Qual boa-fé, Sr. Deputado, qual boa-fé? O que vão os senhores defender a seguir? É uma vergonha até os senhores estarem a fazer este exercício, a esticá-lo ao longo de meses e, quando finalmente estão aqui e estamos nós aqui de boa-fé, dispostos a votar favoravelmente a Comissão de Inquérito que é proposta, virem os senhores aqui declarar “vamos lá ver se isto funciona bem, vamos lá ver se o PS se vai portar como deve ser”. Nós portamo-nos sempre como deve ser, Sr. Deputado.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Nesta matéria, a história provavelmente fala ao contrário daquilo que disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Eu apelava, antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência, a um grande esforço e a alguma capacidade de síntese da parte de todos, sem excepção.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente acabou de me tirar o início da minha intervenção. Eu ia precisamente dizer que ia fazer uma intervenção sintética. Sintética, não no sentido do sintético do Sr. Deputado Jorge Macedo, que foi um sintético de 15 minutos, mas um sintético mesmo, no sentido de curto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sintética foi a intervenção do Líder do seu Grupo Parlamentar.

O Orador: Entrando na matéria de facto, este debate não podia deixar de contar com uma intervenção do Governo Regional para salientar, reiterar aqui perante os Srs. Deputados e, sobretudo, perante os açorianos, a disponibilidade, a abertura e o empenho do Governo Regional em participar em todas as iniciativas, todas elas, que visem esclarecer os açorianos sobre esta matéria, mas também sobre quaisquer outras matérias das áreas da governação. Aliás, não faltam, nestes quase 12 meses que levamos de Legislatura, exemplos de vontade, de empenho, de disponibilidade do Governo Regional em prestar esclarecimentos, em dar informações sobre a matéria de facto, esta matéria que nós estamos a apreciar, os transportes marítimos na Região.

Eu dou exemplos concretos. Estivemos aqui sempre disponíveis em Plenário para responder, para esclarecer e não foram poucas as vezes, foram como as marés, em que ciclicamente o Sr. Deputado Jorge Macedo e outros deputados desta casa levantavam a questão dos transportes marítimos.

Estivemos também, participámos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os barcos estão aí!

O Orador: Vou relembrar-lhe estes 12 meses: participámos, submetemo-nos a uma sessão de perguntas aqui nesta casa, exclusivamente sobre transportes marítimos, para que nessa altura fosse possível que os Srs. Deputados colocassem as questões que entendessem, para que nós respondêssemos e esclarecêssemos as vossas dúvidas. Lembro-me, até, que o PSD desistiu dessa sessão de perguntas a meio. A primeira pergunta que fez, não me lembro qual era o seu conteúdo, serviu para que, na segunda vez que falou, dissesse que era uma sessão que não servia para nada, abandonou a sessão e deixou de fazer perguntas. Nós estávamos aqui para responder! Foram os senhores que desistiram da sessão de perguntas.

A seguir, daquela tribuna, o Sr. Secretário da tutela fez uma comunicação ao Parlamento, detalhada, esclarecedora, sobre o processo de construção do navio Atlântida. Na sequência desta comunicação e nos termos regimentais, os senhores tiveram a oportunidade de fazerem as perguntas, de fazerem os comentários, de dizerem o que entendessem. E fizeram-no, uns de uma forma melhor, outros de

uma forma pior, uns com maior boa-fé, outros talvez com menos interesse em que se esclarecesse a verdade, mas todos participaram da maneira que entenderam.

Por fim, neste espaço de 12 meses, volto a dizer, o Sr. Secretário Regional da Economia foi à Comissão Especializada para ser ouvido por essa comissão sobre a questão dos transportes marítimos. Prestou os esclarecimentos que entenderam necessários, respondeu às questões que lhe foram colocadas e os senhores voltaram, à porta da comissão, pela voz do Sr. Deputado Jorge Macedo, a dizer que não tinha sido esclarecedor. Não se tinha explicado nada, continua com as mesmas dúvidas que traz há um ano, o que faz crer que não interessa qual é o instrumento, não interessa qual é o mecanismo, não depende da boa vontade do Governo, o senhor nunca estará suficientemente esclarecido sobre estas matérias.

Isto tudo em menos de um ano e isto tudo sobre transportes marítimos de passageiros nos Açores. Portanto, se há coisa de que não nos podem acusar é de não termos querido esclarecer as dúvidas dos Srs. Deputados e, sobretudo, as dúvidas do PSD sobre este processo e sobre a actuação do Governo em relação aos transportes marítimos de passageiros.

Entendem agora os Srs. Deputados que afinal ainda não chega, que é preciso criar mais uma comissão, é preciso voltar a chamar o Governo, é preciso voltar a ouvir o mesmo membro responsável da tutela. Pois cá estaremos, Srs. Deputados, como sempre estivemos, disponíveis a participar com toda a abertura democrática nos trabalhos da comissão que os senhores entendem levar a cabo. Entendemos este esforço como mais um esforço de esclarecimento dos açorianos, sobretudo dos açorianos que, como os senhores sabem e como é público, a cada ano que passa mais valor dão e mais utilizam o transporte marítimo de passageiros, independentemente do esforço que faça o Sr. Deputado Jorge Macedo para que isso não aconteça.

Deputado Francisco César (PS): 100 mil.

O Orador: O Governo, portanto, mantém-se com esta postura de abertura democrática, de desejo de participação, de desejo de esclarecimento, como aqui demonstrei.

Agora, estou preocupado e fiquei mais preocupado ainda hoje, porque a postura que vejo desse lado não é a postura de quem quer um fórum para esclarecer, é a postura de quem quer um fórum para julgar. Não é a postura de quem quer que os açorianos fiquem a conhecer o que se passou, é a postura de quem já tem o relatório escrito, o relatório final da comissão escrito, de quem já sabe o que vai, no final dos trabalhos da comissão, dizer aos açorianos. Aquilo que fez aqui o Sr. Deputado Jorge Macedo é, portanto, nesse sentido, e também o Sr. Deputado Paulo Estêvão, intervenções abusivas, que demonstram que os senhores criaram uma comissão para validar as ideias que têm sobre este processo e não para esclarecer nada do que se passou.

Deputado João Costa (PSD): Veja a criação da Comissão para a Fajã do Calhau.

O Orador: Espero sinceramente, espera o Governo Regional, que esta comissão não seja uma espécie de tribunal inquisitorial e que o Sr. Deputado Jorge Macedo não assuma o papel de “Torquemada” dos transportes marítimos nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Foram os senhores que colocaram a matéria dos transportes no “Índex”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(* Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom que nos entendamos. O que está aqui em causa é que Vs. Exas. encomendaram barcos. O que está aqui em causa é que Vs. Exas. pagaram pelos barcos. O que está aqui em causa é que neste momento não temos nem barcos, nem dinheiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os senhores dizem que a responsabilidade não é do Governo, é dos estaleiros. Os estaleiros dizem que a responsabilidade é partilhada, é do Governo e

é deles também. Os senhores dizem que vão fazer valer os vossos direitos em tribunal. O Ministério da Defesa, no seu relatório, diz: “É melhor não, é melhor que vocês se entendam fora dos tribunais”. E Vs. Exas., com tanta certeza de que têm toda a razão, constituem uma comissão arbitral, de modo a tentarem chegar a acordo e salvarem a face. Isso é que está em questão.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas vamos à intervenção do Sr. Deputado Helder Silva.

Primeiro, fica-lhe mal estar a julgar os outros relativamente àquilo que pensam ou querem que aconteça. Na questão “os senhores querem que corra mal”, fica-lhe mal dizer isso e vou explicar-lhe porquê.

Deputado Helder Silva (PS): É o que me parece.

O Orador: Mas deixemos isso um pouco mais para a frente.

A conclusão deste processo é bom de ver que é um fracasso. O que vai fazer a Comissão de Inquérito? Vai fazer a anatomia do fracasso. Relativamente aos *timings*, é isso que compete à Comissão Parlamentar de Inquérito, é a anatomia do fracasso, porque os factos são indesmentíveis.

Agora, relativamente ao *timing*, muito preocupados, “por que não apresentaram a Comissão Parlamentar mais cedo, por que não o fizeram? Tinham meios ao vosso dispor para fazê-lo”. Sabem qual é a resposta? É porque os partidos que subscreveram esta Proposta de Resolução queriam ouvir o que Vs. Exas. tinham para dizer, se queriam ou não ver todas essas questões esclarecidas junto dos açorianos. Foi isso que nós quisemos ver.

Mas há mais:

Quando o Sr. Deputado Helder Silva fala do eco da minha voz, eu vou fazer o eco das suas declarações. No dia 21 de Março de 2009, estão no Expresso Online as suas declarações. Aliás, como sabem, o Expresso tratou o assunto do Atlântida ao pormenor. “*Helder Silva, Líder da bancada do PS na Assembleia da República, disse ao Expresso que o seu partido quer ver esclarecidas todas as dúvidas, pelo que propôs uma sessão de perguntas e respostas ao Governo, o que só deverá ter lugar em meados de Abril*”. Agora é o seu eco, espere, agora é que vem a parte sexy. “*Segundo o Deputado Helder Silva, as comissões de inquérito*” – ouçam só

– “são para situações de grave incumprimento, irregularidades ou ilegalidade, o que não está em causa”. Ou seja, quando o Partido Social Democrata e pela minha voz – que não vincula, naturalmente, os outros partidos subscritores – teme a força de bloqueio, tem razão de ser...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tem razão nenhuma.

O Orador: ...porque no dia 21 de Março o Sr. Deputado Helder Silva relativamente à Comissão de Inquérito diz não, depois, já diz que é prematuro, a seguir diz que é extemporâneo, depois diz que não é urgente e a seguir diz que está bem, pois que seja. Ou seja, os partidos subscritores desta Proposta de Resolução para a Comissão Parlamentar de Inquérito, com a sua actuação e com os seus *timings*, fizeram com que Vs. Exas., que antes não queriam porque temiam e têm medo desse processo “como o Diabo da Cruz”, viessem gradualmente desde o não, ao prematuro, ao extemporâneo, ao não urgente e ao sim.

Srs. Deputados, ficou perfeitamente esclarecido o comportamento de quem e quem é que evoluiu para onde. Neste caso, foram Vs. Exas. que foram obrigados, não tiveram outro remédio, apertados que estão face à situação de desastre que foi o processo de aquisição dos navios Anticiclone e Atlântida, de desastre, dizia eu, não têm outro remédio senão aprovar esta Comissão de Inquérito. As dúvidas da força de bloqueio? Pois advêm destas evoluções, no mínimo, estranhas.

Obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma segunda intervenção.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para fazer um esclarecimento.

Quando reafirmamos a nossa boa-fé, boa-fé aqui quer dizer uma coisa tão simples como isto: sem agendas, sem preconceitos e sem conclusões pré-anunciadas. É isto que quer dizer boa-fé. Mas, exactamente porque é esta a nossa postura, eu tenho de dizer ao Sr. Deputado Helder Silva que não aceito que o senhor diga que quem está do lado da exigência duma comissão de inquérito está contra não sei quem e está

do outro lado, porque, aí, eu terei de perguntar ao Sr. Deputado de que lado é que estamos a falar, porque há lados e lados.

Deputado Francisco César (PS): Do lado dos Açores.

A Oradora: Pelo facto de o Bloco de Esquerda subscrever – e aqui justificar, e já o fiz na primeira intervenção – a necessidade, que consideramos como tal, desta Comissão de Inquérito, isso não nos põe de lado nenhum, a não ser de um único lado: do lado do direito que os açorianos têm de saber a verdade. Esse é o lado.

Deputado Helder Silva (PS): Aliás, é o único lado em que estamos.

A Oradora: É esse o lado, porque na parte final da sua intervenção era possível entender que quem estava deste lado estava contra os interesses da Região e estava contra, enfim, em última análise, os interesses dos açorianos e isso dificilmente é aceitável.

Era só para fazer este esclarecimento.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou corresponder ao que o Sr. Presidente pediu, em termos de brevidade, mas a minha intervenção vai no mesmo sentido da do Bloco de Esquerda.

Não tenho nada a dizer em relação à intervenção do Sr. Secretário da Presidência, que mostrou discordância política, legítima aliás, uma leitura política diferente. Agora a sua é inaceitável.

O senhor faz favor de não fazer esse tipo de gestos e de não tomar esse tipo de atitudes, porque isso é má educação!

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: E mais do que isso, desprezando as opiniões dos outros, não lhe admito isso, percebeu?

Não lhe admito outra coisa, fica a saber e digo-lhe aqui, como deputado e como homem: não lhe admito esse tipo de coisas! Nem a si, nem a ninguém! E mais do que isso: desculpe, ter esse tipo de atitudes de desprezar os outros é ofensivo e

ofende a sua própria dignidade como deputado, ofende a sua própria dignidade como homem.

O que eu lhe ia dizer é que não lhe admito, Sr. Deputado, que o senhor coloque em causa, alguma vez, o patriotismo das pessoas ou a defesa da Autonomia e a defesa dos interesses dos Açores e que o senhor venha aqui com esse espectáculo, batendo palmas, a dizer: “Os senhores não estão do nosso lado, os senhores querem que as coisas corram mal!” Não, as coisas correram mal e nós queremos saber como é que podemos evitar que tornem a correr mal e como é que sabemos, como é que fazemos o diagnóstico para que corram bem da próxima vez, percebe?

Portanto, nunca mais faça esse tipo de coisas e esse tipo de afirmações, nunca mais coloque as questões nesse sentido!

Vozes de deputados da bancada do PS: Tenha calma!

O Orador: Nunca diga que estamos contra os interesses dos Açores, porque eu não lhe admito esse tipo de discurso político! O senhor não o pode voltar a fazer, não lhe admito esse tipo de discurso! É inaceitável. Aliás a sua postura aqui tem sido repetidamente nesse sentido. É um discurso completamente surrealista e é inaceitável que o senhor venha fazer esse tipo de espectáculo para o Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Faço também um apelo à serenidade, apesar do adiantado da hora e para as divergências serem mais saudáveis.

Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inicialmente estava para não fazer nenhuma intervenção, porque a apresentação, digamos assim, deste Projecto tinha sido combinado que ficaria a cargo do Sr. Deputado Jorge Macedo. Mas, atendendo de facto às várias intervenções que foram feitas aqui no Plenário, convém também fazer um ponto de situação e um ponto de ordem em relação a determinadas questões.

Queria lembrar que, da parte do Grupo Parlamentar do CDS/PP, sempre se acompanhou com muita responsabilidade e seriedade este processo desde o seu princípio. É um facto que várias diligências foram feitas para o apuramento das

responsabilidades, nomeadamente já foi feita aqui referência à parte das perguntas ao Governo e à parte da audição do Sr. Secretário em sede de comissão. Da nossa parte, não ficámos esclarecidos e de certa forma, também, as responsabilidades continuam por apurar.

Desse ponto de vista, toda a oposição foi unânime que seria preciso ir mais além, seria preciso aprofundar mais o problema para encontrar os verdadeiros responsáveis. O CDS, sempre nessa postura e nos *timings* certos, quando teve de intervir e dar o seu parecer, também, sobre o encaminhamento desses trabalhos e dessas posições, fê-lo no tempo certo e na medida certa, sempre, continuo a ressalvar, com muita seriedade. Ao contrário daquilo que se passou hoje aqui e em certas intervenções, isto parece que não está a acontecer, só que a nossa postura vai continuar a ser igual.

Portanto, nós ficámos satisfeitos por todas as forças representadas aqui neste Parlamento aceitarem a questão da Comissão de Inquérito. Penso que é fundamental. É com esse espírito aberto e de muita responsabilidade que vamos continuar a acompanhar todo este processo e, aqui, não vemos princípio de má-fé de nenhuma bancada parlamentar. É este o nosso espírito, é assim que nós vamos continuar.

Só espero que, no fim, sejam efectivamente apuradas todas as responsabilidades. Porque nós temos de tomar consciência de que há aqui pelo menos duas entidades, mas numa só. Estamos a falar de uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Atlânticoline, que tem um conselho de administração e que pratica actos de gestão; e, por outro lado, temos uma tutela, nomeadamente a Secretaria Regional da Economia, que é a principal responsável pela actuação desta empresa. Todo este processo que, à partida, toda a gente já viu que está mal conduzido, deu no que deu. Agora não podemos ser nós, e desta forma, a tirar as conclusões, de facto, antes de a Comissão de Inquérito ter o seu processo normal e ela irá, com certeza, tirar as suas próprias conclusões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais intervenções, mas gostava de colocar uma questão, até porque, não havendo também alterações pelos

proponentes, reparei no ponto 3 da Resolução propriamente dita, e não nos considerandos, que passo a ler: “*A designação nominal dos deputados que integram a Comissão deve ser efectivada no prazo máximo de 15 dias a contar da data de apresentação do presente requerimento*”. Sr. Deputado Jorge Macedo, pode esclarecer a câmara?

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, não referi dois erros de redacção que existem, quer no n.º 3, quer no n.º 5 da Proposta de Resolução, nomeadamente:

Quanto ao n.º 3, “*A designação nominal dos deputados que integram a Comissão deve ser efectivada no prazo máximo de 15 dias a contar da data*” não “*da apresentação do presente requerimento*”, mas «da publicação da presente Resolução». Portanto, é retirar «data de apresentação do requerimento» e alterar por «publicação da presente Resolução».

No n.º 5, onde é referido que “*As reuniões da Comissão assumem uma natureza pública sempre que o inquirido ou depoente manifeste interesse na respectiva publicidade*” e tem um *ou*, “*ou a Comissão assim o delibere*”, deverá ser «e a Comissão assim o delibere».

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Fica em boa nota, tenho a certeza, por parte da Comissão de Economia, que fará a redacção final da presente Resolução, se aprovada, como tudo indica que sim.

Passamos então, não havendo mais intervenções, para a votação da presente Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos. É igualmente um **Projecto de Resolução, o n.º 32/2009**, que tem por epígrafe “**O traçado da SCUT do Nordeste deve estender-se até ao Lugar da Pedreira**” e foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa, para apresentar a Resolução, faça o favor.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou no Plenário do passado mês de Setembro um Projecto de Resolução tendo em vista a que o traçado da SCUT do Nordeste deva ser estendido até ao lugar da Pedreira.

Trata-se de uma justa e legítima pretensão dos nordestenses que o Grupo Parlamentar do PSD considera que se reveste de primordial importância para uma maior aproximação e desenvolvimento do Concelho do Nordeste.

Por isso, esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD visa a que se accione quanto antes os procedimentos contratuais legais, com vista a se viabilizar a alteração do traçado da SCUT, tendo em conta o pretendido pela Câmara Municipal do Nordeste.

Os nordestenses não estão satisfeitos e vêm com apreensão a obra da SCUT prosseguir em direcção àquele Concelho, dado que a execução do traçado previsto não irá corresponder à pretensão das suas populações, nem tão pouco ao traçado que estava inicialmente proposto.

Aliás, a alteração do proposto pela Câmara Municipal do Nordeste é uma aspiração que foi aprovada, por unanimidade, pelo respectivo Órgão Autárquico e não se trata, de forma alguma, de um capricho ou de uma birra dos eleitos do PSD.

É verdade, e temos consciência, que estas alterações têm custos. Por isso mesmo, o PSD tomou uma posição política sobre o assunto, como era seu dever, tendo em vista uma redefinição contratual, de forma a se contemplar as pretensões dos Nordestenses.

Entendemos e reafirmamos que este traçado do troço proposto pelo Governo não virá resolver os problemas de segurança rodoviária no interior da zona residencial do Nordeste.

Por outro lado, a actual estrada regional não tem condições para garantir uma acessibilidade rápida e segura a todas as localidades do Concelho, questões de mobilidade consideradas fulcrais para o desenvolvimento do Nordeste.

A actual proposta do Governo Regional termina na Lomba da Fazenda, o que corresponde a uma alteração ao projecto inicial que acabava na Rotunda da Vila do Nordeste. Trata-se, pois, de uma dupla penalização para os nordestenses, o que resulta num empobrecimento do projecto, relativamente ao que estava previsto.

De acordo com a Câmara Municipal e na óptica da protecção civil, e para que fique registado, não restará uma alternativa viável, designadamente no vale da Ribeira do Guilherme em caso de catástrofe.

Dada a importância que esta alteração representa para a vida das populações do Concelho, aqui fica o alerta lançado pela população do Nordeste, através das recomendações deste Projecto de Resolução em apreciação.

Aquando da audição parlamentar do Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, o Sr. Secretário afirmou que esta pretensão deveria ser avaliada em termos técnicos e não em termos políticos. Em nosso entender, a vertente técnica não pode sobrepor-se à vertente política, sob pena de se governar não para as pessoas, mas pura e simplesmente com objectivos economicistas.

Convém também lembrar que o Governo já procedeu noutras alterações contratuais do projecto SCUT, pelo que a população do Nordeste espera que esta pretensão também seja aprovada.

Por outro lado, importa clarificar que as alegações referentes ao estudo de impacto ambiental negativo (DIA) feito pela Direcção Regional do Ambiente, se referem a uma proposta inicial de traçado que incluía um viaduto de grandes dimensões sobre a Boca da Ribeira, tendo o mesmo sido alterado na sequência daquele estudo. O que se pretende é um traçado de viaduto muito mais reduzido, a montante da proposta inicial, que dará acesso à Vila do Nordeste pelo lado poente, com ligação ao Parque Industrial, o que evitará os conflitos de trânsito.

A não ser assim, a utilização da actual estrada regional continuará a não ser segura, dado nela ocorrerem frequentemente derrocadas e sinistros, devido à instabilidade das vertentes muito inclinadas dos vales das ribeiras, prevendo-se o seu agravamento com a proposta do Governo.

A aprovação do Projecto de Resolução que estamos a apreciar representa uma oportunidade de ouro para que o Concelho mais afastado e isolado da Ilha de S. Miguel melhore as condições de mobilidade e de acessibilidade.

Os nordestenses merecem que se atenda a esta reivindicação e que este Projecto de Resolução seja assim aprovado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa Democracia, o sentido de responsabilidade de um partido da oposição é tão importante como o que deve pautar a acção governativa. Num sistema democrático, o bom senso que deve nortear a postura política do maior partido da oposição nunca se deve submeter a estratégias partidárias, mesmo que se esteja em vésperas de eleições.

Vem esta consideração a respeito de um assunto recentemente debatido nesta casa, legitimamente, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD. Refiro-me à pretensão de estender o traçado das estradas SCUT até ao lugar da Pedreira, no Concelho do Nordeste.

É preciso não ter memória curta nestas questões.

Por isso, vamos aos factos, que demonstram a total irresponsabilidade da bancada do PSD neste processo...

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ...que, numa ânsia de agradar às pretensões do seu candidato autárquico, não se fez rogada em dar uma machadada na sua credibilidade política.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A sua, de quem?

O Orador: Em 17 de Setembro de 2008 – há mais de um ano, portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional foi ao Nordeste apresentar, publicamente, o traçado das SCUT para o Concelho.

E aqui saliento que os Autarcas do Concelho, nomeadamente os Presidente da Câmara de Nordeste, Vice-Presidente e Presidente da Assembleia Municipal, nesta audição pública simplesmente elogiavam o projecto em todas as suas valências.

Meses depois (27 de Fevereiro de 2009), o Grupo Parlamentar do PSD também foi ao Nordeste, reunindo-se com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, um encontro que serviu para analisar este assunto.

Entretanto, e como já vem sendo hábito, mesmo em outros processos, passaram-se dias, semanas e meses sem que o PSD nada fizesse relativamente a esta matéria.

Eis que, a sensivelmente um pouco mais de um mês das eleições autárquicas, retirou da gaveta um projecto de resolução a recomendar ao Governo que promovesse os procedimentos negociais e legais adequados para alterar o traçado de uma estrada já em construção. Acresce dizer que a bancada do PSD pretendia que este assunto fosse tratado com uma urgência insólita, passando mesmo por cima da comissão especializada desta casa.

Ao PSD, não interessava saber quanto custava esta alteração de projecto, se era viável ambientalmente, qual a relação custo/benefício do investimento e quais as eventuais consequências de uma alteração contratual deste tipo. Dito de outra forma, o PSD não queria saber se o dinheiro dos contribuintes era bem utilizado, se os danos para o Ambiente seriam justificados, qual o tempo de viagem a ganhar com o novo acesso e se o contrato com o consórcio permite, a níveis razoáveis, estas alterações.

Deputado Helder Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui, gostava de relembrar que, a 21 de Setembro de 2006, numa reunião da Comissão de Economia sobre “Aprovação das Bases de Concessão, da Concepção, Projecto, Construção, Financiamento, Conservação e Exploração dos Lanços Rodoviários e respectivos troços, na Ilha de S. Miguel, em regime de Portagem sem Cobrança ao Utilizador (SCUT)”, após audição do Sr. Secretário Regional de Habitação e Equipamentos e Vice-Presidente, o Deputado António Marinho “considerou ter tido pouco tempo para a análise de um processo desta dimensão”, referindo-se a 6 dias para análise. Continuando, este afirma que, com

as decisões em termos técnicos, os “deputados possam decidir de forma consciente e responsável”.

De igual modo, o Sr. Deputado Jorge Macedo nesta mesma reunião afirma que “o PSD tem uma visão liberal e está disponível para analisar as propostas que contribuam para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores”. Mais disse “necessitar de mais informação técnica de modo a decidir se as SCUTS são a melhor solução para a construção de estradas na Ilha de S. Miguel”.

O que se passou entre 2006 e 2009, para o PSD agora criticar os deputados do PS votarem contra um pedido de urgência sobre um assunto de enorme importância para uma População como é a População do Nordeste e da Pedreira que a mim são muito queridas, não fosse eu NORDESTENSE?

Ao interesse público, o PSD sobrepôs interesses mais altos: a satisfação da pretensão eleitoralista do seu autarca do Nordeste, a descridibilização do candidato do PS à Câmara Municipal e gestão dos *timings* das iniciativas legislativas por objectivos partidários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fui nesta casa, e mesmo fora dela, acusado de me calar perante este assunto. Injustamente, porque me sinto completamente representado pela minha direcção parlamentar, a quem coube a defesa da posição da minha bancada, no último plenário.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Que candura, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, chegou a minha vez de falar, munido de argumentos técnicos, financeiros e ambientais para justificar uma posição responsável sobre esta matéria.

Argumentos que me legitimam para dar um singelo conselho ao PSD: “*Quem muito fala, antes do tempo, pouco aprende*”.

Tenho a legitimidade para referir que, financeiramente, esta alteração proposta pelo PSD não custaria menos de cinco milhões de euros, admitindo-se mesmo que o valor final do investimento em causa fosse muito superior.

Tenho a legitimidade para adiantar que, tecnicamente, a solução apontada permitiria, apenas, um ganho de pouco mais de um minuto no tempo de viagem, muito menos, pois, do que se perde num semáforo de qualquer cidade.

Tenho, ainda, a legitimidade, garantida por entidades competentes, para assegurar os elevados prejuízos ambientais que a alteração do traçado acarretaria para uma zona muito sensível da Ilha de São Miguel.

Tenho também a legitimidade, como Nordestense, que esta alteração ao traçado da SCUT não traz mais benefícios do que aqueles que o actual traçado já traz ao Concelho e a todos os Nordestenses, que é o encurtamento de distâncias e reduções de tempos nas viagens entre concelhos. E é isto que todos nós Nordestenses ansiamos.

Quero, também, salientar uma contradição que mostra bem a postura da bancada do PSD em relação às estradas SCUT, o investimento público mais importante de sempre para a revitalização do Concelho do Nordeste, a vários níveis.

O mesmo PSD que queria alterar o traçado para a Pedreira, com base num mero traço num mapa, sem ouvir os técnicos habilitados e sem medir as implicações, custos e consequências, apresenta um requerimento ao Governo acusando-o de desenvolver o projecto das SCUT a “*olhómetro*”.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não é o mesmo PSD?

O Orador: A “*olhómetro*” tem sido, sim, a estratégia do maior partido da oposição sobre este investimento, que tem dificuldades em perceber que se está perante um projecto de dimensão regional, que pretende ligar concelhos, garantir segurança rodoviária e fixar populações nas suas localidades de origem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou, assim, provado quem tinha razão no debate sobre este assunto nesta casa.

O Grupo Parlamentar do PS nunca se arrogou no dono da razão. Alegou – acompanhado por outros partidos da oposição, que se mostraram responsáveis neste debate – a necessidade de ouvir quem sabe sobre estas coisas.

O PSD, na forma como geriu este processo, poderá até ter ganho alguns votos a 11 de Outubro no Nordeste. Mas deu uma machada muito forte no maior capital que

tem de ter o maior partido da oposição: a capacidade de ser credível nos seus argumentos e responsável no seu comportamento político.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive ocasião, aqui há uns meses, de ter abordado o assunto, aliás no princípio do ano, na altura da discussão do Plano e Orçamento, de ter questionado exactamente o Governo sobre a extensão ou não da SCUT até à Pedreira. Na altura não obtive qualquer resposta. Mais tarde, o Partido Social Democrata resolveu apresentar este projecto na Assembleia, em cima das eleições autárquicas e, como tive a oportunidade de referir na altura, vi aquilo também como uma medida eleitoralista, no *timing* em que foi apresentada.

Deputado Francisco César (PS): Já é a segunda, Srs. Deputados.

O Orador: De qualquer forma, não retirei a razão do projecto em si.

Também a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça aqui vai pelo mesmo diapasão, vai pelo mesmo caminho, ou seja, também por aí foi, digamos assim, por um processo eleitoralista, na altura em que o tema aqui foi trazido nesta casa e escusou-se a fazer qualquer tipo de comentários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O vigor com que esteve ali naquela tribuna, hoje, a discutir este assunto deveria tê-lo tido na altura, no princípio, aliás no mês de Setembro, quando foi discutida esta questão pela primeira vez pelo PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): “*Depois de comer, não faltam colheres*”.

O Orador: Portanto, quanto às questões eleitoralistas, tanto o PSD como o PS têm responsabilidades nesse processo.

De qualquer das formas, outro dos pressupostos, aliás, que foram trazidos aqui pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça sobre a extensão desse trajecto enfatizou muito a

questão do tempo e do custo financeiro. Eu não o ouvi falar no bem-estar socioeconómico das populações do Concelho do Nordeste. Não sei até que ponto essa questão de o Sr. Deputado ter só referido o custo financeiro e o tempo de viagem não é exactamente uma questão de olhar só para aspectos economicistas e não atender aos reais interesses duma população. Porque, convenhamos, estender até ao Lugar da Pedreira a SCUT não é só para beneficiar a população da Pedreira, há muitas situações envolventes a este próprio trajecto que poderiam trazer mais-valias para o próprio Concelho.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Quais?

O Orador: Queria também fazer referência, ou relembrar, que em 2005 o Governo garantiu que o Concelho da Povoação iria beneficiar do projecto SCUT, e disse: *“A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos garantiu terça-feira que o Concelho da Povoação beneficiará com o projecto das novas estradas a construir em São Miguel pelo regime SCUT, porque, pela costa norte, quer pela costa sul da ilha, o tempo de viagem vai ficar encurtado de e para Ponta Delgada”*.

Deputado José Rego (PS): Não é verdade?

O Orador: É claro que se a SCUT fosse só até à Lagoa, ou se a SCUT fosse só até à Ribeira Grande, para chegar à Povoação o caminho seria sempre mais curto, portanto também não é por aí.

Ou seja, a Povoação está fora do projecto SCUT, como bem sabem e foi decidido politicamente que assim seria. Portanto, a questão do Nordeste também é uma questão política, mais do que uma questão financeira, mais do que uma questão ambiental. E também aqui gostaria de ressaltar esta questão da sensibilidade ambiental, que não é só nesse trajecto, é na ilha toda. Aqui a grande questão que se pode pôr em relação ao projecto SCUT na sua globalidade é na ilha toda e, portanto, o argumento da sensibilidade ambiental também penso que não é, pois, argumento suficiente para rebater este projecto.

Na altura o CDS manifestou o apoio a esta proposta do PSD e mantém, perante os argumentos que foram aqui apresentados pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que nós não estamos aqui a discutir as SCUT nem o seu trajecto na totalidade, estamos a pronunciarmo-nos e a analisar um Projecto de Resolução da iniciativa do PSD que pretende o traçado da SCUT do Nordeste estendido até ao Lugar da Pedreira. É sobre isto, porque a discussão sobre as SCUT e sobre todos os seus custos ambientais, financeiros e outros é outra discussão, não é esta.

Primeiro ponto: é absolutamente compreensível a aspiração destas populações. O isolamento, a distância, o condicionamento ao seu direito à mobilidade são muito antigos e, portanto, é perfeitamente legítimo aceitá-lo, ouvi-lo e compreendê-lo. Outra coisa é dizer, como aqui foi dito pelo Sr. Deputado António Pedro, que a vertente política se deve sobrepor sempre à vertente técnica.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não foi isso que eu disse. Uma não se pode sobrepor à outra.

A Oradora: Foi, foi, Sr. Deputado, desculpe. Quando há que fazer uma escolha é a política que se impõe à técnica. Eu gostaria de deixar claro que, do nosso ponto de vista, é exactamente o contrário: a vertente técnica fundamenta e avaliza a opção política. Em última análise, a decisão é sempre política, isso sem dúvida nenhuma, mas a decisão política, para não ser populista e demagógica, tem de se fundamentar em critérios claros, transparentes e rigorosos.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Exactamente. Foi isso que eu disse.

A Oradora: Se, nessa vertente técnica, aquilo que nós temos e que aceitamos como verdadeiro e como bom são pareceres, ao nível do impacto ambiental, negativos; ao nível dos custos, exorbitantes, para poupar 1,3 minutos; se todos os pareceres de natureza técnica e ambiental são negativos, é evidente que a decisão política poderia ser positiva, mas manda o bom senso e manda a honestidade intelectual que não o seja. Portanto, mal-grado a legitimidade das aspirações desta população, a resposta política do ponto de vista do Bloco só pode ser: “Desta maneira, não”. Dito isto, razão pela qual, conclusão lógica, votaremos contra este Projecto de Resolução.

Mas agora, eu não posso também deixar, em nome da lealdade e da sinceridade, de dizer uma coisa. É que este mesmo raciocínio o Bloco de Esquerda teria apreciado que tivesse sido aplicado e assumido pela maioria parlamentar e pelo Governo quando nós aqui discutimos o acesso à Fajã do Calhau. Porque nessa altura, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a decisão foi política, transparente, todos nós percebemos, mas contraditória com todos os pareceres técnicos e ambientais. Portanto, nem sempre as coisas são como parecem.

De qualquer maneira, quando nós defendemos o que defendemos para a Fajã do Calhau, em coerência temos de assumir os mesmos critérios para esta situação das populações da Fazenda, do trajecto da Fazenda até à Vila. Agora, a coerência nem sempre está desse lado.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à discussão, ou à apreciação da Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, quero dizer desde já que a Representação Parlamentar do PCP irá reprová-la, fundamentando a sua decisão naquilo que já foi aqui anunciado, mas que eu gostaria de reafirmar. A vantagem ou os ganhos que poderia haver, quer em termos de tempo, relativamente àquela acessibilidade e os custos – não até os custos financeiros, mas o impacto ambiental que teria – levam-nos a tomar esta decisão. No fundamental, é esta a grande questão.

Aliás, e para terminar, gostaria de reiterar qual foi a posição do PCP, ainda que fora desta câmara, porque não tínhamos aqui representação: aquela solução, quer do ponto de vista do traçado, a solução do traçado, quer do ponto de vista do modelo de financiamento, não mereceria o nosso apoio. Aliás, razões que aduzem, também, ao facto de agora reprovarmos a Proposta de Resolução do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico reafirma a posição que tornámos pública em relação a esta questão, de apoiar este Projecto de Resolução. Mais do que isso, consideramos também que estas são situações em que a opção política é absolutamente essencial, porque se não tivéssemos opções políticas, o país só teria litoral; se não tivéssemos opções políticas, não existiriam, não seriam desenvolvidas políticas de coesão; se não tivéssemos, à escala global, opções políticas, não teríamos fundos europeus.

Portanto, evidentemente, eu pensei que os senhores tivessem aprendido com aquela expressão que utilizaram, e mal, “Jamais”. É evidente que nestas questões existe um factor essencial, que é a decisão política e, depois, evidentemente que tem de ser acompanhado pelas condições técnicas essenciais, para que se torne possível.

Mais do que isso, também queria deixar aqui uma apreciação política em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça. Eu bem o vi, antes das eleições, esconder-se em relação a este assunto e só vem agora “de peito aberto” depois de perder as eleições. Isso, Sr. Deputado, é condenável.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Imagine se ganhasse!

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

(* Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Mendonça, sinceramente estava à espera que o senhor viesse aqui com uma outra atitude, vir aqui defender, exactamente, os interesses e as aspirações dos nordestenses, o que não vejo. O que vejo é que só agora vem levantar dúvidas, que até agora se calou e, por muito que queira fazer parecer o contrário, não quer estar ao lado dos nordestenses.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Ao contrário.

O Orador: Eles estão atentos a esta situação porque, como sabe perfeitamente, esta não foi uma proposta do PSD, foi uma proposta da Câmara Municipal do Nordeste, exactamente, aprovada unanimemente, até pelos socialistas – aprovada unanimemente, até pelos Socialistas. Por isso...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Vozes de deputados da bancada do PS: Ouçam: Câmara do Nordeste. Os senhores também estão lá, também tem vereadores do PS, ou não tem? São poucos, mas estão lá.

O Orador: Sinceramente, o que vejo em todo este debate é que os senhores não ligam nenhuma, ligam “patavina” à segurança das populações.

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isto que eu estou a dizer-vos, senhores: não ligam nenhuma à protecção civil, que é um dos argumentos importantes para chegarmos com grande segurança até à última localidade do Nordeste, e isso não veio a acontecer.

Por isso, meus amigos, vos digo: os nordestenses estão com os olhos postos na atitude que se tomará nesta câmara. Depois, hão-de saber julgar as atitudes de cada um.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(* Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro nesta câmara que foi o Governo do Partido Socialista que decidiu o projecto dito das SCUT para a Ilha de São Miguel, então contra vozes de alguns e também, até, como alguns que queriam estender as SCUT, numa atitude ainda de pouco conhecimento de como era este processo, a obras como algumas no Pico ou a outras estradas de São Jorge, etc. Mas o que lá vai, lá vai.

Este processo foi, como sabem, muito sindicado ao longo do tempo. O Governo Regional e os açorianos ganharam em todas as instâncias essas sindicâncias e outras queixas, até, para a Comunidade Europeia e, finalmente, o projecto das SCUT ganhou o seu estatuto do melhor projecto de acessibilidades para a Ilha de São Miguel. Mas este projecto está balizado desde o princípio de um modo muito claro: é um projecto de acessibilidades inter-concelhias, é um projecto que

obviamente não pode, nem o faz, ligar todas as freguesias por onde o traçado passa.

Por isso, fica desde logo claro que é também uma decisão política levar o projecto das SCUT até ao Concelho do Nordeste. É uma decisão política. Agora, as decisões políticas têm de obedecer a alguns parâmetros e critérios e, naturalmente, quando o Ambiente diz, por um estudo de impacto ambiental, que vinculativamente é preciso alterar o projecto da Ponte sobre a Ribeira do Guilherme, naturalmente que o Governo Regional o que tem obrigação de fazer, e fê-lo, é um novo projecto que tivesse a aprovação em matéria de estudos de impacto ambiental. Isso acontece ao longo do resto do traçado. Portanto, aqui não há decisões mais políticas por um lado, ou técnicas, há a conformidade das situações a cada um desses casos.

Vejamos a questão da Câmara do Nordeste. A Câmara do Nordeste parte de pressupostos muito errados. Em primeiro lugar, a distância da Lomba da Fazenda até à Vila do Nordeste é de 2.210 metros e, como o traçado inicialmente não foi considerado pelo Ambiente como sustentável e correcto, passou a ter um outro traçado que em matéria de tempo, como já foi dito aqui, representa mais um minuto. Mas também é preciso dizer de modo claro que, ao contrário do que o Sr. Deputado António Pedro Costa disse aqui, não é verdade que esse novo traçado não tenha condições de segurança e que não sirva a questão da protecção civil. Isso é totalmente falso, porque esse novo traçado tem uma faixa de rodagem de 7 metros com bermas e tem, nas inclinações superiores a 5 graus, três faixas de rodagem. Portanto, cai por terra qualquer argumento sem conhecimento nenhum do que é o novo traçado desde a Lomba até à Vila do Nordeste.

Por outro lado, é preciso dizê-lo também, o projecto que foi aprovado, o contrato de concessão que veio aqui a esta casa, sempre disse – sempre disse – que o último troço era entre os Fenais da Ajuda, a Achadinha e o Nordeste, ou seja, já indicando a Vila do Nordeste. Aliás, como também foi aqui dito pelo Sr. Deputado, este projecto esteve em audição pública em matéria de estudo de impacto ambiental. Foi apresentado aos nordestenses com o traçado na íntegra, numa sessão onde esteve o Sr. Presidente do Governo. Eu próprio também estive lá e estiveram

muitos nordestenses. Isto é que é responsabilidade, ou seja: é tomar uma decisão política para levar um projecto – caro, é certo – a um concelho, como foi o Concelho do Nordeste, mas não é tomar outro tipo de decisão, de levar a um outro lugar, que é a Pedreira, que, por acaso, por exemplo, tem muito menos gente que a Ponta Garça, ou a Ribeira das Tainhas, onde não há SCUT a chegar lá.

Essas seriam situações completamente absurdas no contexto de um projecto que está em desenvolvimento, que está balizado ambientalmente, que está estudado técnica e também financeiramente. Portanto, os nordestenses, com este projecto, ficam sim com um problema resolvido, de séculos. Esse sim, esse fica bem resolvido e fica resolvido em matéria de segurança, em matéria de velocidade.

Saibam que, por exemplo, dos Barreiros até à Vila do Nordeste, actualmente, a uma velocidade de 40 a 50 Km, leva-se, com aquele tipo de traçado com mais de 130 curvas, mais de 50 minutos. Vai passar a levar-se 15 minutos. Isto sim, isto são, de facto, ganhos importantes para as acessibilidades do Nordeste. Este é um projecto que serve – e foi uma decisão política – a população do Nordeste e não teve nada a ver com critérios economicistas porque, se fosse isso, nem se tinha feito o traçado para o Concelho do Nordeste.

Portanto, há aqui uma decisão política, que foi tomada com base em critérios sérios, critérios responsáveis e, naturalmente, critérios que obedecem a vários parâmetros que os técnicos nos indicam e que nós temos de respeitar, ou respeitamos as leis e as questões ambientais como é útil, desejável e obrigatório. Foi isso que foi feito.

Há aqui outras contradições terríveis na proposta da Câmara do Nordeste, como utilizar outra variante a sul, quando já há uma variante a norte onde o tráfego é colectado e distribuído a partir duma zona onde estão os bombeiros, as escolas e vai ter agora um novo parque de camionagem. Depois, haveria outra variante a sul, para seguirmos com esse trânsito para onde? Pelo interior da Vila, com traçados longitudinais que não existem e com grandes inclinações?

Tudo isso é, como foi dito aqui, um risco sobre o mapa, que não tem nenhuma sustentação a não ser uma ideia: “Nós já temos uma SCUT até à Vila e, agora, queremos até à Pedreira”. Não há nenhum argumento sério, nenhum argumento

responsável, a não ser uma superficialidade que nós percebemos em termos eleitorais, mas, passado este tempo e depois daquilo que o Governo fez, aquilo que o Governo aduziu em sede de comissão, não tem sentido nenhum.

O sentido do projecto das SCUT é o sentido de quem levou as acessibilidades ao Concelho do Nordeste, com uma boa decisão política, como a outros concelhos e, naturalmente, não olhou a custos para fazer isso. Agora, não passemos duma situação de alguma penúria para um fastio político que ninguém entenderia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para não levar muito tempo, mas depois da intervenção do Deputado António Pedro, se me permitisse, falar um pouco, não só como deputado regional mas também como nordestense: num mundo imaginário, se o Grupo Parlamentar do PS não se regesse pela coerência, pela responsabilidade e pelo interesse público, também queria que a SCUT fosse até ao Local da Pedreira. Aliás, quereríamos que fosse até à Freguesia de Água Retorta. Mas, como falamos de dinheiros públicos, prefiro que esta despesa extra se gaste em despesas muito mais prioritárias para o Concelho do Nordeste, que são, na sua maioria, da responsabilidade da autarquia.

Aqui, não me refiro a uma piscina coberta, com condições para competição, ainda por cima num local não apropriado. Não me refiro a caminhos, a obras a “olhómetro”, como um acesso à Fajã do Araújo, quando meses depois é embargada. Refiro-me a melhores políticas de fixação de jovens, a melhores políticas de fixação das famílias no Nordeste e isto o Governo tem feito, com a obra que está já em andamento: as SCUT para o Nordeste. Refiro-me a uma colaboração directa com o Governo no apoio à habitação no Nordeste. Refiro-me a políticas de apoio à fixação de empresas no Nordeste. Refiro-me a políticas sociais de apoio aos idosos do concelho, que são tantos, eles são tantos e nada têm de apoio de uma autarquia. E não me refiro somente a um jantar ou a um almoço por ano, a um passeio à volta da ilha. Refiro-me a outras políticas sociais para os nossos idosos do Nordeste.

E, se houver possibilidade desse dinheiro extra, que não vai ser utilizado para esse desejo de um autarca, como foi dito aqui pelo Sr. Deputado, eu prefiro que esse dinheiro seja gasto em políticas sociais para o Concelho do Nordeste, porque nós precisamos desses apoios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é o autarca, é toda a vereação, o PS também disse sim.

O Orador: E não acredito que o PSD aqui nesta bancada esteja a compactuar com um autarca que já mentiu duas vezes consecutivas aos nordestenses e aos açorianos. Sabem como é que ele mentiu? Muito fácil. E não se esqueça que mentiu também aos sociais democratas que votaram em vocês, porque ele já se candidatou às legislativas regionais duas vezes e nunca assumiu essa responsabilidade. Isso é mentir. Quando ele se põe nas suas listas do PSD, ele mente aos açorianos, mente aos nordestenses.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Se o senhor tivesse ganho o que iria fazer? Iria para a câmara!

O Orador: Gostava de acrescentar mais uma coisa, Srs. Deputados. Não é a primeira vez que os nordestenses me vêm a discordar deste desenho. Eu até, se tivesse tempo, explicava-lhe como o Sr. Presidente da Câmara decidiu fazer este desenho. Não é a primeira vez que eu digo não a este projecto. A 17 de Setembro de 2008 eu, como deputado da Assembleia Municipal do Nordeste, disse não e votei não contra esta proposta. Por isso, os nordestenses não vão estar surpreendidos com o meu não aqui. Os nordestenses já sabiam, de há muito tempo, que eu era contra este desejo, esta vontade, de fazer coisas sem pensar, a “olhómetro”, como é dito muitas vezes pelos Srs. Deputados.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra para esclarecimentos, três minutos.

(* Deputado António Pedro Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Meus senhores, eu, sinceramente, julgava que a campanha eleitoral tinha acabado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Não! Não!

O Orador: Mas, pelos vistos, ainda estamos em campanha eleitoral. O Sr. Deputado, de facto, ainda está naquele período, com aquela ambição de que há-de ser um dia presidente de câmara, mas há-de ser noutra altura.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Tenho quatro anos!

O Orador: Agora pensei, sinceramente, que fosse mais coerente consigo e com os seus patrícios, com os nordestenses, e não foi.

A “olhómetro”, Sr. Deputado, foram feitas estas SCUT, pela falta de definição relativamente à inserção da Ribeirinha, pela falta de clarificação relativamente à inserção em relação ao caminho que dá para as Furnas. Portanto, os senhores marimbam-se para uma coisa que é muito importante para os nordestenses...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado.

O Orador: ...que é, exactamente, a protecção civil. Esta é a grande questão. E os senhores ainda não nos asseguraram aqui – e é preciso que fique registado para memória futura – que não vai haver problemas relativamente a esta matéria.

Disse.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(* Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para reafirmar aquilo que eu, inicialmente, comecei por dizer.

O Governo Regional que, em matéria de fiscalização, é fiscalizado pela Assembleia Legislativa Regional e não por qualquer assembleia municipal, aqui reafirma que este é o melhor projecto que algum dia houve na Ilha de São Miguel em matéria de acessibilidades e, inclusivamente, em matéria de segurança.

Aliás, eu gostaria mais uma vez de dizer que o PSD, em matéria de acessibilidades terrestres, não pode abrir a boca. Não pode abrir a boca, porque o passivo que foi deixado nos Açores...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não apoiado. Muito se fez, Sr. Secretário.

O Orador: ...em todas as ilhas é vergonhoso para as acessibilidades da Região Autónoma dos Açores. Foram os governos do PS que deram acessibilidades modernas, seguras e que não envergonham esta Região em nenhuma parte do mundo.

Os senhores não têm o mínimo de responsabilidade quando invocam situações de protecção civil, situações de modernidade da rede viária, ou qualquer outra situação que tenha a ver com a fluidez do tráfego em todas as estradas regionais. As estradas regionais que nós recebemos eram do século XIX, muitas delas. Nós demos um salto qualitativo enorme.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E o Nordeste?

O Orador: O Nordeste teve pela primeira vez alguém que decidiu politicamente levar um projecto inter-concelhio sem olhar a situações economicistas, ou outras que, demagogicamente, essa má Resolução, essa péssima Resolução, essa Resolução sem sentido que os senhores acabaram de trazer aqui, não dá resposta para acessibilidades do Nordeste.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E a protecção civil?

O Orador: A resposta correcta é a que obedece a critérios sérios. A obra já está em curso, vai ser feita, contra os descrentes do passado que agora vêm que, em todos os concelhos, vamos ter acessibilidades como deve ser.

Essa é a nossa história. A vossa é uma péssima história.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Eu sei que a hora vai adiantada e que o cansaço é natural. De qualquer modo, pedia aos Srs. Deputados que formam um inusitado quarto anel que se sentassem ou, então, que dispersassem. Obrigado.

Creio não haver mais intervenções. Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Eu perguntaria à Sra. e aos Srs. Líderes Parlamentares se acham que há possibilidades de nos aventurarmos na Conta.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Vamos entrar no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, apreciação da “**Conta da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007**”. De acordo com o artigo 168.º do nosso Regimento, dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Economia, para apresentar, se não estou em erro...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado José Rego, faça o favor.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, peço desculpa, mas estamos perante um Projecto de Resolução, que é a Conta, ao qual a Comissão de Economia fez o relatório. Percorrendo o Regimento, não há apresentação deste relatório, entramos na apresentação da Conta pelo Governo.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, afinal a palavra é sua.

(* Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dado o adiantado da hora e as pressões, ou pelo menos as intenções subjacentes às pressões de muitos de vós e de nós, vou fazer uma apresentação rápida e breve sobre esta matéria.

Permitam-me apenas iniciar com duas notas prévias, para salientar que, nos últimos cinco anos, esta é a oitava Conta que é analisada e aprovada nesta Assembleia. O que quer dizer que fizemos, todos em conjunto, um esforço para reduzir substancialmente o tempo entre a elaboração da Conta e a sua análise nesta Assembleia. Ainda será reduzido este tempo, tendo em conta que a Conta de 2008

foi apresentada seis meses antes do que normalmente era, à Assembleia. Neste contexto, temos todas as condições para mais rapidamente aprovar essa mesma Conta.

Em relação à Conta, permitam-me apenas dizer que há uma questão em que todos devemos pensar e reflectir. Nós utilizamos uma semana de debates para estudar o Orçamento e o Plano – e a Proposta de Plano –, um trabalho de várias semanas na comissão e o Orçamento e a Proposta de Plano é apenas uma previsão. Nós estamos aqui a analisar a execução desse documento e o rácio de tempo que trabalhamos na execução e na concretização dos documentos provisionais é incomparavelmente inferior ao tempo que disponibilizamos a estudar esses mesmos documentos provisionais. Portanto, há nesta matéria, também de todos nós, um trabalho a desenvolver.

Permitam-me que, neste contexto, saliente em relação à Conta seis aspectos que nós consideramos fundamentais e que a mesma revela:

O primeiro é o rigor e a capacidade de previsão que tivemos no que concerne ao Orçamento, à parte da receita. Eu lembro-me que, aquando da discussão do Orçamento da Região para 2007 – e isso está nos Diários das Sessões –, houve muitas vozes que duvidavam da nossa capacidade de executar estas previsões. Chamaram-nos optimistas, que estávamos com uma visão cor-de-rosa da situação, irrealistas e que não seria possível estes níveis de execução. Ora bem, vamos aos factos:

Receita total, taxa de execução: 97%.

Receitas próprias da Região, taxa de execução: 97,6%.

Receita corrente, taxa de execução: 99,6%.

Repito: o rigor está demonstrado, porque conseguimos arrecadar 99,6% daquilo que tinha sido orçamentado e previsto. Particularmente, por exemplo, no âmbito da componente mais importante da receita fiscal, a taxa de execução superou, inclusivamente, a execução efectiva, aquilo que tinha sido orçamentado, situando-se essa taxa em 112,4%.

Segundo aspecto fundamental que nós tivemos quando apresentámos estes documentos: um grande esforço de rigor e de contenção da despesa de funcionamento. Vamos aos factos:

Aquisições de bens e serviços...

O Sr. Deputado Artur Lima resolveu dar um sorriso. Também é simpático mas, de qualquer maneira, na altura, lembro-me das suas palavras, dizia que “Aquilo que é a projecção orçamental é um aspecto positivo, um esforço de contenção nas aquisições de bens e serviços correntes. Não sei se vão conseguir fazer”. Vamos aos factos:

Aquisições de bens e serviços correntes: reduziram 2,5% em relação ao valor do ano anterior.

Despesas com pessoal: registaram uma variação de apenas 1,5%.

E a totalidade das despesas de funcionamento variou apenas 1,9%, o que foi substancialmente influenciado por um aumento de 4% nas transferências para o Serviço Regional de Saúde. Tínhamos como compromisso rigor e contenção nas despesas de funcionamento, cumprimos esse compromisso.

Terceiro aspecto: propusemos para 2007 um grande aumento do investimento da Região, do plano de investimentos. Éramos na altura apelidados como o “governo dos três quartos”, isto é, que só tínhamos capacidade para executar 75% daquilo que propúnhamos. Realidade e factos: a taxa de execução do plano de investimento foi a mais alta registada até ao momento, taxa de execução 95,8%.

Ou seja, tivemos a capacidade de executar 95,8% do plano de investimentos. Por outras palavras, em 2007 o investimento público directo, inscrito e financiado pelo Orçamento da Região, cresceu 18,2% em relação a 2006, mais precisamente, mais 55,7 milhões de euros.

Quarto aspecto: prioridade na afectação dos recursos públicos à área da economia e à área social. As funções económicas cresceram, a despesa no âmbito das funções económicas cresceu 27,5%, ou seja, totalizaram 333,3 milhões de euros. E as funções sociais tiveram um crescimento de 44,9%, totalizando 544 milhões de euros.

Quinto aspecto e vector: redução do nível de endividamento da Região em todas as formas de cálculo. Vamos a elas:

Dívida bancária e dívida pública directa: reduziu.

Avales concedidos pela Região: registou-se uma redução de 4,1 milhões de euros.

Os encargos assumidos sem cabimento orçamental desapareceram, ou por outra, não desapareceram...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Tem razão. Registaram-se encargos assumidos sem cabimento orçamental em 2007 no montante de 4.485 euros, ou seja, para sermos concretos: 0,0000041 do total da despesa. Repito: 0,0000041 do total da despesa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com tanto zero, ainda se engana, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: O endividamento líquido da Região, de acordo com o Tribunal de Contas, reduziu 43 milhões de euros.

O *factoring* que, no passado, tinha sido um recurso no âmbito das unidades de saúde, nomeadamente dos centros de saúde, foi reduzido para um nível insignificante de 204 mil euros, ou seja, os centros de saúde da Região...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: 204 mil euros é 0,00 e mais alguns zeros do total da despesa.

Compromissos assumidos e não pagos registaram uma redução de 20,1%, ficando neste caso concreto os encargos assumidos e não pagos numa percentagem de 1,12% da despesa e toda ela em função da apresentação tardia dos documentos para não poderem ser processados.

Se utilizarmos as contas que ouvi há tempos na televisão em relação à maior câmara dos Açores e ouvindo a sua Presidente, as contas e a lógica que ela fez para apresentar as contas de Ponta Delgada, estaríamos perante um prazo médio de pagamentos, de acordo com a contabilidade dela e da forma como fez o cálculo, de

4,1 dias, o que era 20 vezes inferior àquela que ela defendia como óptimo em termos de gestão.

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Quem é ela?

O Orador: Ela, câmara. Câmara é *ela*.

Sexto aspecto, fundamental: subsídios com enquadramento legal. Os subsídios com enquadramento legal passaram para 87,5 do total de subsídios, mais 9%. Não se registou nenhum subsídio identificado ilegal e os restantes 12,5% não tiveram a identificação necessária para os classificar, ou tiveram um enquadramento que foi considerado genérico ou incompleto.

Em termos finais, porque estamos a tratar da Conta da Região e não de relatórios de abordagem da Conta da Região, poderia dizer que, analisando as conclusões do Tribunal de Contas – que, para alguns, é o único documento de suporte, porque dá muito trabalho estudar a Conta da Região –, das 42 conclusões do Tribunal de Contas, 31 foram positivas. E as recomendações efectuadas, na sua grande essência, são recomendações genéricas de princípios com os quais estamos todos de acordo e, como recomendação genérica, estará sempre e sempre nos seus relatórios, porque é um princípio que todos defendemos.

Mas também gostaria de salientar, para concluir, que alguns aspectos que eram no passado referenciados como negativos agora foram salientados substancialmente como positivos, como por exemplo a capacidade de confirmar a arrecadação de receitas e o aumento substancial dos subsídios legais, com o enquadramento legal completo.

Neste contexto, penso que a Conta da Região de 2007, face àquilo que foi o debate sobre o Orçamento e o Plano para 2007, permite referir e sublinhar que aquilo que tinham sido os nossos princípios, que nortearam a elaboração destes documentos, se concretizaram e se cumpriram. Como tudo na vida, nada é perfeito, há sempre que melhorar, mas a evolução feita ao longo de 2007 penso que orgulha quem a executou, orgulha esta Assembleia que a aprovou e penso que aquilo que eram as nossas expectativas reflectidas nesses documentos provisionais, que eram, exactamente, uma expectativa, se concretizaram.

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta primeira abordagem, muito sintética, que vou fazer, em grande parte...

Deputado José San-Bento (PS): Já não acreditamos nisso.

O Orador: ...é feita exactamente com base no parecer, com certeza, do relatório do Tribunal de Contas, porque é a entidade que oficialmente audita as contas da Região.

De certa forma, nós queremos que elas sejam apresentadas de forma mesmo transparente, devendo conter, de facto, a informação que seja suficiente para que todos aqueles interessados na sua consulta, análise e interpretação, o possam fazer com rigor e com clareza.

Então, comecemos pelos acertos financeiros. Dúvidas existem sobre o verdadeiro valor do saldo da Conta da Região de 2007. O Governo apurou um saldo de 12.813.494,81. Em 15 de Janeiro de 2008, a DGCI, a nível da receita fiscal de 2007, comunicou um acerto positivo de 32 milhões, com certeza, o qual está registado nas contas de 2007, e um acerto negativo no montante de 4.571.746 a nível da receita fiscal do IRC, que não está reflectido nesta Conta. Perante este facto, o saldo final não seria de 8.241.748,46? Esta é a primeira questão, que gostaria de deixar aqui levantada ao Sr. Vice-Presidente e que gostaríamos de ver esclarecida.

Depois, não existe relatório para a justificação económica e social dos benefícios fiscais e dos subsídios concedidos. Os subsídios sem enquadramento legal – e quem diz isso é o Tribunal de Contas – ascenderam a 12,5%. A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas atribuiu 51% de subsídios sem enquadramento legal; a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar atribuiu 33%; e a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, 22%. É preocupante que metade dos subsídios atribuídos pela Agricultura e Florestas não tenha enquadramento legal. Esta prática reincidente evidencia falta de consideração pelas sucessivas recomendações do Tribunal de Contas, para além de demonstrar uma gestão pouco

clara dos dinheiros públicos e levanta a suspeita de uma prática discricionária na atribuição de subsídios a um sector fundamental da economia regional.

A título exemplificativo e segundo o relatório do Tribunal de Contas, o montante atribuído pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas cifrou-se em 9,9 milhões de euros. O montante atribuído pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar situou-se nos 4,3 milhões de euros. É caso para perguntar: para onde foi esta fortuna?

Das recomendações e pareceres do Tribunal de Contas – mais uma vez reforço – parece-nos bastante pertinente reter as seguintes que, conjuntamente com aquelas que eu anteriormente já referi, têm impacto a nível da Conta da Região Autónoma dos Açores: *“A atribuição de (...)”* subsídios de apoio *“(...) fora da esfera do legalmente estabelecido, além de discricionária, é potencialmente violadora dos princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade”*. Continuam também, por outro lado, a não ser fixados critérios objectivos para o cálculo do limite máximo do endividamento indirecto acumulado, designadamente na concessão de avales.

Queria também fazer referência a uma questão que me parece aqui muito importante e decisiva no apuramento do saldo da Conta da Região.

Os relatórios e contas das empresas do sector público empresarial regional são pouco explícitos relativamente aos compromissos assumidos pelo Governo, suscitando dúvidas de interpretação. Passo a citação do Tribunal do Contas: em relação aos três hospitais da Região, EPE, apresentaram no seu conjunto um resultado líquido negativo no montante de 83 milhões de euros. No Parecer do Tribunal de Contas, isso significou uma erosão, nos capitais próprios, de: Hospital da Horta, 48%; Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, -62%; e no Hospital do Espírito Santo de Ponta Delgada, -63%. O que faz o Governo para inverter esta tendência? Esta é outra das questões que eu gostaria de aqui deixar ressalvada.

Por fim, recomenda o Tribunal de Contas que: *“Os Hospitais EPE deverão ser providos, anualmente, dos fundos necessários aos seus normais funcionamentos,*

de modo a atenuar os prejuízos de exploração e o conseqüente desequilíbrio financeiro”.

Então, a pergunta que eu deixo aqui, para finalizar, é: como é possível apresentar um saldo positivo, na Conta da Região, de milhões de euros e os hospitais apresentarem prejuízos de dezenas de milhões de euros?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

O Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O cenário das contas públicas regionais em 2007 manteve-se igual idêntico, a anos anteriores. Mudou alguma coisa, aqui ou ali – pudera, não haveria de ter mudado? –, mas mantendo-se, no essencial, toda uma realidade que está escondida ao longo da Conta. Aliás, como o próprio Tribunal de Contas vai clarificando ao longo do parecer que elaborou em relação a esta Conta.

Portanto, o cenário é idêntico, eventualmente é mais ardiloso, eventualmente há mais situações encapotadas, haverá seguramente mais zonas “pintadas de cinzento” e suscitando sempre situações duvidosas – sempre duvidosas. Obriga por isso, este maior “encapotamento”, esta tentativa mais ardilosa de gerir as finanças públicas regionais, a uma maior atenção, de nós próprios e também do Tribunal de Contas – como o próprio Tribunal de Contas, no Parecer, vai evidenciando ao longo das suas sucessivas páginas –, mas chega-se lá. Dá mais trabalho, mas chega-se lá.

Felizmente que o Tribunal de Contas tem meios – e, seguramente, tem muito mais meios do que nós próprios –, tem experiência, felizmente tem isenção, para olhar para a gestão das finanças públicas regionais, levantar as questões, fazer recomendações e ir descobrindo os truques. Ir descobrindo aquilo que vai estando encapotado, ir descobrindo aquilo que vai sendo colocado em instrumentos para tentar torner situações em que a legalidade impõe limites ou condições, e, no fundo, consegue-se verificar que o tal rigor invocado há bocado pelo Sr. Vice-Presidente, afinal de contas, não é exactamente assim.

Obviamente que, da parte do PSD, não queremos ser co-responsáveis por este tipo de gestão das finanças públicas regionais que, entre outras coisas, leva a que se dê muito sem critério; leva a que se dê muito sem controlo posterior; leva a que não se aplique aquilo que a lei exige; leva a que a Região se endivida muito e, em grande medida, de forma encapotada; leva, inclusivamente, a que se classifiquem mal determinadas despesas, sabe-se lá com que intenção; e seguramente em algumas aparecem intuits certamente duvidosos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Leva a que se gerem, a que se criem, instrumentos para alojar aquilo que a lei limita. Como a lei limita, há que tornear a lei e criam-se instrumentos que satisfazem essa pretensão – enganando, no fundo –, e que, designadamente no campo do endividamento, levam a que se processe um maior endividamento, à margem daquilo que devia estar espelhado no Orçamento, portanto à margem daquilo que devia estar aos olhos de nós todos. Também não se paga aquilo que já foi ou que já se encontra assumido, obviamente com determinados intuits, também, quando até se deveria dizer que o Estado, e a Região aqui em particular, deve dar o exemplo e deve ser pessoa de bem, que não esconda, que pague atempadamente.

Não se controla a aplicação dos recursos. Em grande medida, os recursos públicos que são canalizados para o sector privado não são objecto dum controlo posterior, a ver se foram devidamente aplicados. Contabiliza-se com deficiências. E, depois, há o regozijo, perante o quê? Há o regozijo à custa de pretensos bons resultados obtidos, que afinal foram conseguidos muito à custa daquilo que está escondido e que não espelha, portanto, a realidade.

Existem melhorias? Certamente que existem melhorias, malfeito fora se não existissem. Mas também existem, em contrapartida, coisas que pioram. Vejamos algumas, designadamente aquilo que conclui o Tribunal de Contas em relação a matérias mais substanciais, algumas das quais, aliás, já foram adiantadas e com as quais, à partida, manifestamos concordância, como aquilo que o Deputado Pedro Medina acabou de referir.

Vamos aos apoios sem enquadramento legal, porque é importante. Há uma melhoria? Há, verifica-se uma descida dos vinte e tal por cento em que andou sempre, ao longo de anos, para 12,5%. Em contrapartida, existe o quê? Existem as situações ali referidas pelo Deputado Pedro Medina, em que, por exemplo no caso da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, mais de 50% dos apoios, mais de metade dos apoios que concedeu não tiveram enquadramento legal adequado; e, no caso das outras Secretarias Regionais, da Habitação e Equipamentos e do Ambiente e do Mar, atira-se para valores de ordem superior a trinta e tal por cento ou a vinte e muitos por cento, portanto mantendo-se, em relação a determinados departamentos, situações dúbias e em que há legalidade duvidosa na concessão de muitos apoios.

Vejamos quais são essas Secretarias. Não é só dizer quais são. Curiosamente, o que temos nós aqui? Temos, entre estas: Secretaria Regional da Agricultura e Florestas – *Agricultura e Florestas* –, Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos – *Habitação*. Portanto, curiosamente, aquelas situações em que pode dar jeito ao Governo Regional não fazer depender de uma situação enquadrada legalmente a atribuição do apoio. Isto é, atribuir o apoio sabe-se lá a título de quê, atribuir os apoios indiscriminadamente, ao sabor dos interesses do Governo.

Depois, chega-se a uma situação em que se mantém aquilo que se vem repetindo ano a ano, lermos algo que é perfeitamente indesejável, para não dizer que é vergonhoso, que é esta frase matadora que todos os anos vem no Parecer do Tribunal de Contas: *“A atribuição de apoios fora da esfera do legalmente estabelecido, além de discricionária, é potencialmente violadora dos princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade”*. Isto tem de desaparecer da Conta da Região Autónoma dos Açores, do Parecer do Tribunal de Contas! Não pode a Região, não pode a gestão das finanças públicas regionais ser anualmente apelidada de discricionária, violadora dos princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade, não é possível! Não é possível falar em rigor, quando o Parecer do Tribunal de Contas, ano a ano, repete esta frase!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente, não é esta a única referência pouco elogiosa, para não dizer vergonhosa, para não dizer escandalosa. Existem várias e poderíamos partir aqui por outros caminhos.

A eterna inclusão, dentro das despesas de investimento, de despesas potencialmente de funcionamento. O eterno pagamento de pessoal dizendo que é investimento e dando origem a que o Governo depois diga: “O maior investimento de sempre”, quando no maior investimento de sempre estão pagamentos de pessoal, estão pagamentos de despesas administrativas e de funcionamento. Claramente identificadas por parte do Governo Regional, por exemplo, quando diz: “*Nestas despesas (...)*”, despesas que são transferências e subsídios para outras entidades públicas e privadas, no caso das despesas do Plano, “*(...) evidencia-se o pagamento de pessoal com 3,3 milhões de euros*”. Claramente é dito, ao longo do relatório, que são despesas que não devem estar classificadas como investimento.

Por que teimam em pôr ali despesas com pessoal? Por que não regularizam uma situação que é uma situação duvidosa, que inclusivamente é potenciadora de consideração como investimento algo que não é investimento? Os senhores dizem que fazem o maior investimento de sempre e, depois, injectam despesas de funcionamento lá dentro. Obviamente, não pode dar certo.

Outras situações. Há uma situação que já se mantém pelo segundo ano consecutivo. No caso da SATA, no caso daquilo que proveio da privatização da EDA e que foi direccionado para a SATA, a Lei-quadro das Privatizações define uma determinada orientação. Na Conta relativa a 2006 disse-se que não foi dado o tratamento a esse valor correspondente àquilo que vem definido em lei. Já vinha em 2006; em 2006, perdão, em 2007 continua a vir; o que acontecerá em 2008? Vai continuar a vir? Provavelmente, vai.

“*Em 2005 (...)*”, é o que está aqui, “*(...) a Região transferiu para a SATA Air Açores parte das verbas provenientes da privatização da EDA (...). Nos anos de 2005, 2006 e 2007, a empresa não procedeu a nenhum aumento de capital (...). A Conta da Região nada refere sobre esta matéria*”. E diz, depois, mais adiante, que “*Na gerência de 2007, à semelhança dos anos precedentes, a empresa e a Região nada referem sobre a matéria. Relembra-se que aquela transferência decorria do*

processo de privatização da EDA e, por Resolução do Conselho do Governo Regional, se pretendia dar cumprimento ao estipulado na Lei-quadro das Privatizações". Não foi feito. Por que continua a não ser feito, se o Tribunal de Contas já o tinha referido anteriormente? Nesta matéria, que interesse tem o Governo em não aplicar a Lei-quadro das Privatizações?

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Não é o Governo, é a SATA.

O Orador: Não, mas quem é a tutela da SATA? A questão, basicamente, é essa.

Encargos assumidos e não pagos: continua a haver um volume substancial de encargos assumidos e não pagos que, aliás, destroem a célebre teoria do *superavit* que, em tempos, invadiu esta Região e que, felizmente, depois deu origem a alguma acalmia.

Mais questões. A questão do controlo é uma questão fundamental. Na questão do controlo, diz-se aqui, em 12 – são muitas – *“Os subsídios e outros apoios...”*, *“A Conta da Região Autónoma dos Açores não desenvolve uma análise sobre o âmbito, forma, objectivos e enquadramento legal da aplicação dos recursos públicos, nem tão-pouco dos resultados alcançados”*. Não existe controlo relativamente aos subsídios que são atribuídos, assim como, posteriormente, em 19...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Temos tempo? Não estamos aqui com tempo. Acho que o que tem interesse é esclarecer os açorianos, ou não? Exactamente.

“A avaliação dos resultados da aplicação das transferências permanece omissa”. Isto é, atribuem-se subsídios, fazem-se transferências e, depois, não se vai às entidades que os receberam saber como os utilizaram, saber se os utilizaram com o fim devido. É isto o rigor? É isto a boa gestão das finanças públicas?

Passemos à questão da dívida. O Sr. Vice-Presidente obviamente tem um determinado entendimento sobre aquilo que constitui dívida ou não. Já conseguiu que não chamassem dívida indirecta aos avales.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, a dos avales está aqui.

O senhor, por exemplo, vá à página 110 do II Volume do Parecer do Tribunal de Contas. Diz aqui: Evolução da dívida garantida, avales.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): O que diz? Aumenta?

O Orador: O que diz? Não é uma questão de aumentar, estão lá! Estão claramente lá. Portanto, a dívida que a Região tem, aquilo que é claramente definido no Parecer do Tribunal de Contas é que a dívida da Região não são 274 milhões de euros, como o Sr. Vice-Presidente teima em manter, o correspondente à dívida directa, mas sim também a dívida garantida por avales...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Está reduzida!

O Orador: Não interessa se está reduzida. Reduziu quanto, 4 milhões de euros? O que interessa é que a dívida da Região atinge quase 700 milhões de euros, não são 275! Portanto, o Sr. Vice-Presidente a única coisa que tem de fazer é assumir definitivamente isso como dívida, porque quem está a contrair dívidas são todas as empresas, ou são as empresas do sector público empresarial regional e, designadamente, através da Saudaçor e através da SPRHI. Através dos contratos-programa, levam à “desorçamentação” e os contratos-programa levam ao pagamento por orçamentos posteriores daquilo que se está a fazer neste momento. Ou seja, não estamos aqui a fazer uma análise técnica, a falar de dívida directa ou indirecta. Aquilo que se está aqui a fazer claramente é hipotecar o futuro, hipotecar para as gerações futuras a utilização de dinheiros públicos. Isto é, aquilo que nós estamos a fazer neste momento, através de contratos-programa, é estar a passar, ao longo de uma série de anos, despesa que está a ser feita neste momento, que vai ser paga no próximo ano, daqui a dois, três, quatro anos, daqui a vinte ou trinta anos! Isto é, os nossos filhos, os nossos netos, hão-de estar daqui a vinte ou a trinta anos a pagar aquilo que estamos a fazer neste momento! É isto que é perfeitamente claro.

Por isso, aquilo que não se pode nunca dizer é que isto é uma apreciação apenas técnica, à volta de valores.

Presidente: Sr. Deputado, agradece que terminasse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente, esta primeira intervenção.

Não é uma análise exclusivamente técnica, ou apenas técnica. Efectivamente, do que estamos a falar quando falamos de dívida, é na incapacidade que se cria para as gerações vindouras de poderem escolher uma adequada aplicação dos recursos financeiros gerados nessa altura e porquê? Porque, entretanto, estão a pagar dívidas do passado. O que agora se empenha, no fundo, é a limitação que os vindouros hão-de sentir. O que agora se empenha, através da dívida criada de forma directa e de forma indirecta, através dos instrumentos de “desorçamentação” que o Governo tem vindo a criar, o que se está a fazer, a criar, é a limitação na sua utilização em termos de futuro.

Obviamente que, em relação a esta questão, o PSD não está interessado em avaliar algo, em ser co-responsável naquilo que o Governo está a fazer em termos da utilização de dinheiros públicos nesta Região e, por isso, obviamente, não vai poder dar o seu voto favorável a esta Conta.

Há outras questões que eu depois passaria para uma segunda intervenção.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

A hora vai adiantada e eu não quero estar a repetir muitas das questões que entretanto aqui foram colocadas.

Queria apenas reiterar algumas das preocupações que foram já manifestadas, nomeadamente, e muito sucintamente, a questão da erosão dos capitais públicos dos hospitais empresa e, também, uma questão que de facto foi referida já pelo Deputado António Marinho, mas que eu também gostava de reforçar, que tem a ver com o incumprimento da Lei-quadro das Privatizações e o facto de os 21,581 milhões de euros que resultaram da privatização da EDA, que foram colocados no capital da SATA e que não aparecem em lado nenhum.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, pelo amor de Deus, não esteja já a dizer que é mentira! O que eu peço é que o Sr. Secretário então, me diga onde está esse dinheiro. É só isso. Está bem, Sr. Secretário?

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Não aparece? Pelo amor de Deus!

O Orador: O Sr. Secretário, se fizer o favor, informa onde está esse dinheiro, porque ele não aparece, é só isso, mais nada.

Relativamente à posição da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português quanto à Conta de 2007, vai-se abster.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da Conta da Região de 2007 importa realçar alguns aspectos.

O primeiro aspecto que eu gostaria de realçar tem a ver com o cuidado que o Governo teve nas previsões orçamentais, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa. Se virmos o que o maior partido da oposição apontou para alguns orçamentos, em especial como o Sr. Deputado António Marinho aqui chegou a esta câmara, que dizia que este Governo não sabia fazer previsões, este é mais um exemplo de que o Orçamento de 2007 foi um orçamento bem feito, em que as previsões foram bem feitas e a sua execução concretizou-se no final de 2007.

Relativamente ao rigor – julgo que algumas afirmações que foram feitas, quer pela bancada do PP, quer pela bancada do PSD –, para o Partido Socialista estas são mais umas contas que foram feitas com rigor e que espelham uma boa gestão das finanças públicas da Região Autónoma dos Açores.

Esta também é uma Conta que espelha algumas angústias existenciais do PSD, relacionadas com a sustentabilidade financeira da Região, que estava relacionada com a aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. É o primeiro ano em que a nova versão da Lei das Regiões Autónomas é aplicada e ela é bem executada pelo Governo da República, ela trouxe mais dinheiro para a Região Autónoma dos Açores e espelha essa Conta. Havia muitas dúvidas da parte do PSD relativamente a esta mesma lei, não só pelo novo critério da aplicação do IVA, que espelha que a

previsão não foi tão bem feita como nós queríamos, mas foi rectificada no ano seguinte e, portanto, a própria previsão do IVA estava bem feita neste Orçamento e houve estabilidade e sustentabilidade financeira na Região, com um dos instrumentos que leva a essa sustentabilidade, que é a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Relativamente à capacidade de execução de investimentos, a rubrica 40 do Orçamento com uma execução que foi a mais alta de sempre, veio dizer que este Governo teve capacidade para executar os investimentos a que se propôs, satisfazendo, através da realização desses investimentos, muitos dos anseios das populações dos Açores, de muitos concelhos, de todas as ilhas, portanto, através do plano de investimentos que a Região desenvolveu durante o ano de 2007.

Por fim, gostaria de realçar, relativamente ao cumprimento ou não de alguns aspectos das recomendações do Tribunal de Contas:

É certo que algumas recomendações poderão continuar a estar. O Sr. Vice-Presidente disse que algumas têm um carácter generalista e outras visam aprofundar ou melhorar as contas da Região. E isso tem sido feito, é apontado e tem de ser valorizado por esta câmara que o Tribunal de Contas reconhece que ao longo dos anos nós temos melhorado a execução do Orçamento, quer através da fiscalização, quer através de instrumentos que poderão, ao fim e ao cabo, mostrar mais transparência na realização do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Por fim, queria realçar ainda que esta estabilidade, este rigor e esta capacidade de execução foram, ao fim e ao cabo, factores que muito contribuíram para o desenvolvimento económico e social dos Açores. Muitas vezes posto em causa por alguns partidos, que apontam que são orçamentos de mais milhões, mas são orçamentos de mais milhões que, quer a nível social, quer a nível económico, transformaram e continuarão a transformar os Açores para melhor, relativamente ao passado.

Relativamente a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado António Marinho, eu ficar-me-ia pela última, a dívida, que tem sido uma questão levantada ao longo dos anos. Sr. Deputado António Marinho, eu continuo a dizer: a dívida da Região Autónoma dos Açores é tão importante para o seu desenvolvimento como a dívida

das câmaras municipais, que foram geridas pela maioria dos autarcas do PSD, aos quais o senhor nunca deu uma palavra de conforto relativamente à sua dívida. Se essa dívida servia os autarcas do PSD, também serve a Região Autónoma dos Açores.

Relativamente a estar preocupado com as gerações vindouras terem de pagar algumas dívidas que nós hoje possamos fazer, muitas das coisas que hoje estamos a fazer deixaremos para os nossos vindouros, eles também irão usufruir desses bens que nós, hoje, estamos, ao fim e ao cabo, a desenvolver na Região Autónoma dos Açores.

Por agora, ficava-me por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça o favor.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu vou começar por responder muito rapidamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Medina, porque são concretas e rápidas de responder.

Em relação ao acerto, referiu que o acerto positivo foi contabilizado em 2007 e que o acerto negativo não foi contabilizado em 2007. Quero dizer que os acertos são, obviamente, todos contabilizados. Se não é o acerto de Janeiro, são contabilizadas no ano seguinte. Porque é que o positivo foi num ano e o negativo noutra? Por uma razão muito simples, porque nós não aceitamos acertos negativos do Ministério das Finanças, recorremos, reclamamos e a grande parte das vezes temos razão. Se tivéssemos contabilizado, teríamos aceite uma conta do Ministério das Finanças que normalmente é corrigida sempre para cima, de acordo com a nossa argumentação. Portanto, foi a bem da Região que não o fizemos e, nesse sentido como noutros, tivemos razão.

Segundo aspecto, vou ler-lhe – porque não vou andar com este jogo de palavras dos subsídios sem enquadramento legal, não vale a pena, nem pela hora vale – só o parágrafo que diz isto, que é o parágrafo essencial e estrutural desta matéria. Estou a citar o relatório do Tribunal de Contas: *“Em termos gerais, consideram-se como apresentando enquadramento legal 87,5% dos apoios (ou seja, 176,2 milhões de euros), sendo que, em 12,5% (ou seja, 25 milhões de euros), não se identificou o*

eventual enquadramento”, repito, “*não se identificou o eventual enquadramento*”, o que é uma situação completamente diferente de «sem enquadramento legal», certo? Sobre esta matéria, , nesta componente, estamos falados.

Em relação à questão dos três hospitais e sobre os seus capitais próprios, sejamos muito claros: os três hospitais EPE terão sempre os capitais próprios positivos, de acordo com as regras do SEC 95 e com as normas do Eurostat. Esse é o nosso compromisso, é isso que irá acontecer sempre. Não confunda capitais próprios, situação líquida numa estrutura empresarial, com saldos orçamentais, porque são duas realidades completamente distintas e não comparáveis, cujas regras de consideração estão perfeitamente definidas no âmbito do SEC 95 e do Eurostat, que são as normas contabilísticas que regem o relacionamento entre o sector público empresarial e o Orçamento da Região. Portanto, a consolidação para efeitos de contas públicas está feita, de acordo com a lei e devidamente certificada pelas entidades nacionais e internacionais que o fazem. Sobre esta matéria, estamos também esclarecidos.

Vamos agora só perder alguns, poucos, minutos na – não habitual, atrapalhada e meio perdida nos papéis – intervenção do Sr. Deputado António Marinho, para lhe dizer duas coisas.

Deputado António Marinho (PSD): Já lhe faltaram os argumentos.

O Orador: Deixe-me dizer-lhe duas coisas. Eu percebo, este ano e ao fim de cinco anos que aqui estamos que, se calhar, está no momento mais difícil da sua actividade na análise desses documentos.

(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)

O Orador: Mas eu digo-lhe. Porque o senhor começou por nos dizer que éramos o Governo dos três quartos e temos execução de 95%. Porque o senhor começou por dizer que nós não tínhamos capacidade de executar o Plano, que éramos optimistas nas receitas, que éramos irrealistas e apresentámos taxas de execução de 99,6%. Isso não é correr mal?

Segundo aspecto, que é o mais importante, que tem a ver com a questão da dívida. O Sr. Deputado António Marinho andou estes cinco anos a dizer “Está bem, a dívida bancária, a dívida directa da Região, não só. Os senhores andam a esconder e a «varrer para debaixo do tapete» a dívida a que chamam indirecta, através dos avales, que sobem, sobem, sobem”. Podemos ler as suas intervenções, a dizer “O problema está nos avales, os avales estão a subir, a dívida indirecta está a subir”. Chegámos a 2007 e essa dívida indirecta, que era a razão de crítica ao Governo, em vez de subir, desce. E agora, Sr. Deputado?

Deputado António Marinho (PSD): Não, não desce, Sr. Secretário. O senhor não gostou das palavras «compromissos assumidos».

O Orador: Não desce? Não desce 4,1 milhões de euros?

Deputado António Marinho (PSD): Está escondida por outra via.

O Orador: Atenção, o Sr. Deputado António Marinho, quando me deixar, e deixar de estar nervoso, apesar da hora, eu posso falar.

O Sr. Deputado António Marinho introduziu agora um terceiro conceito. Até agora, a dívida directa, como não subia, já não interessava, o que interessava eram os avales, porque subiam. Os avales passaram a descer, ou seja, a Região tem menos compromissos avalizados que nos anos anteriores, agora já não interessa, passam a interessar os compromissos assumidos.

Ora bem, Sr. Deputado, os compromissos assumidos que o sector público...

Deputado António Marinho (PSD): É a terceira forma de esconder.

O Orador: É a terceira forma, mas só a introduziu este ano.

Mas agora respondo-lhe a isso concretamente: o senhor não pode somar avales com compromissos assumidos, porque os compromissos assumidos e os avales são exactamente a mesma coisa. Os compromissos assumidos que estão referidos são a forma de garantia do financiamento no âmbito dos avales. Portanto, é exactamente a mesma realidade.

Não tente encontrar agora, ao fim do quinto ano, uma nova tentativa de contabilização porque, efectivamente, de acordo com o Tribunal de Contas, a dívida directa está a baixar, a dívida que o senhor chamava indirecta está a baixar e

o endividamento líquido, de acordo com o Tribunal de Contas, reduziu, em apenas um ano, 20,1%. Portanto, sobre esta matéria estamos esclarecidos.

Peço-lhe, com base na objectividade que devem ter estas conversas, esta análise e este debate, que dizer que é vergonhoso, escandaloso, ter 87,5% dos subsídios atribuídos com enquadramento legal, repito, o Sr. Deputado António Marinho acha que é vergonhoso e escandaloso que 87,5% dos subsídios tenham enquadramento legal...

Deputado António Marinho (PSD): Acho escandaloso haver um euro sem enquadramento legal.

O Orador: ...agora, se 87,5% dos subsídios com enquadramento legal é vergonhoso e escandaloso, quando, em 96, os senhores estavam no Governo, era 0% de enquadramento legal, como é que o senhor classifica isso?

Para concluir esta matéria, quero dizer-lhe que lhe reconhecia e reconheço capacidade de fazer mais. Como o Sr. Deputado não encontrou aqui argumentos para contrariar os factos e os dados objectivos, então disse: “Bem, isto está mais difícil de analisar este ano, porque está mais ardiloso, mais encapotado, estão a aperfeiçoar os documentos”.

Deputado António Marinho (PSD): Estão a aperfeiçoar os truques.

O Orador: Sr. Deputado, para concluir esta matéria, não pense, nunca pense que o Sr. Deputado é o único que tem razão. Nunca pense que o Sr. Deputado é o único que consegue ver coisas que mais ninguém consegue ver. Não se valorize assim tanto, porque a realidade, no passado como no presente, tem-lhe demonstrado que não tem razão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho, apelando à sua elevada capacidade de síntese.

(* Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começo por esta última. Sou eu, eu vejo, mas sou eu mais o Tribunal de Contas, portanto estou bem acompanhado, Sr. Vice-Presidente.

Agora, vamos a uma última questão.

O senhor tem o hábito de só ir nas frases até meio e depois esquece o resto. Vamos começar com uma de que o senhor falou, os compromissos assumidos, quando

falamos em compromissos assumidos. Mais uma vez digo que isto são questões técnicas mas que, obviamente, se reflectem na vida das pessoas e não de se reflectir na vida das minhas filhas e dos meus netos, isso é que eu tenho como claro. E os compromissos assumidos, dizia o senhor e muito bem – porque leu; ou não leu, mas lembrava-se –, no final de 2007 totalizavam 351,8 milhões de euros, menos 20,1%. Por que não leu o resto da frase? É aí que o senhor não consegue ser sério! “*O decréscimo verificado (...) resulta, essencialmente, do facto dos Hospitais, transformados em EPE’s, em 2007, deixarem de integrar as responsabilidades da Região e passarem para o SPER*”.

Ora muito bem, pois reduz 20% e depois mete nos instrumentos que criou, obviamente! Portanto, o que é que o senhor reduziu para a Região? O que são os hospitais EPE? São integralmente públicos, não foi o Governo Regional de *per se*, foi através dum instrumento chamado Hospital do Divino Espírito Santo, Hospital do Santo Espírito e Hospital da Horta, EPE, como fazia através da Saudaçor e como faz abundantemente através da SPRHI. Portanto, não engane as pessoas. O senhor não faz directamente através do Orçamento, “desorçamenta” e depois passa para esses instrumentos. A dívida lá está, a dívida que cada um de nós vai assumir e vai deixar para os vindouros, lá está, não deixou de haver dívida. A questão é esta.

Isto leva-me aqui só a uma questão, falando primeiro nas recomendações e voltando às EPE, com o que quero terminar a minha intervenção e acho que é perfeitamente claro aquilo que vem no Parecer do Tribunal de Contas.

Quanto às recomendações de que há bocado falámos, há, tanto quanto me lembro, penso eu que dezasseis recomendações não acolhidas que se mantêm em relação...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Diga? Não, estou a dizer: acolhidas. Dezasseis, dezassete, perdão.

Há dezassete recomendações de anos anteriores que se mantêm. Há duas ou três que são acolhidas e são metidas mais seis novas recomendações. Portanto, quer dizer que, em termos de recomendações do Tribunal de Contas, em termos da

apreciação que o Tribunal de Contas faz, relativamente à Conta da Região, está, ou mantém-se, ou aumenta mesmo e aquilo que vai sendo acolhido são as tais melhorias, aliás consideradas pelo Tribunal de Contas como melhorias parcelares – não são melhorias, são parcelares –, nalguma medida são melhorias, não são melhorias no seu todo. Há as mesmas recomendações e há mais, isto é, a Conta da Região continua eivada de situações irregulares ou de situações a carecer de melhoria substancial.

Terminando com os EPE, porque penso que esta parte é fundamental, vejamos aqui algumas referências aos EPE. Há aquela que acabei de ler, relativamente aos compromissos assumidos, uma. *“Em apenas um ano de funcionamento (...)”* – aliás já referida pelo Deputado Pedro Medina há pouco – *“(...) e em consequência dos elevados resultados líquidos negativos registados, os três Hospitais apresentaram uma erosão muito significativa dos seus Capitais Próprios”*, duas. *“Importa referir que, em 2006, se considerou o Sistema Regional de Saúde compreendendo os Centros de Saúde e os Hospitais ainda integrados na Administração Pública Indirecta. Em 2007, com a transformação dos três Hospitais em EPE, deixaram de ser considerados”*.

Deputado Luís Garcia (PSD): Truques.

O Orador: Mais, aquela que eu tenho é a relativa aos compromissos assumidos. E estas situações relativamente aos EPE repetem-se ao longo do tempo, o que nos deixa uma dúvida, que é: o que se anda a passar nos hospitais EPE? Aliás, nós – que fique claramente dito – estivemos aqui na aprovação da passagem a entidades públicas empresariais dos três hospitais. Mas, na altura referimos, considerámos, que era necessário depois haver uma consolidação total daquilo que se passava nos hospitais EPE pela Conta da Região, para que não houvesse a situação de varrer, agora, para os hospitais EPE, o problema que havia quando estavam integrados no Serviço Regional de Saúde.

Portanto, é preciso saber o que se passa nos hospitais EPE, para termos a completa dimensão do que se está a passar em termos de dívida dentro da Região. E é por isso que consideramos, e julgamos, aliás, que oportunamente o próprio Tribunal de Contas, pelas preocupações evidenciadas no Parecer relativamente à situação dos

hospitais EPE vai, seguramente, analisar o que se está a passar com essas três entidades, que neste momento estão numa situação que nós desconhecemos mas que, eventualmente, estão a absorver – ou que nos parece que poderão estar a absorver – aquilo que resulta das tais melhorias que o senhor diz agora serem aquelas que eu já não consigo contrariar.

Pois não consigo contrariar? Não consigo contrariar porque o senhor não me diz o que se está a passar com os hospitais! O senhor não dá toda a informação que permita a esta Assembleia ter uma posição clara em relação a essa matéria! Portanto, está a omitir informação. Quando tivermos toda essa informação, logo saberemos o que se está a passar e logo os açorianos saberão em que medida é que o seu futuro está a ser, ou não, empenhado.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma última mensagem, relativa ao rigor, palavra permanentemente utilizada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Rigor não é executar muito, tal como o senhor aqui apresentou. Rigor é executar bem, rigor é executar dentro da legalidade, não é executar muito.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, para esclarecimentos.

(* Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento muito, muito rápido e muito sintético.

Primeira questão: a incomodidade do Sr. Deputado António Marinho é perceptível. O Sr. António Marinho e o PSD andaram a construir um discurso, ao longo de cinco anos, que dizia simplesmente isto: “A dívida pública da Região não se alterou, a directa, mas estão a varrer para a dívida a que chamavam indirecta, avales, essa realidade; e essa estava a crescer”. Estamos perante o facto de a Conta da Região, a de 2007, ser a primeira Conta onde os avales estão também a diminuir. Ou seja, de acordo, exactamente, com os termos contabilizados pelo PSD e pelo Sr. Deputado António Marinho, a dívida, como ele dizia, directa e indirecta está a diminuir, efectiva e comprovadamente.

Mas agora o discurso deslocaliza-se da tendência da dívida, que reconhecem que está a diminuir, para o facto de ela existir. Então, vamos à sua dimensão. Digo e desafio: conhece algum país ou alguma região da Europa, que tenha um nível de endividamento tão baixo como os Açores, em relação ao seu produto interno bruto?

Deputado António Marinho (PSD): Não sei, porque não conheço a dívida da Região. Se me der a dívida que está escondida, faço-lhe a conta.

O Orador: O Sr. Deputado conhece a dívida da Região, nos mesmos termos que conhece qualquer uma das outras, com os mesmos instrumentos que qualquer uma das outras. Ou o senhor acha que o Eurostat, o INE, o Ministério das Finanças, as entidades estatísticas europeias que têm a obrigação de aferir isso são todos incompetentes e o senhor é o único competente na Europa? O senhor está a dizer, por outras palavras, que o Eurostat é incompetente? É irresponsável, a entidade estatística europeia? É isso que o senhor está a dizer? Ou seja, o senhor não conhece aquilo que o Eurostat conhece, reconhece e certifica? Como o senhor não quer admitir a realidade, tenta lançar sempre a dúvida e a suspeita sobre algo que não tem qualquer dúvida nem qualquer suspeita, sobre as entidades estatísticas e que certificam estas Contas ao nível europeu.

Mas se o senhor quer ficar nesse caminho, é o seu percurso. Agora, o que não pode é passar um atestado de incompetência às entidades estatísticas europeias e, nomeadamente, ao Eurostat, que anualmente certifica estas Contas e esta realidade. O senhor não quer reconhecer que as suas previsões catastróficas, que construiu ao longo de cinco anos, ruíram, não faziam sentido e não eram reais. Mas, como lhe disse, cada um fica com a sua opinião, respeito a sua como espero que respeite a minha.

Para concluir o debate sobre esta matéria, pelo menos da minha parte, quero dizer-lhes, em relação aos hospitais EPE, que estes se integram no âmbito do sistema de contabilidade pública nos termos definidos pelo SEC 95 e no âmbito da sua classificação. Neste contexto, para nós, em relação aos hospitais – e é bom que nós centremos a discussão nos hospitais, porque há poucos anos nós discutíamos a Saúde e lembram-se, ainda se lembram, que não há muitos anos tivemos

administradores dos centros de saúde que tiveram processos em tribunal, por terem assumido encargos sem cabimento; essa situação está resolvida, nenhum centro de saúde da Região tem um único euro de dívida – ...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Isso era no período anterior àquele que estou a referir, estamos a falar em 2007.

...e, como aqui foi demonstrado, pelas Contas e pelo Tribunal de Contas, a situação em todos os centros de saúde está devidamente regularizada. Agora, para nós há uma questão que é fundamental, em termos do financiamento dos hospitais. O equilíbrio dos hospitais tem de passar pela conjugação de dois aspectos, que um gestor de recursos públicos tem de salvaguardar:

Primeiro, os hospitais enquanto empresa são financiados pela sua produtividade. É assim o relacionamento entre o Estado, a administração, e uma entidade empresarial: recebem em função do seu nível de produção.

Segundo aspecto: para nós, os hospitais são entidades que terão sempre assegurados os seus níveis financeiros e de financiamento, para assegurar os cuidados de saúde. Para nós, cada euro gasto, investido, nos hospitais é um euro bem investido e serão disponibilizados os recursos todos que sejam necessários...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...para que os hospitais continuem a prestar o serviço de qualidade e de contributo para a melhoria do Serviço Regional de Saúde como têm feito. Nós hoje não olhamos para os hospitais como uma empresa contabilística. Nós hoje olhamos para os hospitais como uma entidade que presta um serviço aos açorianos e devem ser cada vez mais reforçados os seus recursos.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência muito rápida relativamente a esta última questão de que o Sr. Vice-Presidente acaba de falar e para finalizar em absoluto.

Aquilo que se está a passar nos hospitais EPE dá origem a dizer que, do ponto de vista de despesas sem cabimento orçamental, relativamente aos centros de saúde está tudo bem. Pudera, é que os hospitais estão agora noutro universo, que nós não conseguimos “pescar” aqui! É isto que dá as melhorias que existem relativamente a anos anteriores. É por isso que era importante – e julgo que o Tribunal de Contas vai ter isso em atenção, pelas preocupações evidenciadas ao longo do Parecer – saber o que se passa com os hospitais EPE, consolidar tudo isto e, a partir desse momento, termos a fotografia financeira da Região.

A mesma questão – e para finalizar mesmo, Sr. Presidente – se aplica à validação feita por Eurostats, INEs, e por aí adiante. Eles só “comem aquilo que o senhor lhes dá”.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Ou eu sou muito esperto, ou eles são todos tolos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não há mais intervenções.

Agradecia àqueles que, porventura, tiveram de se ausentar que retomassem os seus assentos. Vamos votar a Resolução que aprova a Conta da Região referente ao ano de 2007.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos terminar o trabalho de ontem e já de hoje. Retomamos os nossos trabalhos logo, às 10 horas da manhã.

Muito boa noite e bom descanso.

Eu pedia aos Líderes Parlamentares que se acercassem da Mesa.

(Os trabalhos terminaram às 00 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

Clélio Ribeiro Parreira Toste Menezes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da Costa Pereira

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.